



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Sheila Fagundes Isleb

“A sala está enfeitada”: Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero

Florianópolis

2023

Sheila Fagundes Isleb

“A sala está enfeitada”: implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Beiras.

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fagundes Isleb, Sheila

"A sala está enfeitada": Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero / Sheila Fagundes Isleb ; orientador, Adriano Beiras, 2023.

151 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Violência contra as mulheres. 3. grupos reflexivos. 4. gênero. 5. masculinidades. I. Beiras, Adriano. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Sheila Fagundes Isleb

“A casa está enfeitada”: Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 30 de março de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Adriano Beiras (orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dra. Raquel de Barros Pinto Miguel
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dra Teresa Kleba Lisboa
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dra. Mariana Gonçalves Boeckel
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Prof^a Dra. Ana Lúcia Mandelli de Marsillac
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Adriano Beiras
Orientador

Florianópolis, 2023.

A todas que estamos submetidas às violências normativas, às mulheres negras, indígenas, trans, subalternizadas, é por todas que dedico esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos eu direciono às pessoas que atuam em grupos reflexivos de gênero e, em especial, às que se disponibilizaram a compartilhar suas experiências, revivendo os sentidos dessa prática na interação com a pesquisa.

Ao meu orientador Adriano Beiras que me acolheu apesar dos vários anos em que estive afastada da vida acadêmica. Sua postura e comprometimento com o tema são uma inspiração. Às professoras Raquel e Luciana pelas valiosas contribuições. Às professoras e professores da UFSC e da UFPR, onde cursei as disciplinas que me deram suporte aos estudos. Às(aos) pesquisadoras(es) do tema da violência de gênero que me permitiram leituras e maior simbiose entre prática e pesquisa teórica.

Às colegas de trabalho que me ensinam sobre postura, respeito, acolhimento e ética na intervenção com pessoas em situação de violência. Tatiana, Andrea, Claudia, Rafaela. Sou grata pelas reflexões que me oportunizaram. Ao colega Ricardo, que se tornou referência no acompanhamento aos homens autores de violência, sou grata por todo o aprendizado e incentivo, pelos anos que atuamos juntos na facilitação dos grupos, pelo estímulo para ingressar no mestrado, pela confiança ao disponibilizar seus livros, tão preciosos. À Maira pela escuta, pela troca de sentimentos após cada encontro de grupo reflexivo, pelas leituras compartilhadas, pelo brilho nos olhos, perceptível durante as conversas sobre a pesquisa.

Aos colegas que conheci no mestrado, o aprendizado é sempre uma relação e aprendi muito nas nossas trocas, desde as angústias, medos e superações. A Lucas e Cássio pelo apoio que tornou essa experiência mais leve.

Ao meu filho Vinícius, cuja existência me constrói constantemente. Nada me alegra tanto quanto compartilhar nossas ideias em comum. Ao Fernando pela escuta e apoio tecnológico, nossas contradições contribuem na minha compreensão sobre a construção do meu posicionamento. Às mulheres da minha família, minha mãe Maria e minha irmã Shirlei, construímos nossa história com muito trabalho e estudo, que nunca nos esqueçamos da nossa força. Às amigas Simone e Rosi por estarem presentes e me fazerem sorrir.

Às outras mulheres da minha vida, amigas, tias, primas, mulheres que se dispõem, que ouvem, que trocam, que crescem. A todas agradeço por contribuírem a me localizar nesse mundo e por todo o afeto que possibilitou a escrita dessa pesquisa.

*Nossos sentimentos são nossos
caminhos mais genuínos para o
conhecimento.*

(Audre Lorde)

RESUMO

No Brasil, homens acusados de violência contra as mulheres podem ser encaminhados judicialmente para acompanhamento em serviços públicos e inseridos em grupos reflexivos de gênero, conforme prevê a Lei Maria da Penha. A implementação dos grupos reflexivos de gênero podem ampliar as perspectivas para ressignificação dos ideais de masculinidades hegemônicas e se configura como resposta efetiva de responsabilização pelo ato criminoso para além de um olhar punitivista. A presente pesquisa objetiva analisar os impactos que os discursos relacionados às desigualdades de gênero, que ocorrem nos espaços dos grupos, suscitam nas mulheres que atuam como facilitadoras e como eles influenciam na sua prática, buscando estabelecer a relação entre o gênero e demais marcadores, com os lugares em que as mulheres ocupam nestes espaços, identificando, por fim, os desafios e as potencialidades dessa atuação. As bases teóricas e epistemológicas da pesquisa pautam-se no construcionismo social e nas teorias feministas pós-estruturalistas, que viabilizam a construção de um conhecimento crítico, localizado e contingente sobre a categoria gênero. Os caminhos da metodologia feminista e qualitativa foram sustentados pelas ideias construcionistas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez mulheres que facilitaram grupos reflexivos para homens, por um período mínimo de um ano. A análise das narrativas pessoais consistiu na junção das análises temática, estrutural e dialógica, na busca por um aprofundamento das informações coletadas nas entrevistas. As narrativas apontam para a importância da diversidade de vozes na facilitação, especialmente na formação de duplas mistas em relação ao gênero. O percurso para a vinculação das facilitadoras com os participantes tende a ser mais demorado em razão da resistência do grupo, que atua na lógica da socialização masculina, de cumplicidade entre os pares, sendo que a presença de uma mulher pode representar ameaça a esta dinâmica. Os discursos que reforçam as diferenças são utilizados estrategicamente para a reflexão e a presença e apontamentos das mulheres potencializam o processo sob diferentes lugares de fala. Entende-se, ainda, que os grupos não são homogêneos, assim como as facilitadoras também são marcadas por lugares sociais que ultrapassam o gênero, tendo aproximações e distanciamentos que ocorrem também por outras vias. Recomenda-se o espaço de supervisão para estudo e manejo dos afetos que a atuação nesses grupos suscitam na equipe de facilitação.

Palavras-chave: gênero, feminismos, masculinidades, violência contra as mulheres, construcionismo social.

ABSTRACT

In Brazil, men accused of violence against women can be referred by court to follow-up in public services, be inserted in gender-reflective groups, as provided by Maria da Penha's Law. The implementation of gender reflective groups can broaden the perspectives for the re-signification of the ideals of hegemonic masculinities, and configures itself as an effective response of accountability for the criminal acts, beyond a punitive perspective. This research aims to analyze the affectations that the speeches related to gender inequalities, which occur in the spaces of the groups, raises in women who act as facilitators, and how it influences their practice, seeking to set a relation between gender and other markers, with the places that women occupy in these spaces, finally identifying the challenges and the potential of this operations. The theoretical and epistemological bases of the research are grounded on social constructionism and post-structuralism feminist theories, which enable the construction of critical, localized, and contingent knowledge about the gender category. The paths of feminist and qualitative methodology are also supported by constructionist ideas. Semi-structured interviews were conducted with ten women who facilitated reflexive groups of men, for a minimum period of one year. The analysis of personal narratives consisted of merging thematic, structural and dialogical analyses, searching for the deepening of the information collected in the interviews. The narratives point to the importance of the diversity of voices in group facilitation, especially when it relates to gender in the formation of mixed pairs. The binding process between the facilitators and the participants tends to take longer, due to the resistance of the group, which operates in the logic of male socialization of complicity between pairs, and the presence of a woman can represent a threat to this dynamic. The speeches that reinforce the differences are strategically used for reflection, the participating presence of women enhances the process under different locus of speech. It is also understood that the groups are not homogeneous, just as the facilitators are also marked by social places that go beyond gender, with approximations and distances that also occur in other ways. The

supervision space is recommended for the study and management of the affectations that the work in these groups raises in the facilitation team.

Keywords: gender, feminisms, masculinities, violence against women, social constructionism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases e critérios da entrevista narrativa

Quadro 2 - Dados sociodemográficos das entrevistadas copesquisadoras

Quadro 3 - Dados profissionais das entrevistadas copesquisadoras

Quadro 4 - Formação das equipes

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CONPAS: Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializado da Assistência Social

GR: Grupos Reflexivos

HAV: Homens Autores de Violência

LMP: Lei Maria da Penha

MP: Ministério Público

PAEFI: Serviço de Proteção e Atendimento Especial a Famílias e Indivíduos

PMSC: Polícia Militar de Santa Catarina

SUAS: Sistema Único da Assistência Social

TJ: Tribunal de Justiça

Sumário

1 Introdução	13
2 Construímos socialmente aquilo que nos constrói	24
2.1 Construção das realidades no construcionismo social	25
2.2 Agência e psicologia social nas políticas públicas	27
2.3 Violência normativa e violências (in)visíveis: o ar que respiramos	31
2.4 “Antes podia”: masculinidades em revisão	37
2.5 Grupos reflexivos como ação de enfrentamento às violências de gênero	41
2.6 Os lugares da facilitação	45
3 Caminhos Metodológicos da Pesquisa	51
3.1 Pesquisa feminista e construcionismo social	52
3.2 Estudo das narrativas	53
3.3 Análise temática, estrutural e dialógica das narrativas	55
3.4 Entrevista	56
3.5 Participantes copesquisadoras	57
4 “Vamos Invadir a Casa dos Homens”	63
4.1 Formação das equipes: estratégias, armadilhas, alianças	72
4.2 Por quais lugares circulam as mulheres?	82
4.2.1 Diabo de calcinha	82
4.2.2 Movimentos pendulares	84
4.3 Modulações: brincando de ser sapatão, neutra ou feminina	91
4.4 Desconforto produtivo: “o mundo está muito chato para os homens”	94
4.5 Vozes ouvidas x vozes silenciadas	99
4.6 Fichas caindo: o impacto em duas vias	106
4.7 E se eu não fosse (lida como) mulher?	113
4.8 Espaços de supervisão: “sentir o pensamento, sentir a reflexão”	120
Considerações Finais	125
Referências	133
Apêndice	145
a- Termo de Consentimento Livre e Informado	145
b- Roteiro de Entrevista	150

1 Introdução

“A sala está enfeitada!” Esta foi uma das falas que me inspirou a iniciar este estudo. Seu sentido se revela quando o olhar se amplia para a cena, na qual irei localizar o/a leitor/a: A sala é o espaço onde ocorre o grupo reflexivo para homens autores de violência de gênero¹. Os enfeites são as mulheres que ali aguardavam para dar início ao encontro: duas profissionais, incluindo a mim, e uma estagiária. O locutor é o participante que fala em nome de um grupo coeso com a sua constatação. Neste dia não havia profissionais homens. A violência contra as mulheres² é a razão que fundamenta o grupo e nos encontros ela ocorre em discursos e na experiência em tempo real. Homens participantes relatam suas histórias também marcadas pela marginalização e subordinação aos ideais de masculinidades hegemônicas³. Este é um cenário marcado pela diferenciação e categorização, cujos discursos e gestos enunciam o gênero, em suas intersecções, como determinantes nas relações de poder. É um pequeno recorte das relações cotidianas, amplificadas em uma proposta cuja função reflexiva revela o quão intensas e sutis podem ser as violências legitimadas pelo discurso das desigualdades de gênero. Concluo a cena com Marilena Chauí (2013): “A violência é o ar que respiramos” (p.242).

Trago esse relato da minha experiência no trabalho com grupos reflexivos para homens, para lembrar o quanto podemos ser convocadas a experienciar as desigualdades relacionadas ao gênero na nossa prática profissional. A hipótese investigativa desta pesquisa relaciona-se aos impactos subjetivos, nas mulheres que atuam nos grupos para homens, como efeito da exposição aos discursos que reforçam as desigualdades sociais, especialmente

¹ Os grupos reflexivos para homens constituem uma ação de enfrentamento à violência de gênero e podem existir em parceria com o poder judiciário como medida protetiva, de caráter responsabilizante, voltada aos homens autores/acusados de violência contra as mulheres. A denominação e configuração dessas ações, é sujeita ao entendimento das instituições que as promovem. Aqui neste estudo irei chamar de grupos reflexivos para homens autores de violência ou em situação de violência, seguindo orientações do Instituto Noos, o qual serve de base metodológica para grande parte destes grupos em âmbito nacional (Beiras & Bronz, 2016) e em acordo com o Mapeamento, análise e recomendações, de Beiras et al (2021).

² O uso do termo mulheres nesta pesquisa volta-se a uma posição política de um projeto crítico feminista, distanciando-se da naturalização desta categoria como essência ontológica, sem deixar invisíveis os sujeitos dos feminismos e as relações de poder que estruturam os sistemas de desigualdades e opressão (Costa, 1998).

³ O conceito de masculinidade hegemônica foi definido por Raewyn Connell na década de 80, inspirado nos escritos de Gramsci - de exercício de masculinidade no contexto escolar. O que caracteriza fundamentalmente o conceito de masculinidade hegemônica é a pluralidade e a hierarquia entre as masculinidades, uma prática que legitima a posição dominante dos homens na sociedade e justifica a subordinação das mulheres e outras formas marginalizadas de ser um homem (Connell, 1985).

relacionadas ao gênero e que, problematizados, podem enriquecer o debate sobre as masculinidades em sua articulação com a violência. Neste contexto, as facilitadoras⁴ são eleitas para um lugar de assimetrias, enquanto mulheres e enquanto “agentes” do estado. A horizontalidade neste processo dialógico é, à vista disso, um árduo e constante exercício.

É como mulher cisgênero, psicóloga atuante em serviços públicos junto a situações de violência de gênero, facilitadora de grupos reflexivos, que me construo como pesquisadora. Iniciei minha trajetória profissional nas políticas públicas do Sistema Único da Assistência Social, em serviços que atendem as demandas de violência praticadas especialmente no contexto familiar contra mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência (Brasil, 2005). Desde 2014 passei a facilitar grupos reflexivos para homens. Durante este período, vivenciei a resistência das equipes técnicas em executar as ações junto a esta demanda. Apesar da proposta despertar interesse e ser reconhecida como uma importante ação de enfrentamento à violência contra as mulheres, a falta de capacitações e o excesso de demandas de trabalho junto às vítimas⁵, distanciam os/as profissionais desta prática. A parceria do serviço⁶ com o poder judiciário possibilitou maior consistência na execução dos grupos, já que um termo assinado pelos poderes judiciário e executivo firmou um compromisso com ações contínuas, exigindo esforços para que estas não fossem pontuais em uma determinada gestão. Durante seis anos, participei de equipes mistas (com mulheres e homens na facilitação) e de equipes formadas somente por mulheres, das áreas da psicologia e serviço social. Em paralelo, também acompanhei as mulheres vitimadas pela violência de gênero. Ao atuar em grupos reflexivos de gênero para homens e para mulheres foi preciso, além de buscar recursos teóricos e metodológicos das teorias feministas e de gênero, exercitar o acolhimento e o autocuidado.

Em minha experiência no atendimento aos homens, presenciei posicionamentos discursivos que me afetaram enquanto mulher, enquanto pessoa construída em um sistema binário, que aprendeu a se reconhecer com todos os enquadramentos que a construção desta

⁴ Utilizarei o termo facilitador/a para referenciar as pessoas que atuam nos grupos reflexivos de gênero, entendendo que esta intervenção, assim como aponta Beiras et al (2021), tem por intuito facilitar o caminho do sujeito à autocompreensão e autocrítica.

⁵ O uso da categoria vítima não está alheio às problematizações teorizadas pelos estudos feministas e, em especial do feminismo negro. Importante frisar o esforço em me afastar do significado pejorativo de vitimização que desprezita a luta de minorias, mas o uso dessa categoria se relaciona ao sentido de estratégia de luta. Sobre este tema, ver hooks (1996).

⁶ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos - PAEFI, localizado nos CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

identificação me conferiu. A facilitação dos grupos para homens me trouxe demandas de recursos teóricos e me confrontou aos meus dilemas pessoais, relacionados às dificuldades em estar inserida em uma cultura sexista. Os desafios dessa prática não seriam além dos presenciados em um *setting* terapêutico, não fosse o fato de que aquele pequeno espaço de reflexão grupal denuncia uma estrutura social macro de dominação, exploração e opressão, onde o gênero se instala, junto com outros marcadores de poder, de forma dinâmica, legitimando nos discursos, as desigualdades sociais.

A visão binária, cisheteronormativa se mostra bastante evidenciada em espaços de grupos reflexivos para homens em situação de violência e pode se tornar difícil para as facilitadoras se deslocarem de um lugar de diferenciação e, seguindo a lógica sexista, de inferiorização. Facilitadoras mulheres podem facilmente serem invisibilizadas e objetificadas e, da mesma forma, pode se tornar difícil para um facilitador homem se deslocar do lugar de destaque e poder para o qual os discursos o tensionam. Assim, a violência contra as mulheres e os afetos percebidos e manejados pelas pessoas que atuam como facilitadores/as junto a grupos reflexivos para homens e que apontam para as implicações da participação das mulheres nestes espaços de facilitação, constituem os temas centrais dessa pesquisa.

Pensar nas ações de enfrentamento às violências implica pensar em, pelo menos, três lugares, cujas categorias performatizam e traduzem os efeitos das hierarquias nas suas relações: autores de violência, facilitadoras(es) e vítimas das violências. Homens ou mulheres, brancos ou negros, quais os lugares prováveis de cada um desses sujeitos e o que isso diz sobre a nossa estrutura social? Assim como a reflexão que trago aqui é sobre a implicação da participação de mulheres na facilitação de grupos para homens, a presença ou ausência de mulheres negras é uma problematização que sobrepõe a discussão, especialmente diante dos dados descritos no Atlas da violência do IPEA⁷ (2021), que apontam que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra. Assim, as discussões de gênero são atravessadas pelas questões de raça, pois conforme aponta Grada Kilomba (2019) as construções racistas baseiam-se na ideia de papéis de gênero e o gênero tem um impacto na construção de raça e na experiência do racismo (p. 94),

⁷ Atlas da Violência 2021, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com o intuito de retratar a violência no Brasil, principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10214>

produzindo o que a autora nomeia de racismo genderizado. Mulheres negras, portanto, são afetadas por múltiplas formas de opressão, cujas intersecções produzem efeitos específicos, não experienciados pelas mulheres brancas.

Minha história de vida e atuação tem como cenário uma cidade no sul do Brasil, marcada pela colonialidade alemã e que empreende esforços para manter acesas suas origens coloniais em uma bucólica romantização da violência colonizadora. A hegemonia, neste contexto, está bastante relacionada com o quão próximo o sujeito está de sua origem européia. Assim, descreve Lélia Gonzalez: “O racismo latino americano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”. (1988, p.73).

Raça, classe e etnia são marcadores de desigualdades e hierarquização que operam junto com a categoria gênero nas relações de dominação e que na esfera da intimidade, maior palco de violência contra as mulheres, vão se apresentar de maneira entrelaçada, porém menos explícita. Isso porque a família nuclear eurocêntrica produz seres com gênero e sociedades generificadas, sendo este marcador a fonte primária de hierarquia e opressão, conforme aponta, de forma crítica, Oyèronké Oyèwumí (2004). Assim, considerando a força do eurocentrismo como formador dos ideais regulatórios, o gênero é a categoria da diferença na família nuclear ocidental e dela emergem os pilares do feminismo centrado na mulher branca ocidental. Estudos decoloniais, como indica Maria Lugones (2014), contribuem para um olhar além do imperialismo e da colonização, ampliando a pauta feminista para as opressões das mulheres não brancas. O destaque para o gênero neste estudo não é, portanto, desprovido do olhar crítico sobre as interposições de categorias e desigualdades que afetam desproporcionalmente as mulheres de acordo com os diversos marcadores sociais.

Divergências teóricas entre importantes autoras apontam para a complexidade de uma definição conceitual de gênero, ao mesmo tempo que contribuem para a construção de um pensamento crítico sobre a temática. A exemplo, sobre o uso do gênero como categoria de análise histórica, Scott (1995) propõe uma dimensão relacional nesse conceito, de construção social das diferenças entre os sexos e em sua relação com o poder. A autora descreve que as forças que legitimam as diferenças sexuais não são fixas, sendo possível pensar em diferentes modos e possibilidades de subjetivação das hierarquias e desigualdades vivenciadas entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, o gênero atravessa a história e constrói o poder a partir

da distribuição assimétrica diferencial de poder, acarretando um acesso assimétrico para os gêneros, aos recursos materiais e simbólicos. O corpo, nesta perspectiva, é carregado de história, e a linguagem, pautada nos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, sustenta os pilares que propagam as desigualdades e violências contra as mulheres.

Em sua obra *Problemas de Gênero* (2003), Judith Butler traz a questão de gênero como uma subjetivação social, uma estilização repetida do corpo que performatiza a partir do discurso que o insere e assim o produz como uma verdade essencial. Para Butler não há essencialismo, o gênero é construído, fruto de uma produção social, temporal e sujeito a resistências. A linguagem, então, é fundamental na constituição do corpo, o discurso produz os efeitos por ele nomeados. A repetição estilizada e citacional de atos, gestos e signos performativos institui o gênero e materializa uma diferença sexual a serviço das normatizações e do imperativo heterossexual.

Pensar de que forma ocorre essa subjetivação das desigualdades, do poder e do agenciamento, nos espaços de grupos reflexivos para homens, mobiliza algumas inquietações na minha atuação e que resultaram na minha proposta de pesquisa. Os grupos podem representar a ação autoritária e punitiva do estado, personificado na figura dos/as facilitadores/as que propõem a reflexão da manifestação legitimada de uma masculinidade agressiva (e é fato que nas políticas públicas o estado exerce sua função regulatória sobre os indivíduos) ou um espaço de cuidado e atenção, cujo enquadramento normativo referencia como funções ligadas ao feminino. Essas são algumas possibilidades de subjetivação. É recorrente o pensamento sobre qual é o meu lugar ético neste espaço, o lugar em que me posiciono e me assumo e aquele que me é de antemão oferecido. Este é um lugar de constantes revisões, uma imagem reconstruída a cada encontro, que serve de instrumento para revelação dos poderes que permeiam as relações sociais.

A fim de exemplificar as possibilidades de subjetivação, descreverei situações vivenciadas nas relações entre a equipe de facilitadores/as e os participantes, anteriores ao início dos encontros. Não raras vezes, mulheres companheiras ou mães dos homens encaminhados para a participação, são quem realizam os contatos com a equipe e solicitam informações sobre o funcionamento do grupo, em lugar do homem, desencorajado por acreditar que possa ser hostilizado pelos/as profissionais. A entrevista inicial, por diversas vezes, é utilizada como espaço para a contextualização da violência, onde os autores relativizam as agressões praticadas e expõem posicionamentos sexistas apoiados pela

naturalização das desigualdades, reivindicando cuidados e atenção da equipe pelo abandono da mulher e pela injustiça que teria resultado em sua condenação judicial. Esses primeiros contatos denunciam o quanto é desafiador e ao mesmo tempo necessário o investimento em produção de novos sentidos sobre as relações de gênero e as masculinidades em um espaço acolhedor e livre de julgamentos, cujas reflexões permitam o reconhecimento e a responsabilização dos participantes pelas práticas da violência de gênero.

As relações de poder e as violências estão relacionadas com a construção social das masculinidades. Conforme aponta Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013), os modelos de masculinidades violentas agem como um possível ideal de masculinidade e estão condicionados à dominação dos homens hegemônicos sobre as mulheres, sobre outros homens menos hegemônicos, negros, gays, transexuais, índios, pobres e todo aquele cuja existência simbolize resistência ou transgressão à norma. Por ser um modelo inalcançável, a busca pela masculinidade ideal é sempre inacabada, um processo constante de esforço pela aprovação masculina.

A ruptura com a violência de gênero está associada à mudança no âmbito das experiências da constituição das masculinidades e feminilidades, que são reforçadas e instituídas constantemente através das práticas institucionais, inscritas em uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos narrativos universais. Connell e Messerschmidt (2013) indicam que a violência de gênero responde a um padrão de práticas, mas que em novos contextos pode não ser válida e essa versão de masculinidade fica exposta a questionamentos, demandando uma revisão das identificações masculinas.

Homens autores de violência contra as mulheres podem apresentar sofrimento diante das controvérsias de um contexto social que enuncia ideais sociais de masculinidades violentas ao mesmo tempo em que o elege como indivíduo agressor. O ato violento é socialmente condenável, no entanto, há pouca disposição para pensá-lo em conexão com uma cultura sexista, isso porque esse pensamento demanda a revisão das formas de se conceber o gênero e as hierarquias e privilégios decorrentes dessa categorização.

Os grupos reflexivos são uma prática alternativa de enfrentamento à violência contra as mulheres. No Brasil, homens acusados deste tipo de violência podem ser encaminhados judicialmente para acompanhamento em serviços públicos e inseridos em grupos reflexivos de gênero e atendimentos individualizados, conforme prevê a Lei Maria da Penha em relação

aos autores de violência de gênero em seu artigo 22⁸: “*VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio*”. A partir daí abre-se um vasto campo de estudo de métodos e intervenções que possam contribuir no processo reflexivo grupal, cujo arcabouço teórico-metodológico deve estar conectado com as teorias feministas, teorias de gênero, estudos das violências de gênero e das masculinidades, em suas interlocuções.

A realização de grupos não se configura uma prática inerente às intervenções dos equipamentos da assistência social ou de qualquer outro setor do poder executivo, ela depende de uma organização interna, desejo das/os profissionais e incentivo por parte da equipe gestora, para além da existência da demanda sempre crescente e pressões da esfera jurídica para quem o encaminhamento dos autores da violência contra as mulheres se configura como resposta efetiva de responsabilização pelo ato criminoso. Não há consenso sobre a quem recai a responsabilidade sobre a execução dos grupos, podendo ocorrer por iniciativa do poder judiciário, poder executivo, delegacias, universidades ou por organizações da sociedade civil (Beiras et al, 2021).

Os grupos reflexivos de gênero dos quais tive acesso enquanto facilitadora, foram implementados dentro de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social e se inspiram na proposta metodológica do Instituto Noos⁹, o que significa que eles objetivam oferecer um espaço de convívio que valoriza a diversidade por meio do diálogo, problematização e questionamentos, a partir da postura reflexiva dos/as facilitadores/as. A metodologia descrita por Beiras e Bronz (2016) é pautada no construcionismo social, nos estudos de gênero, nos feminismos pós-estruturalistas, na teoria sistêmica, ecológica e complexa e na educação popular de Paulo Freire. Nessa perspectiva, a violência entre homens e mulheres é vista como resultado de um contexto cultural, construído historicamente pela linguagem, e conta com a participação ativa dos indivíduos em sua constituição, em uma influência mútua entre a esfera social e a subjetividade individual (Beiras & Bronz, 2016).

⁸ Em 2020, a Lei nº 13.984/20 alterou a Lei Maria da Penha, incluindo no artigo 22 novas medidas protetivas de urgência, voltadas para o acompanhamento do homem autor da agressão.

⁹ O Instituto Noos foi fundado em 1994, com a oferta de terapia de família à parcela da população que não tinha como arcar com os custos do atendimento. A experiência mostrou que as situações de violência que emergiam dentro da família eram recorrentes, o que motivou a criação do *Programa de prevenção à violência intrafamiliar e de gênero*, cujas ações incluem campanhas, sensibilizações, atendimentos, *advocacy*, pesquisa e capacitações. No âmbito desse programa, destaca-se o trabalho com homens em situação de violência intrafamiliar de gênero nos grupos reflexivos. (Beiras & Bronz, 2016)

As bases epistemológicas dos feminismos pós-estruturalistas e do construcionismo me acompanham da prática à pesquisa. Para compreender as nuances da relação construída entre facilitadoras mulheres e homens em situação de violência de gênero e como ambos se afetam, é necessário, a exemplo do construcionismo, seguir um caminho de desestabilização das naturalizações, das verdades universais e possibilitar questionamentos e negociação de sentidos para a construção de uma realidade localizada. Os feminismos pós-estruturalistas convidam a observar as subjetividades que envolvem as percepções de si e do outro a partir da potência do gênero em sua fluidez e das forças disciplinadoras que, ao contrário, assentam a ideia de constância e congelamento dessa categoria, estabelecendo junto com outras fontes de opressão como raça, classe, colonialidade, religião, capacidades físicas e expressões diversas de sexualidades, as relações de poder (Beiras & Bronz, 2016).

É fundamental pensar o lugar da facilitação para o alcance dos objetivos dos grupos. Segundo Beiras e Bronz (2016), a experiência do/a facilitador/a pode servir como possível referência para propiciar a reflexão, atentando-se ao seu próprio processo de transformação em relação à reflexão dos outros, procurando, na horizontalidade, promover a produção de novos sentidos a partir da participação e diálogo coletivo. Ser mulher nestes espaços de facilitação é funcionar como uma espécie de “radar” das violências invisibilizadas, atentando-se para as narrativas que expressam a violência de gênero, das formas mais evidentes às mais sutis, as quais podem passar despercebidas por um facilitador homem. Promover reflexões a partir da objetificação da mulher (mulheres enfeites) pode ser bastante desafiador, já que requer a visibilidade de violências não reconhecidas como tal. Enquanto facilitadora mulher, revisito as experiências da violência de gênero a cada encontro e as devolvo à reflexão coletiva para que sejam vistas sob diferentes ângulos.

Eu construo esta pesquisa com o olhar da experiência que me construiu, ciente de que esta não é a evidência incontestável que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que busco investigar. Como aponta Joan Scott (1999), ao se considerar a experiência, faz-se necessário considerar como se constroem a visão dos sujeitos, de forma distinta e estruturada pela linguagem e pela história. Nos termos da autora, a experiência que eu descrevo é a minha história e a linguagem é onde a enceno. Não falo de uma experiência que me pertence, mas que me constitui. Assim, minha construção narrativa é localizada, contextualizada. Esta é uma dimensão ativa da concepção de experiência, pois considera os processos históricos, a lógica e o funcionamento dos mecanismos repressores, que por meio do discurso, produzem a

experiência. Scott (1999) indica que a historicização da experiência está implicada com a historicização das identidades e, por consequência, com menor probabilidade de engendramento dos sujeitos em matrizes genderizadas. A construção, portanto, da minha identidade junto a diversos marcadores sociais, constrói a experiência que vivencio e descrevo no contexto de facilitação de grupos.

Alguns episódios marcaram minha passagem na facilitação de grupos e minha expectativa ao transcrever algumas delas é aproximar o/a leitor/a da dimensão de possibilidades, desafios e também angústias que a prática pode suscitar nos profissionais. Em um dos encontros, surgiu a seguinte narrativa: “Mulheres não são como cachorros”. A comparação vinda de um jovem participante do grupo já renderia uma vasta reflexão sobre desumanização das mulheres, porém ele prossegue justificando sua afirmação: “ Os cães sempre estão do nosso lado, mesmo que a gente agrida, os maltrate, eles continuam nos amando, são fiéis. As mulheres não, elas nos denunciam, são rancorosas.” O lugar hegemônico de quem subalterniza mulheres (e cães) é também um lugar de constante reivindicação para a manutenção desse status, da hierarquia, da assimetria e coisificação do outro. Como propõem Beiras e Cantera (2014), no trabalho grupal, é importante conhecer a construção de narrativas dominantes, de uma subjetividade idealizada de masculinidades, e projetar um olhar de estranheza a determinadas construções sociais a fim de dar visibilidade a formas diversas de ser e estar no mundo, além de desconstruir naturalizações e o domínio de lógicas opressoras (p.34). Este exemplo traduz um desafio do processo reflexivo grupal, qual seja de questionar e colocar em xeque discursos hegemônicos e normativos dos interlocutores que se apresentam socialmente autorizados a subalternizar em prol da manutenção de um lugar de privilégios.

A implementação dos grupos reflexivos de gênero pode ampliar as perspectivas para ressignificação dos ideais hegemônicos e das relações sociais e permitir a construção de relacionamentos mais saudáveis. Conforme aponta o mapeamento realizado por Beiras, Martins, Sommariva e Hugill (2021), essa prática vem ganhando atenção nos espaços jurídicos e nas políticas públicas, mediante ação da lei e necessidade de respostas para os altos números de casos de violência contra as mulheres¹⁰, sobretudo diante das crises sociais, políticas e econômicas as quais estamos vivenciando e que afetam os sujeitos e as relações e

¹⁰ Dados do IPEA (2021) apontam que em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil e outras 3.756 foram mortas de forma violenta no mesmo ano, sem indicação da causa – se homicídio, acidente ou suicídio. Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

reforçam as desigualdades. Entre estas iniciativas, destaco aqui aquelas desenvolvidas nos serviços do poder executivo, marcados pela presença majoritária de profissionais mulheres¹¹, exercendo funções nas áreas de psicologia, serviço social, pedagogia, entre outras menos frequentes.

Assim, a realidade que se mostra, e na qual meus estudos estão diretamente implicados é, de um lado, o grande número de homens encaminhados para esta ação (conforme articulação dos municípios com a esfera jurídica), e de outro, a grande maioria de profissionais mulheres atuando em serviços da assistência social, que podem ou devem ofertar as ações de grupos reflexivos. Esta pesquisa envolve os afetos existentes nestes processos, o desejo das mulheres, os desafios enfrentados, as particularidades localizadas na questão da diferenciação e desigualdade de gênero e as consequências no processo de reflexão grupal.

Apesar do crescente interesse das ciências sociais, jurídicas e da psicologia social em pesquisas acerca da efetividade dos grupos reflexivos junto aos participantes, ainda são poucos os estudos que se voltam aos efeitos do gênero das/os facilitadoras/es. Dentre estes, destaco a pesquisa de Floretta A. Boonzaier e Sarah Frances Gordon (2015), realizada na África do Sul, a qual aponta para as decorrências da identificação e desidentificação entre participantes e conselheiros¹² na produção de posturas potencialmente mais responsivas¹³. Helena Päivinen e Juha Holma (2012), na Finlândia, defendem a presença de mulheres nesta ação, considerando que a violência praticada pelo parceiro íntimo é uma questão de gênero que envolve relações de poder e, portanto, o gênero da terapeuta¹⁴ tem efeito no funcionamento do grupo e na construção de alianças, úteis no processo de mudanças de atitudes¹⁵. Isabela Venturoza de Oliveira e Fernanda K. M. Sousa (2020) destacam o lugar de fala, protagonismo e representatividade em seu artigo sobre mulheres à frente de um curso sobre masculinidades. Victor H. Berlamino e Jäder F. Leite (2020) analisaram os efeitos que o grupo suscita nos diferentes atores, dando destaque ao vínculo construído pelas facilitadoras

¹¹ Dados do Conselho Federal de Psicologia indicam que de um total de 409.448 profissionais da psicologia cadastrados no território nacional, 347.805 são psicólogas que se declaram mulheres, correspondendo a 85% do total. Dados: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos> - Em relação ao Serviço Social, o site do CFESS indica que mais de 90% das profissionais cadastradas se declaram mulheres. (<http://www.cfess.org.br/>) - acessado em 01/10/2021

¹² Este é o termo utilizado pelas pesquisadoras em referência aos profissionais que facilitam os grupos

¹³ As autoras referenciam a contratransferência e o reconhecimento das vulnerabilidades dos participantes como fator importante para o aconselhamento grupal.

¹⁴ A prática dos grupos é abordada como uma ação terapêutica

¹⁵ Da mesma forma, a presença de terapeutas homens serviria como novos modelos de masculinidades, flexibilizando os padrões rígidos que normalizam as condutas masculinas.

que, pelo atravessamento das desigualdades de gênero, são tensionadas a equilibrarem as dissimetrias de poder a cada encontro, e ainda, a pesquisa de Jan Billand e Pascale Molinier (2017), que ao descreverem o acompanhamento de um grupo facilitado apenas por homens, ponderam a limitação na defesa do ponto de vista das mulheres e reconhecem que esforços dos facilitadores neste sentido podem arruinar a sua relação com os participantes.

“Podem mulheres atuar em grupos com homens autores de violência?” Essa questão levantada por Mauricio et al. (2022, p.98) e que é repetidamente direcionada às facilitadoras e pesquisadoras da área, foi analisada a partir dos enunciados dos participantes dos grupos. Os autores apontam o gênero enquanto um atravessamento na construção do vínculo com as facilitadoras que gera efeitos nas reflexões, em um percurso de elaboração onde a diferenciação marca diferentes lugares pelos quais se pode ouvir e falar sobre determinada experiência” (p.112).

Existe um vasto campo para pesquisas que possam lançar luz sobre as práticas de enfrentamento às violências de gênero e sobre as repercussões aos atores envolvidos. Compreender as razões que mobilizam ou desmotivam as facilitadoras a atuar em grupos que objetivam a redução dessas violências, possibilita pensar estratégias para reforçar essa ação na lógica do cuidado e da atenção às profissionais. Para tanto, lancei nesta pesquisa o questionamento sobre quais os impactos que os discursos relacionados às desigualdades de gênero, que ocorrem nos espaços de grupos reflexivos para homens autores de violência, suscitam nas mulheres que facilitam os grupos e como eles influenciam na sua prática. Assim, tracei como objetivo dessa pesquisa a análise desses impactos, buscando estabelecer a relação entre o gênero e demais marcadores com os lugares em que as mulheres ocupam nestes espaços, identificando, por fim, os desafios e as potencialidades dessa atuação.

2 Construimos socialmente aquilo que nos constrói

A uva e o vinho

Um homem dos vinhedos falou, em agonia, junto ao ouvido de Marcela. Antes de morrer revelou a ela o segredo: – A uva – sussurrou – é feita de vinho. Marcela Pérez-Silva me contou isto, e eu pensei: se a uva é feita de vinho, talvez a gente seja as palavras que contam o que a gente é. (Eduardo Galeano, em O livro dos abraços)

Neste capítulo me desafio a refletir sobre o construcionismo social, em intersecção com as teorias feministas pós-estruturalistas, como possibilidade de fomentar a pesquisa em psicologia social, especialmente no âmbito das ações de enfrentamento às violências de gênero. A ideia de construção do gênero, assim como da raça, em contraposição às ideias reguladoras que essencializam as identidades e a realidade, é a ideia central para se pensar as violências que partem de lugares hegemônicos. Enquanto mulher, psicóloga atuante nos equipamentos do Sistema Único da Assistência Social e pesquisadora junto às facilitadoras de grupos reflexivos com foco no enfrentamento à violência, me vejo convocada a questionar o lugar do estado e de seus agentes como reguladores e legitimadores da ordem social e rever posicionamentos individualistas, cientificistas e essencialistas, buscando o distanciamento das bases epistemológicas que marcaram a psicologia social moderna.

Conforme o resgate histórico descrito por Cardoso (2018), a expansão do construcionismo social conectou-se com os movimentos feministas e de libertação gay nas décadas de 1960 e 1970. Esses movimentos possibilitaram emergir, nas ciências, novos campos de construção da realidade, os quais se propusessem questionar e denunciar os conhecimentos centrados no homem heterossexual como sujeito universal. Assim, transformações no olhar sobre o fazer científico e, especialmente, sobre o objeto da psicologia social, aproximaram as teorias a uma prática política e em consonância com teorias feministas e teorias de gênero. Essas transformações permitiram repensar a atuação das(os) psicólogas(os) sociais nas questões de desigualdade, dominação e opressão, presentes no cotidiano dos serviços da política de assistência social. Nesses espaços, os efeitos sociais dos marcadores de hierarquia se mostram bastante evidentes e constituem grande desafio de atuação para profissionais da psicologia comprometidas(os) eticamente com o enfrentamento às mais variadas formas de violência que acometem, sobretudo, aos abjetos da ideologização capitalista.

Neste contexto, trago a reflexão sobre como a teorização construcionista pode

revelar-se como ferramenta para a análise teórica da realidade social e do “que é o sujeito”, qual seu assujeitamento e seu poder de agência. A perspectiva ético-política que se origina desta teorização e seu desconstrucionismo seria, em seus efeitos práticos, uma teoria desideologizante (Martín-Baró, 1986), potencialmente capaz de promover uma desalienação, instigando os sujeitos à maior reflexão, criticidade e participação social. Por entender que o discurso construcionista social se articula às teorias de gênero e serve de base epistemológica para a metodologia dos grupos reflexivos como ação de enfrentamento às violências de gênero, irei aprofundar o pensamento acerca de seus pressupostos, os quais irão embasar, teórica e metodologicamente, esta pesquisa.

2.1 Construção das realidades no construcionismo social

Para o estudo das implicações da participação de mulheres em um espaço marcado por um discurso regulatório e sexista, a minha vivência profissional e a construção de minha própria identidade estarão em diálogo com as teorias e com os sujeitos da pesquisa, em um processo relacional pautado na linguagem como produção social de realidades contingentes, questionando verdades cristalizadas e, portanto, em acordo com as ideias construcionistas. O construcionismo social, vale lembrar, não se coloca enquanto uma teoria, mas enquanto um movimento e, como tal, é processual e contínuo (Gergen & Gergen, 2010). O termo realidades é usado no plural indicando que podem ser múltiplas, em diversas versões que se constroem discursivamente, denotando a materialidade e o caráter localizado cultural e histórico das múltiplas formas de descrevê-las (Mello et al., 2007).

A investigação construcionista foi definida por Gergen (1990) como aquela que se preocupa com a explicitação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem, incluindo elas próprias. Segundo o autor, o Construcionismo Social é um movimento crítico que questiona as formulações representacionistas sobre produção de conhecimento, se baseia no antiessencialismo e adota uma postura desnaturalizadora, que considera que tanto as pessoas como o mundo em que elas vivem são produtos de processos sociais específicos, de uma construção humana, cultural e histórica. Esta postura refuta a ideia de se produzir conhecimento a partir da observação objetiva e imparcial da realidade (a ideia de ciência enquanto espelho desta suposta realidade), a partir de uma neutralidade científica.

O Construcionismo social, conforme aponta Gergen (1990), situa o conhecimento no interior dos processos de intercâmbio social. Rasesa, Guanaes e Japur (2004), destacam que o construcionismo não pauta-se na epistemologia dualista entre sujeito-objeto, mas

orienta-se por uma epistemologia social, substitui o indivíduo pelo caráter social de produção de conhecimento e enfatiza a contingência da realidade e a multiplicidade de metodologias. As ideias construcionistas pressupõem que cada forma de construir o mundo é sustentada por certas tradições e valores particulares. Há uma ênfase na linguagem, ela é produtora da realidade e permite conexões teóricas importantes no campo dos feminismos (Beiras & Bronz, 2016).

A linguagem, nessa perspectiva, adquire um caráter performativo e passa a ser uma forma de construção da realidade por gerar as categorias a partir das quais pensamos e damos sentidos aos eventos do nosso cotidiano. Como consequência, o conhecimento passa a ser tomado como uma construção coletiva resultante de práticas sociais culturalmente localizadas (Spink & Spink, 2007). Assumindo um lugar central no construcionismo, as práticas discursivas são responsáveis pela interação social e pela produção de sentidos sobre o mundo. Todas as realidades são construídas socialmente, e o campo ambiental de tais construções é a linguagem. Assim, a linguagem não é apenas um reflexo ou uma representação da realidade, mas é quem cria a realidade e constitui a sociedade. Para as considerações construcionistas, não se admite a existência de algo anterior à linguagem, como fundador do indivíduo.

A psicologia social, assim como a antropologia, a filosofia e a sociologia, se debruçam na premissa da construção social da realidade. Há uma longa história que se interpõe como prova de que a espécie se construiu e se constrói de maneira que, constituindo o mundo humano particular, constitui-se a si mesma. Esse mundo construído age também sobre ela e seu equipamento biológico humano, produzindo-a, complexificando-a e modificando-a, em um movimento recíproco (Souza Filho, 2007). Assim, como me refiro no subtítulo desse ensaio, “construímos aquilo que nos constrói”, em uma dialética de ação e retroação da espécie humana com o mundo.

O construcionismo social prioriza a criticidade enquanto um posicionamento que questiona a realidade legitimada por discursos que a consagram, mantida por instituições sociais e dispositivos de poder e controle como mecanismos de produção de sujeição, alienação, dominação. A crítica seria, conforme aponta Foucault (1990), “o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (p.38-39). Colocar em xeque os limites e nossos modos de conhecimentos e de existência é o desafio que o pensamento crítico nos proporciona. A crítica, segundo Butler (2013), escancara a ilegitimidade fundamental da realidade e conduz o indivíduo a uma transformação das formas de conhecer e pensar, impulsionado pelo desejo de não se permitir ser governado. Caso contrário, estará sujeito a “além de ter um modelo

imposto sob a sua existência, receber de antemão os termos dentro dos quais sua existência será ou não possível” (Butler, 2013, p.170).

Pela sua própria definição, o construcionismo não pretende apresentar-se como uma verdade não passível de críticas, tampouco como única forma de pensamento crítico social. O convite à criticidade e à postura reflexiva, proposto pelo construcionismo, prevê que suas próprias ideias sejam suscetíveis a questionamentos, revogações e fluência de novos olhares.

A escolha por essa base epistemológica, portanto, não é isenta de criticidade, já que a ideia construcionista não se propõe a ser uma metanarrativa, mas prevê o questionamento daquilo que se sugere ser uma verdade. As teorias feministas e o construcionismo social iluminam os caminhos desta pesquisa e, assim como o gênero é uma verdade aqui problematizada, as diversas formas de descrever o mundo são um convite às divergências, em um movimento fluido de construção de conhecimentos.

2.2 Agência e psicologia social nas políticas públicas

A psicologia positivista, em busca da neutralidade científica, objetividade, descrição de comportamentos a partir de experimentos em laboratório, perdeu de foco o ser humano agente de mudança, sujeito da história. Ao contrário, sujeitos passivos, biologicamente ou socialmente determinados foram o seu objeto de estudo. Coube, portanto, à psicologia social pós-moderna e crítica, recuperar o indivíduo na inter-relação entre sua história com a de sua sociedade, permitindo então compreender o ser humano como produtor da história (Lane, 2003). A capacidade que os sujeitos têm de construir a realidade social, para além de serem construídos por ela, é o que fundamenta o trabalho em psicologia social, junto às demandas de injustiças e desigualdades da realidade brasileira.

O conceito de agência em Butler, é resistência ao poder, movida pelo desejo e construída na dinâmica da interação social. É o desejo que mobiliza os sujeitos a serem capazes de reivindicar e romper com comportamentos idealizados e normatizados (Furlin, 2013). A agência apresenta-se como descontinuidade de poderes, aquele que forma o sujeito e aquele que o sujeito assume a partir da sua subjetividade e da ressignificação das práticas sociais. Sobre a teoria de Butler, Furlin (2013) descreve:

Assim, sempre que houver um contexto normativo que limita o desejo de ação de um sujeito, o próprio limite ativa a consciência e gera resistência ao poder tornando-se potência, ou seja, produz novas possibilidades que excedem ao poder normativo, ressignificando práticas e comportamentos

culturais. É, então, nesses focos de resistência/agência que ocorrem os processos de transformação sociocultural. (Furlin, 2013, p. 401)

Política e gênero se constroem mutuamente (Scott, 1995). Dessa intersecção surge o agenciamento dos abjetos. O agenciamento é a ação que realoca os enquadramentos e deslegitima o silenciamento, pois mesmo que a dominação implique na ação de silenciar e tornar objeto, em toda a relação de poder existem pontos de insubmissão que lhe escapam (Foucault, 1995). Estes pontos são o espaço de atuação da psicologia social.

Compreender que existem estruturas macrossociais que dificultam e impelem as ações, mas que essas mesmas estruturas são construídas e fundamentadas pela ação de atores sociais, permite pensar em rupturas, em ações transformadoras dos cenários e da ordem social, pautadas no poder de reação, na capacidade dos sujeitos de agirem a partir das interpretações que fazem da realidade. Conforme argumenta DeSouza Filho (2007), o caráter de coisa construída da realidade social, do ponto de vista construcionista, tem importância epistemológica e política: realçar a condição de precariedade e contingência das instituições sociais existentes, para lembrar que elas não são naturais, universais ou mesmo necessárias, permite compreender que essas mesmas instituições de poder econômico, político, sexual, moral, podem ser alteradas e refeitas a qualquer tempo por decisão humana.

Diante das premissas em que estão embasadas o construcionismo social, é exigido um alto nível de compromisso ético das(os) psicólogas(os) sociais. Ao assumir que os critérios para definir valores e verdades são construções particulares e coletivas, influenciadas por um sistema ideologizante, aumenta-se a responsabilidade de adotar posturas éticas atuando em espaços marcados pela autoridade do estado.

A ênfase nas práticas discursivas para produção de sentido direciona a atuação das(os) psicólogas(os) sociais para adentrar nos contextos de violência, vulnerabilidades e injustiças sociais, em um processo de conscientização grupal dos determinantes sociopolíticos que geram as desigualdades. São nas interações que os sentidos ganham materialidade no cotidiano, elas operam como dispositivos concretos de desconstrução e construção de novas subjetividades. A prática da psicologia social nos espaços de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres precisa estar conectada com um pensamento crítico acerca da qualidade dos vínculos comunitários, nos quais as(os) psicólogas(os) também fazem parte, avaliando como se constroem as relações sociais cotidianas, quais as narrativas presentes, como produzem sentido e como os resignificam, a partir da produção de processos reflexivos nas ações grupais e comunitárias.

O Conselho Federal de Psicologia, por meio da CONPAS¹⁶, apresentou em 2016 a Nota Técnica com parâmetros para atuação das(os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, palco de grande parte das ações de grupos reflexivos de gênero. O documento destaca o lugar das(os) psicólogas(os) frente às desigualdades sociais e a urgente ruptura total com modelos de atuação liberais, tais como descritas no trecho a seguir:

Temas políticos fundamentais e transversais, como relações raciais, questões gênero, direitos da população LGBTQ+, direitos das pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e povos indígenas, trajetórias de vidas nas ruas, entre outros segmentos populacionais, que historicamente são discriminados e vulneráveis a violações de direitos, precisam ser reconhecidos e protagonizados por psicólogas e psicólogos. Toda a atuação profissional no campo da garantia de direitos deve ser construída a partir de e com os sujeitos como agentes dessas políticas. A produção de significados, de sentidos e de autoria sobre a própria vida se relaciona diretamente com o exercício da cidadania e da ação política.” (CONPAS, 2016, p.10)

Ao se falar de políticas públicas de atendimento às situações de violência contra as mulheres é necessário reconhecer o gênero enquanto produção de relações sociais e de desigualdades que delineiam as ações destas políticas. Aquilo que se combate é, paradoxalmente, aquilo que se produz. É nas políticas públicas que se destacam quem são as vítimas, as prioridades, quem é compreendido como sujeito e a quem cabe a institucionalização dos corpos vulneráveis, para que seja possível o seu reconhecimento dentro de um enquadramento normativo (Butler, 2017). Em sua pesquisa voltada às problematizações sobre o conceito de vítima em atendimentos a mulheres em situação de violência, Santos e Castellano (2020), apontam o discurso social que, ao passo que cria o ideal de “vítima” (sem poder, passiva, recatada), destitui as mulheres do lugar de quem merece cuidados. Nesta lógica, há um investimento maior, por parte dos agentes do estado, em tentar corrigir o “comportamento de risco” do que em corrigir a conduta de quem praticou a violência. Os discursos institucionais e midiáticos se apresentam focados nos modos de ser e agir das mulheres atingidas pela violência e colocam em xeque o seu status de “vítima” quando estas acionam os seus mecanismos de resistência e capacidade de agência, afetando as

¹⁶ Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social.

respostas das instituições do Estado no atendimento a estas demandas.

Ainda sobre a categorização da vítima, bell hooks (1996), aponta para a necessidade de se transpor uma identidade vitimada para uma identidade de resistência militante, já que pensar numa pessoa como vítima imobiliza a igualdade, ao tempo em que mobiliza uma atenção verticalizada. Vítimas dependem de um olhar de compaixão daqueles que se apropriam da condição de hegemonia. A autora defende a implicação do oprimido com a luta e reforça que a vitimização não alcança igualdade e sim pressupõe uma superioridade de quem vitimiza. Reconhecer a vitimização resulta em pouca mudança estrutural nas relações de poder, já que em uma sociedade machista e racista não é possível acreditar em tratamento igualitário, conclui hooks.

Reconhecer discursos que estabelecem os enquadramentos e o agenciamento capaz de romper as molduras é um caminho que, muitas vezes, é inverso à lógica das políticas de estado e exige mudanças no entendimento do processo relacional dos sujeitos envolvidos nessas ações. Cardoso e Beiras (2018) destacam o saber localizado, a experiência e a interseccionalidade como categorias importantes para o trabalho nas políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero. O saber localizado permite olhar para os sujeitos a partir do que se apresentam em suas especificidades e não enquadrá-los em teorias universalizantes. A experiência é o que torna os sujeitos visíveis (Scott, 1999). Ela produz os sujeitos enquanto história encenada pela linguagem. Falar das experiências é contar nossas histórias e nos posicionarmos sobre como somos construídos enquanto sujeitos, tendo assim a possibilidade de questionarmos, refletirmos e nos permitir novas experiências, o que se reflete em uma ação política (Cardoso & Beiras, 2018).

A interseccionalidade de categorias constitui uma identidade multiplicativa que pode facilitar ou dificultar o acesso aos privilégios construídos socialmente. Para o trabalho em políticas públicas, reforço a defesa de Cardoso (2018), quanto ao diálogo entre estas categorias como contribuição no reconhecimento do discurso hegemônico que produz os corpos abjetos e, como efeito, o tensionamento para fissuras no enquadramento do modelo branco cisheteronormativo, ampliando espaços para que outras matrizes de inteligibilidade surjam.

Considero que as políticas públicas que compõem o SUAS, em especial os CREAS, devam assumir a execução das ações de grupos reflexivos para homens e mulheres em situação de violência de gênero e que os psicólogos sociais estejam presentes nestas ações.

Isso porque ao se distanciar dos espaços jurídicos e policiais, é possível evidenciar o caráter reflexivo deste trabalho, para além de uma ação punitiva. São princípios básicos na atuação da psicologia social nas políticas públicas promover relações dialógicas e horizontais e o reconhecimento do poder de agência dos sujeitos, em especial dos tidos como abjetos do sistema ideológico (mulheres, pessoas discriminadas por raça, classe, etnia, sexualidade, deficiências, religião). Tal atuação se mostra ainda mais desafiadora à mesma proporção que se faz necessária no atual cenário brasileiro, em que discursos e instituições políticas legitimam relações de opressão, misoginia, racismo, homofobia, transfobia, desigualdades sociais e todo um repertório de violências derivadas de um sistema neoliberal, cuja ideologia visa negar e reprimir resistências, transgressões e subversões, para assim domesticar e controlar a vida individual e coletiva em prol de seus interesses.

2.3 Violência normativa e violências (in)visíveis: o ar que respiramos

O arco-íris não tem sete cores. Apesar do olho humano ser capaz de observar um grande número de cores, ainda há um espectro muito mais amplo no arco-íris, talvez um infinito de cores, sem delimitação entre elas e indistinguíveis à nossa visão. No entanto, parece haver uma necessidade humana em simplificar o arco-íris, resumi-lo, enquadrá-lo. A limitação da visão humana, no caso para a distinção de cores, foi transferida ao objeto. E assim convenciamos: o arco-íris tem sete cores. Trago aqui a reflexão da limitação discursiva em relação à riqueza do fenômeno arco-íris, para pensar nas violências normativas cotidianas que excluem, limitam e silenciam as diversidades dos corpos e das múltiplas expressões das sexualidades.

Falar de gênero é falar de violência, de normatizações que conferem o direito à existência, às vidas vivíveis, às vidas enlutáveis (Butler 2017). O conceito de violência de gênero abrange formas diversas de violências, como a violência doméstica, familiar, conjugal, contra as mulheres e contra pessoas LGBTQ+, em suas diferentes manifestações (física, psicológica, moral, patrimonial, sexual, virtual, política, laboral). O termo engloba, portanto, “todas as violações que se tornam possíveis a partir da forma como socialmente e culturalmente nós generificamos as normas de inteligibilidade de seres humanos” (Nothaft, 2016, p. 18).

Sobretudo, falar de gênero, como sugere Joan Scott (1995), é falar sobre a história e todos os temas sociais. As práticas e identidades sexuais são criações humanas, cujas manifestações são permeadas por normas e ideologias que as definem em dicotomias como

natural e normal versus antinatural e anormal. Conforme alerta Butler (2003), a crença na existência de essências de sexo e de gênero, como dados a priori, em algum plano biológico ou metafísico, anteriores ao discurso, é a origem ideológica da fabricação da ilusão que se impõe como verdade inabalável: sexo e gênero naturais e inatos, sendo o gênero uma decorrência linear do sexo, além da ideia correlata-imediata de heterossexualidade compulsória.

Constroi-se histórica e culturalmente os ideais de masculino e feminino, o que é ser homem e ser mulher e, decorrentes desse esquema fundador, todo o enquadramento que fundamenta ideologicamente a violência, preconceito e discriminação àquilo que não se adequa, os corpos dissidentes, as sexualidades desviantes. Para Butler (2003), a generificação dos corpos os confere inteligibilidade e o sujeito gendrado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações. Dessa forma, os gêneros inteligíveis são os que mantêm relação de coerência e linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

O entendimento do caráter cultural da subjetivação que atravessa os sujeitos generificados demanda um pensamento para além da divisão binária do sexo masculino e feminino. O historiador Thomas Laqueur (2001), situa no contexto político dos séculos XVIII e XIX da Europa ocidental, a transição da luta ideológica pelo poder entre homens e mulheres, para a natureza, para o sexo biológico. Por não haver mais justificativas para os costumes que conferem a supremacia aos homens, o corpo passou a ser o ponto decisivo. Conforme o autor, antes desse período, o discurso sobre a diferenciação sexual utilizava-se mais do viés político do que biológico. Ele destaca que os corpos femininos eram vistos como uma versão incompleta dos corpos masculinos, com os órgãos sexuais subdesenvolvidos. A ideia de complementaridade de opostos e binarismo de gênero é recente, a diferenciação dos corpos fomentou a pesquisa científica na Europa ocidental do séc. XVIII, que por sua vez constituiu, pelo discurso, o pensamento essencialista da diferença sexual (Laqueur, 2001).

Ressalto aqui que a ideia, ao se falar sobre a construção social do sexo, não é de negar a materialidade dos corpos, mas de localizar nos processos e práticas discursivas a razão pela qual “aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos” (Louro, 2008, p.80). A visão construcionista revela, como destaca DeSouza (2017), que todas as características e comportamentos designados como tipicamente masculinos ou femininos, como agressividade, racionalidade, coragem, delicadeza ou fragilidade, provém de

significações produzidas em discurso ideológico e reiteradas pelas instituições de controle e poder. Da mesma forma, com as mesmas implicações, a biologia moderna criou o conceito de raça, o que nos exige repensar a construção de hierarquias e categorias de opressão construídas pela cultura eurocentrista, por meio do discurso da biologização do social.

Mas no que implica dizer que o gênero é uma produção social? Como descreve Butler (2003), os corpos são envolvidos no discurso que categoriza, organiza e instaura as relações de poder, a criação das hegemonias e das subalternidades. A autora destaca que, ao performatizar um ato, performatiza-se um ato generificado. A diferença sexual age a serviço das normatizações e do imperativo heterossexual. Assim, todas as formas de existência humana estão submetidas à heteronormatividade, ou seja, a naturalização e hegemonia de uma forma específica de sexualidade, relacionada à matriz de inteligibilidade heterossexual e ao binarismo homem x mulher.

Sobre o conceito de heteronormatividade de Butler, Maria Juracy Toneli e Simone Becker (2010) destacam:

Ela é escrita na lei, codificada nas/pelas instituições e construída em uma enorme variedade de práticas comuns e, em última instância, significa que tudo e todos são julgados pela perspectiva hetero. Produz e constrange a inteligibilidade de gênero, estruturando os mundos social, político e cultural não apenas por meio de seu impacto sobre as ideias e crenças, mas, sobretudo, por seus efeitos práticos sobre as instituições, leis e vida cotidiana (casamento, adoção, banheiros etc.) privilegiando quem mais se aproximam da norma e estigmatizando/marginalizando/tornando invisíveis – ininteligíveis – comportamentos, práticas e relacionamentos que dela desviam. (Toneli & Becker, 2010, pp. 4-5).

A antropóloga norte-americana Gayle Rubin (1998) alerta que a identidade de gênero exclusiva demanda a repressão de expressões diversas ao enquadramento do que é considerado feminino ou masculino. Todas as pessoas precisam, assim, reprimir algumas características próprias para se adequarem a esta identidade. O quanto pode ser violento reprimir manifestações consideradas contrárias àquilo que se diz ser do repertório do sexo determinadamente biológico de um sujeito? Negar suas características é negar um lugar de existência, possível apenas em um esquema binário homem x mulher e seguindo um roteiro heteronormativo. Butler (2017), afirma que os sujeitos se constituem mediante normas que,

em sua reiteração, produzem os termos pelos quais se reconhecem. A autora, que é um dos principais nomes da teoria queer, denuncia o apagamento de tudo o que está entre ou às margens desse sistema em nome das produções normativas, socialmente construídas por discursos médicos, psicológicos, filosóficos, positivistas, cientificistas e midiáticos.

Conforme o pensamento de Foucault (2012), na relação entre corpo e poder, a reiteração das práticas em torno dos ideais regulatórios, institucionais, políticos e culturais, produzem corpos governáveis, submetidos a um mecanismo de opressão, um padrão regulatório da identidade em uma perspectiva heterossexual. Butler (2003) afirma que as categorias identitárias relacionadas ao sexo e ao gênero são criadas e definidas pelo poder e, portanto, são contingentes. A performatividade, como descrita por Butler, produz o humano (binário, heterossexual) e o abjeto (transexual, travesti, homossexual e todos os corpos cuja existência é considerada não importante). O performático então “se refere à prática de reiteração de normas que constitui o humano e no mesmo movimento o inumano.” (Azerêdo, 2010, p.181). Isso porque a própria ideia de repetição estilizada da performatividade do gênero aponta para a potencialidade de subversão aos seus padrões naturalizados (Graça, 2016).

As sexualidades dissidentes constituem a razão da existência da heteronormatividade, pois há uma relação constitutiva entre o normativo e o desviante. Toneli e Becker (2010) sustentam que as normas de gênero autorizam a violência tal como a conhecemos cotidianamente, ao mesmo tempo que a torna invisível à nossa apreensão, ou seja, a violência normativa é primária e serve para permitir e apagar a violência típica.

A filósofa brasileira Marilena Chauí (1985) apresenta um conceito de violência como a “conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão” (p. 4). Tanto a nível social quanto no contexto doméstico, é possível identificarmos a violência como forma de manutenção de hierarquias, concebida como forma legitimada de controle e condução assertiva.

A escritora feminista bell hooks (2018) destaca que a socialização que ocorre em uma cultura de dominação se volta para a aceitação da violência como forma de controle social. Ameaças, castigos físicos, abusos psicológicos são utilizados sempre que as estruturas hierárquicas estiverem tensionadas, incluindo a violência contra as crianças, seja ela praticada por homens ou mulheres. A violência doméstica, independente de como se manifeste, reforça hooks, está sempre conectada com a dominação masculina e o pensamento

sexista, pois o que está em jogo é a estrutura hierárquica e a manutenção do poder. As violências visíveis são apagadas pela naturalização dessa hierarquia e das normas que a sustentam.

Não é possível pensar as desigualdades de gênero sem pensar na racialização do gênero, ou colonização do gênero, como aponta María Lugones (2014). Conforme a autora, os estudos decoloniais preconizam a desconstrução conceitual das teorias e das práticas (ocidentais) baseadas em pressupostos binários, fixos, duais, identitários, com modelos de perspectiva complementar, marcados pela diferença. As posturas feministas críticas surgem das contradições do pensamento ocidental e seus processos de essencializações do corpo masculino e feminino, da naturalização da sexualidade heteronormativa e da racialização, incluindo na construção epistêmica, a experiência de mulheres negras, indígenas e das demais etnias, mulheres subalternizadas e silenciadas. A autora destaca que a decolonialidade do poder está relacionada à decolonialidade do gênero, ou seja, os estudos decoloniais enfatizam a racialização e o conceito de colonialismo para pensar a colonização dos sujeitos, seus corpos, sua sexualidade e sua cor.

Nesta mesma lógica, Rita Segato (2006) sustenta que a questão do feminicídio é simétrica à colonização de territórios, havendo muita semelhança entre a violação do corpo feminino e a conquista territorial. Guerras e estupros caminham juntos ao longo da história e, segundo a autora, a territorialização dos corpos femininos também se apresenta nos discursos morais em torno de normas que produzem e excluem sujeitos.

A produção de conhecimento, em uma perspectiva feminista precisa estar distanciada das violências epistêmicas que silenciam vozes femininas e subalternas (Gayatri Spivak, 2010). A epistemologia feminista negra pressupõe que a forma de construir o pensamento é localizado, racializado, generificado. A socióloga Patricia Hill Collins (2019), ao tratar da teoria do ponto de vista, defende que o lugar marginalizado das mulheres negras permite enxergar desde esse lugar para o centro, mas também para a margem. Segundo a autora, ao falarmos da defesa de um ponto de vista é preciso evidenciar algumas questões: 1. A construção dos olhares e discursos não dizem respeito a experiências individuais, mas à construção histórica dos lugares ocupados por determinados grupos sociais; 2. O lugar de fala dos grupos sociais tidos como minoritários não inviabiliza a fala dos grupos hegemônicos; 3. Marcadores sociais são usados para reafirmar desigualdades, as quais se estabelecem de forma estrutural e não a partir de relações individuais.

Ao se falar das violências normativas e cotidianas é preciso nomear quem agride, localizar o hegemônico. É necessário reverter a lógica que sustenta os lugares de fala e observar a construção da cultura brasileira sob a representação de alguns mitos (Ribeiro, 2017). O mito do povo passivo e alegre¹⁷, o mito da democracia racial¹⁸, que nega a face cruel do racismo e de toda a ideologia do branqueamento¹⁹. Lélia Gonzales (1988), ao trazer a categoria amefricanidade, suscita uma discussão geopolítica que destaca as experiências da diáspora com as vivências locais, ou seja, o feminismo negro das mulheres negras brasileiras, partindo daquilo que perpassa o seu dia-dia e que, na prática, se distancia muito dos mitos. No Brasil, a identidade racial é constantemente negada, a ideia de miscigenação e colorismo, distancia pessoas negras por tons de pele (mito da origem branca) e o caminho oposto, o processo de tornar-se negro e encontrar o próprio rosto e a própria história, é um processo permeado pelo medo e pela violência.

Utilizando-me do conceito de lugar de fala de Djamila Ribeiro (2017), reforço que as assimetrias de gênero, raça, classe e sexualidade acionam mecanismos de poder que silenciam algumas vozes e privilegiam outras a partir do lugar em que seus agentes ocupam. A fala é um privilégio em detrimento do silêncio (Spivak, 2010). Assim, nem todas as mulheres que sofrem violência são consideradas vítimas, a inteligibilidade desta categoria pode depender de modelos (de vidas enlutáveis), como o da mulher branca, heterossexual e monogâmica, entre outros diversos padrões normativos de comportamento.

A aproximação com essas teorias contribuem para pensar sobre o discurso que produz a categorização e confere inteligibilidade somente para alguns corpos. Seus efeitos são

¹⁷ Sobre ideais sociais que retratam o povo brasileiro como pacífico, ver: Souza, Meriti (2018). Cenas brasileiras, violências, subjetividades. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2018v25n40p468>

¹⁸ O mito da democracia racial opera negando o racismo, se apoiando na ideia de que negros e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando de iguais oportunidades econômicas e sociais, inexistindo qualquer preconceito ou discriminação fundada em origens étnicas ou raciais (Bernardino, 2002). O principal articulador dessa ideia foi o historiador Gilberto Freyre, com sua teoria do lusotropicalismo. Lélia Gonzalez (1982) alerta ao fato de que os “casamentos inter-raciais”, que deram origem ao mito, nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante. Devido à miscigenação resultante, vivemos até os dias de hoje a crença de que o Brasil é uma democracia racial.

¹⁹ As políticas de branqueamento da população, começaram a ser arquitetadas pela elite branca brasileira desde o início do século XIX, devido à pressão inglesa pelo fim do tráfico e abolição da escravidão (Azevedo, 1987). Com a Proclamação da República, a elite política e econômica brasileira via os africanos e seus descendentes como obstáculos à construção do Brasil como nação moderna. A solução imaginada por essa elite, influenciada pelas teses científicas do darwinismo social e pela eugenia, foi promover o branqueamento da população, por meio da imigração de europeus. Para isso, o Estado Brasileiro incentivou a imigração europeia, com financiamento das passagens e promessas de terras para os que quisessem se estabelecer por aqui. A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão da democracia racial (Azevedo, 1987).

reproduzidos em espaços de grupos reflexivos de gênero e podem impactar nas ações das mulheres facilitadoras. Dificuldades relacionadas às desigualdades sociais estruturais, como a invisibilização e generalização de mulheres negras e mulheres trans, podem se tornar mais evidentes à proporção do seu distanciamento dos padrões hegemônicos.

Diante desse breve panorama, apego-me às ideias construcionistas e nas teorias feministas e de gênero, para reforçar que as violências que se mostram cada vez mais evidentes nos discursos legitimados por interesses políticos e econômicos no nosso país, obviamente não derivam de genes de uma animalidade ancestral, tampouco são naturais, universais e irreversíveis, mas foram ideologicamente construídas e fortalecidas em um processo de colonização dos corpos e das ideias. Desestabilizar, por meio de espaços de reflexão, as narrativas que fundamentam as regras de gênero e as masculinidades, e dar visibilidade às violências estruturais, normativas e institucionalizadas, pode ser o caminho para um novo olhar também sobre as relações afetivas e as violências cotidianas no ambiente doméstico.

2.4 “Antes podia”: masculinidades em revisão

Na prática em grupos reflexivos para homens, presenciei relatos que apontavam para questionamentos sobre as masculinidades construídas a partir de referenciais violentos. “Antes podia (...), agora a gente já nem sabe o que pode ou o que não pode fazer.” Narrativas como esta foram recorrentes e traduzem a reivindicação da perda do lugar referencial pela interdição da lei. Ao enunciarem esse tempo passado em que supostamente lhes seria permitido manifestar uma masculinidade legitimadamente agressiva em relação às mulheres, possivelmente se reportam a um período em que as denúncias de violência contra as mulheres eram menos frequentes, a própria temática menos visibilizada, ou ainda, a um momento anterior à legislação voltada aos crimes de violência contra as mulheres. O ato violento é censurado moralmente e punido legalmente e as masculinidades que “antes podiam” performar e serem legitimadas por essa via, agora precisam ser revistas.

O título XXXVIII, do Livro V, das Ordenações Filipinas concedia ao marido o direito de matar sua esposa, se flagrada em adultério, assim agindo em defesa e manutenção de sua “honra”. Em 1830 foi promulgado o primeiro Código Criminal Brasileiro e que retirou da legislação essa previsão, porém as leis que se seguiram protegeram os autores do crime com dispositivos que os eximiam da responsabilização pelo ato devido a passionalidade destes, que os guiavam para um estado de perturbação dos sentidos (Ramos, 2012). Apenas

em 2021 o PL 2325/2021 alterou o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, “excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.”²⁰

Homens historicamente autorizados a cometerem crimes contra as mulheres e a desqualificação destas remetem, novamente, à obra “Quadros de Guerra”, onde Butler (2017) chama algumas vidas de enlutáveis. Sua crítica se dirige ao Estado, com seus dispositivos de controle e regulação, que decreta quais vidas são dignas de luto e determina os lugares que homens e mulheres ocupam nas relações de poder.

Nesse jogo de poder, os homens entre si não o alcançam da mesma forma. Conforme aponta Berenice Bento (2015), o gênero é o primeiro carimbo social que é entregue aos sujeitos. O corpo então é um instrumento para atingir modelos identitários cada vez mais difíceis de serem atingidos, já que a hegemonia é historicamente mutável, está relacionada com padrões culturais e institucionais de poder e é inacessível para a grande maioria dos homens.

A formação desse corpo masculino prevê uma educação dos meninos voltada para um ideal de homem forjado na competição, no esporte, uma masculinidade duramente construída sob a violência consentida (Louro, 2008). O homem “de verdade”, conforme aponta Vigoya (2018), é apresentado e impulsionado pela economia neoliberal em filmes, revistas e propagandas sob a forma de um homem viril, heterossexual, que não demonstra fragilidades, que não fala de sentimentos. Estes padrões, reforça a autora, não se fixam apenas em corpos lidos como masculinos pela norma, mas circulam por homens trans e mulheres lésbicas, reforçando que os estereótipos que permeiam as masculinidades fazem parte de uma teatralidade performativa. Imersos em um discurso generificado sobre comportamentos, ações e possibilidades de ser no mundo, pessoas marcadas pelas masculinidades tendem a experienciá-la por meio de práticas de violência naturalizadas por uma cultura sexista.

A subalternidade surge em oposição à construção social e cultural de padrões hegemônicos, numa relação de poder que, como bola de neve, oprime a quem está mais distante do idealizado. Considerando o entendimento de que as masculinidades são socialmente construídas, elas variam de cultura a cultura, variam dentro dessa cultura no

²⁰ Fonte: Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148901>

decorrer do tempo e através de um conjunto de variáveis e, ainda, variam no decorrer da vida de cada indivíduo (Kimmel, 1998). Assim, as masculinidades compreendem um conjunto de comportamentos e significados caracterizados pela fluidez e por um processo de mudança constante. Nesta lógica, Connell (1995) reforça as influências do Estado, da economia, da família, na construção das masculinidades. Assim, mesmo um contexto social semelhante pode produzir diferentes masculinidades, pois esta construção seria tanto um projeto coletivo quanto um projeto individual.

As masculinidades são construídas nas relações dos homens com outros homens, cujas relações de poder são pautadas nas desigualdades baseadas em raça, etnia, idade, classe, sexualidade, e nas relações dos homens com as mulheres, onde a desigualdade de gênero é o marcador da relação de poder. Kimmel (1998) destaca que, estando as masculinidades imersas em relações de poder, os privilégios são menos visíveis aos privilegiados, ou seja, a invisibilidade em relação aos próprios privilégios, é um privilégio da hegemonia. Isso porque mulheres, negros, gays, “os outros” subalternizados, vivenciam as relações de opressão que marcam suas vidas e essa condição de subalternidade é cotidianamente exposta e visível. Para se manter no lugar hegemônico, os homens precisam legitimar seu poder constantemente. Após ser provada a masculinidade, ela volta a ser questionada e precisa ser provada novamente, em um esforço contínuo e inatingível.

Em algumas raras vezes, homens autores de violência, participantes dos grupos em que atuei como facilitadora, buscaram atendimento individualizado no serviço para relatar situação de abuso sexual ocorrido na infância ou adolescência. Para além do trauma decorrente da violência, o medo de ter sua heterossexualidade questionada se configurava como a maior angústia e, a fim de desviar-se dela, estes homens passaram a assumir uma postura de virilidade extrema, a qual inclui em seu repertório, a violência contra as mulheres. Autocontrole emocional, força, status financeiro, um alto nível de exigência é demandado nessa tarefa de demonstração das masculinidades. A desvalorização das demais masculinidades é a principal forma de demonstração da masculinidade, segundo descreve Kimmel (1998). Assim, o subalterno é criado pelo hegemônico para que este se firme, por oposição, como um modelo idealizado e “os outros” emasculam homens brancos heterossexuais (nórdicos, cristãos, casados, profissionalmente estáveis) com suas características opostas e desvalorizadas.

Um ideal de hegemonia é sustentado pela vigilância de todos os homens (Connell &

Messerschmidt, 2013). Descréditar as mulheres é um mecanismo de manutenção de padrões de masculinidades. Violências, homofobias, racismos e discriminações diversas derivam, por consequência, deste empenho na manutenção do poder hegemônico. É portanto, nesse campo das relações de poder, da dominação do hegemônico sobre o subalterno, que as violências são legitimadas e invisibilizadas. As narrativas expostas em espaços de grupos reflexivos apontam para as dificuldades no reconhecimento do lugar de hegemonia e, conseqüentemente, das violências direcionadas às mulheres, gays, transgêneros.

No exercício de pensar os privilégios masculinos, cito aqui os próprios grupos reflexivos, que são espaços exclusivos para os homens refletirem sobre suas masculinidades e as questões que envolvem as relações de gênero. O privilégio de ter esse espaço só para si pode ser desvelado quando comparado ao contexto dos grupos reflexivos para mulheres. Estes são marcados pela presença de bebês e crianças. Já que as mulheres pouco conseguem circular nas suas funções e assumem praticamente todos os cuidados referentes aos filhos, com muito mais dificuldades elas conseguem um tempo só para si.

Marcado este exemplo, ressalto que o conjunto de privilégios masculinos está relacionado com a raça e demais marcadores sociais, em uma identidade multiplicativa, que os posicionam, ao mesmo tempo, enquanto vítimas e autores de violências. Raça, gênero e sexualidades formam um grande entrelaçamento. O racismo delimita a construção das masculinidades. Nkosi (2014) traz a reflexão sobre o corpo do homem negro “o pênis sem o falo”, como um corpo supermasculino, viril e potente. A divisão ocidental entre mente (razão) e corpo (emoção), é a divisão entre senhor e escravo. O corpo negro é animalizado e a crença na superioridade corporal do negro é a irmã gêmea da crença em sua inferioridade intelectual (p.85). O autor alerta que um homem negro que não apresente a virilidade e agressividade idealizadas, será ainda mais invisibilizado, pois abre mão da valorização (alienada) destes atributos, fruto do recalque do homem branco.

Por ter suas masculinidades mais distanciadas dos ideais hegemônicos, também os homens negros colhem menos privilégios, sob efeitos dos atravessamentos do racismo que estrutura e organiza as relações de poder na cultura eurocentrada. O reconhecimento dos privilégios e de seus atravessamentos exige a revisão das masculinidades e pode ser impulsionado por processos reflexivos que dêem visibilidade às violências cotidianas que agredem, limitam, aprisionam e matam simbólica e fisicamente suas vítimas.

2.5 Grupos reflexivos como ação de enfrentamento às violências de gênero

A Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) prevê intervenções com homens autores de violência contra as mulheres. Em 2020, a Lei nº 13.984/20 alterou o Artigo 22 da LMP e estabeleceu a obrigatoriedade, ao homem autor de violência, de frequentar centros de educação e reabilitação e fazer acompanhamento psicossocial. As alterações partem do entendimento de que, para prevenir as violências de gênero, é preciso construir ações que envolvam os homens autores da agressão. A Lei, no entanto, não estabelece um delineamento, diretrizes ou formato metodológico para estas ações, gerando tensões e questionamentos que indicam a necessidade de investimentos que promovam avanços nessa temática, conforme aponta Beiras (2014).

Segundo recente mapeamento nacional²¹, foram identificadas 312 iniciativas, programas ou grupos para homens autores de violência contra as mulheres no território brasileiro, sendo a região sul a que mais apresenta ações, 126 no total (Beiras et al, 2021). Estas ações, por não estarem sujeitas a uma metodologia comum, resultam em propostas bastante distintas entre si em relação às bases metodológicas, número de encontros, de participantes, periodicidade e instituição responsável pela ação, variando entre órgãos públicos municipais, organizações da sociedade civil, tribunais de justiça, universidades ou delegacias.

Os autores do mapeamento indicam que a responsabilização reflexiva pelo ato da violência no trabalho coletivo, subverte os sentidos e significados da homosocialização masculina, pautada em velhos padrões da sociedade moderna. Apesar da legislação enfatizar a lógica agressor-reeducação-ressocialização, os trabalhos conectados com a proposta reflexiva fogem destas perspectivas. O termo agressor limita o sujeito ao seu ato, a reeducação e a ressocialização passam a ideia de que esse sujeito escapou à norma e precisa ser recolocado, enquanto é justamente a norma que legitima as relações hierárquicas e de dominação masculina. Termos como reeducação, reabilitação e recuperação trazem embutidas, em seu prefixo “re”, a ideia de existência de uma equidade social e que bastaria que os autores da agressão fossem reinseridos na educação que teria constituído a suposta sociedade igualitária. No entanto, ao invés de algo a ser recuperado, são necessárias

²¹ O [mapeamento nacional das iniciativas, programas ou grupos para autores de violência contra mulheres](#) foi desenvolvido a partir de pesquisa realizada em 2020 pelos/as Pesquisadores/as: Prof. Dr. Adriano Beiras, Ms. Daniel Fauth Martins e Michelle de Souza Gomes Hugill (CEVID/SC). Uma parceria entre o [Grupo de Pesquisa Margens](#), [Departamento de Psicologia/UFSC](#) e o COCEVID (Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro).

mudanças estruturais e culturais que permitam a construção de relações de gênero, raciais e sociais mais equitativas. A lógica autor-reflexão-responsabilização, diferentemente, permite localizar o sujeito diante das subjetividades que envolvem o ato violento. Importante ainda ressaltar que grupos reflexivos diferem-se de grupos terapêuticos. As masculinidades que agridem não configuram uma doença, mas são uma questão de discursos que atravessam o sujeito, uma questão social de política pública que não deve ser individualizada, psicologizada.

Em termos metodológicos, orienta-se que os grupos tenham ao menos doze encontros, com um número máximo de vinte homens e com facilitadores capacitados com formação voltada para os estudos de gênero e das masculinidades (Beiras et al, 2021). As metodologias utilizadas devem possibilitar ao sujeito refletir sobre a origem da violência como linguagem, olhar para além da experiência temporal e contextual particulares e promover reflexões pautadas em demandas sociais, em um movimento coletivo capaz de estranhar as naturalizações impostas e construir novas formas de ver e de modificar a realidade (Beiras & Cantera, 2014).

A partir da pandemia de Covid 19, a realidade que se apresentou motivou adaptações para a modalidade de grupos reflexivos em ambiente virtual. Conforme apontam Beiras, Bronz e Schneider (2020), a escassez de recursos e equipamentos tecnológicos por parte dos participantes, a falta de privacidade no ambiente doméstico e as dificuldades em se avaliar a participação não ativa dos homens (nas ocasiões de silêncio dos participantes não há garantias de que estejam atentos ao encontro) são alguns dos desafios que podem afetar as interações nos grupos. Por outro lado, a não necessidade de deslocamento para o espaço presencial é um fator importante que viabiliza a presença de um número maior de participantes.

No âmbito internacional, Antezana (2012), destaca quatro principais modelos ou enfoques de intervenção com HAV contra as mulheres: 1- o psicopatológico – distúrbios da personalidade: Esse modelo assume uma perspectiva clínica e psicoterapêutica e explica a violência de forma isolada, localizada nos indivíduos, considerados portadores de distúrbios de personalidade, sem considerar o contexto sociocultural em que estão inseridos; 2- o psicoeducativo pró-feminista – esse enfoque lança sobre a violência uma leitura de gênero, reposicionando o problema como uma questão social, no âmbito das relações de poder e controle dos homens sobre as mulheres e baseia-se na filosofia educativa de Paulo Freire, que enfatiza a capacidade das pessoas capazes de questionar criticamente suas realidades e, a partir da reflexão, modificar aspectos negativos de si mesmo; 3- o cognitivo-comportamental

– neste enfoque a intervenção é dirigida aos pensamentos considerados “incorretos”, às distorções cognitivas, às habilidades de autocontrole emocional, visando ampliar a capacidade de negociação, controle da ira e solução de conflitos, desconsiderando as questões de gênero e socioculturais; 4- o construtivista-narrativista com perspectiva de gênero – considera o contexto sociocultural e político próprio dos enfoques pró-feministas e das teorias de gênero, com atenção às interseccionalidades e em aliança com as colaborações psicoterapêuticas. O gênero, nessa perspectiva, é compreendido como um dispositivo de poder, que configura e organiza a vida social e subjetiva dos indivíduos através de uma identidade normativa, encarnada de maneira subjetiva numa identidade pessoal. (Antezana, 2012, p.15).

No espaço em que atuei com grupos reflexivos, tanto no ambiente virtual como no presencial, a equipe buscou aproximar-se da proposta metodológica do Instituto Noos. Segundo esta metodologia, descrita por Beiras e Bronz (2016), a atenção no trabalho com grupos se volta à linguagem, às narrativas, à relação e à reflexão crítica colaborativa. A proposta, embasada no construcionismo social, nas teorias feministas pós-estruturalistas e de gênero, na teoria sistêmica e na educação popular, vê os grupos como espaços privilegiados para a explicitação de discursos dominantes que evidenciam os efeitos do gênero performatizado e reforçam as diferenças a partir dos ideais normativos e das masculinidades hegemônicas.

A partir das narrativas e de suas contradições, abre-se a possibilidade da desfamiliarização, estranhamento, reflexão crítica e construção de novos sentidos. Assim, segundo os autores, o processo dialógico/reflexivo possibilita desnaturalizar posturas cristalizadas, como o conceito de gênero, o binarismo e a heterossexualidade compulsória. Rapizo (2017) destaca que a possibilidade de dar sentido está delimitada pelas condições sócio-históricas dos sistemas de significação e a própria ideia do eu consiste em uma produção discursiva. Nessa lógica, o grupo como um espaço dialógico tem a potência de transformar a maneira como cada um participa de discursos sociais dominantes e pode servir para ensaiar novas narrativas do mundo e de si mesmo. Em uma visão construcionista, Raserá e Japur (2018) descrevem o grupo como uma prática discursiva em que o foco inicial não está nos indivíduos, mas nas condições conversacionais, na maneira como os processos comunicativos permitem aos participantes estarem na relação.

Os estudos de gênero e teorias feministas pós-estruturalistas são importantes campos teóricos para fundamentar as ações dos grupos pois, conforme destacam Beiras e Bronz (2016), permitem pensar o gênero a partir de sua construção e desconstrução e seus

atravessamentos com a linguagem. O conceito de performatividade de gênero (Butler, 2003) introduz a ideia do gênero enquanto caráter normativo, produzido socialmente pela linguagem, por atos, gestos, signos, reiteradamente, constituindo corpos legitimados e corpos excluídos e normatizando a vida social. Beiras e Cantera (2014) defendem que a teoria queer e o seu contraponto às ideias binárias de gênero, evidencia o que está à margem, entre os pólos, o estranho, o inominado. A reflexão crítica em relação ao binarismo de gênero e aos discursos essencialistas desafia a norma social, permite desvendar e questionar crenças e ideologias que sustentam as desigualdades e as relações de poder construindo, assim, novas narrativas.

A educação popular de Paulo Freire (2003) também fundamenta as ações de grupos reflexivos e propõe relações horizontalizadas, autonomia e agência dos participantes, conhecimento contextualizado, respeito às diversidades e o exercício dos direitos humanos, além do enfoque às diversas expressões da sexualidade e das identidades de gênero. Segundo Beiras e Bronz (2016), nos grupos, os princípios da educação popular se traduzem na interação e trocas de diferentes saberes sem distinções hierárquicas e na produção de perguntas conversacionais, que geram reflexões contextualizadas na experiência de cada participante.

Em relação à inclusão de facilitadoras mulheres e formação de duplas mistas, Beiras e Bronz (2016), observaram maior premência nos debates sobre gênero ao longo dos encontros dos grupos do Instituto Noos. Os participantes destes grupos relataram, segundo os autores, ser positiva a experiência de ter uma mulher contribuindo nas conversas. O estudo de Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), conclui que há um destaque dos benefícios que a composição mista pode trazer na execução dos grupos reflexivos de gênero para homens.

O processo de avaliação das ações dos grupos ainda é um grande entrave. A não reincidência, por parte dos homens, pode estar relacionada com o aprendizado de estratégias para evitar o enquadramento dos delitos regidos pela lei, invisibilizando ainda mais as demandas de violências pautadas nas desigualdades de gênero. Portanto, as ações dos grupos não podem limitar-se a evitar conflitos, mas devem comprometer-se com mudanças culturais e sociais nas relações. O acompanhamento egresso dos homens e o contato com as mulheres vítimas da violência podem contribuir para um processo avaliativo consistente das ações.

Finalmente, considerando o grande impacto que esta ação é capaz de promover no atual cenário de desigualdade e violência contra as mulheres, assim como argumenta Beiras (2014), é importante que a execução dos grupos se torne uma política de estado, que seja contínua, com recursos específicos, que os/as profissionais se identifiquem com uma

proposta sólida, que possuam estrutura material, local físico e capacitações adequadas e assim se sintam encorajados/as a enfrentar os desafios desta prática.

2.6 Os lugares da facilitação

Há um importante debate sobre a participação de mulheres no processo de facilitação de grupos para homens autores de violência. Apesar de estudos apontarem como sendo positiva esta participação (Beiras & Bronz, 2016; Beiras, Nascimento & Incrocci, 2019, Beiras et al, 2021) ainda há pouca pesquisa a respeito dos efeitos dessa inserção, tanto para as facilitadoras quanto para os participantes.

O primeiro passo nessa discussão é destacar as funções dos/as facilitadores/as e os conjuntos de habilidades necessárias para a promoção do processo reflexivo. Beiras e Bronz (2016) descrevem que, para além dos conteúdos teóricos relacionados ao gênero e às masculinidades, a facilitação deve promover trocas que permitam aos homens reelaborarem modelos cristalizados de masculinidade. Rapizo (2017) descreve que cabe a estes/as a inclusão de todas as vozes no diálogo, a adoção de uma posição de “não-saber”, o foco nos processos da conversação e no tom dos diálogos, a garantia de formas equilibradas de participação e ainda promover a criatividade e permitir a reflexividade a partir dos recursos grupais e individuais surgidos na conversação. Cabe ao/à facilitador/a lançar questionamentos críticos, perguntas reflexivas e desestabilizadoras, possibilitando aos participantes arriscar novas formas de se posicionarem no mundo (Beiras & Bronz, 2016).

O relatório que traz o mapeamento, análise e recomendações para a execução dos grupos (Beiras, et al, 2021) destaca que 64% das iniciativas no país trabalham com equipe mista de homens e mulheres na facilitação, enquanto 25% trabalham apenas com mulheres e 7% exclusivamente com homens. O relatório sugere que a menor presença de homens relaciona-se com a preponderância de mulheres nas áreas de psicologia e serviço social, as quais são as mais demandadas para a execução dos grupos. Para atender às propostas metodológicas, o trabalho em duplas sempre se faz necessário, pois possibilita o registro do encontro, maior riqueza de trocas e problematização das posturas para um processo autoavaliativo das equipes.

Nestes espaços de grupos, as mulheres estariam mais atentas às falas sexistas que poderiam não ser identificadas por facilitadores homens, devido ao lugar privilegiado que dificulta visualizar privilégios. Dentro desta lógica, as facilitadoras mulheres estão na mira de falas e posturas machistas. Mas como lidar com a construção dos vínculos, o processo de

identificação e acolhimento sem deixar de expor contraposições que enfatizem o ponto de vista das mulheres? Como evitar a percepção de um corporativismo entre mulheres contra os homens e vice-versa? Na dinâmica de trabalho com duplas mistas ou só com mulheres, as relações entre participantes e facilitadoras pode servir de tema para reflexão no próprio espaço do grupo, pois todo o repertório de diferenciações e contradições que envolvem esta relação trazem à luz, concepções de gênero e masculinidades que se pretende, com o grupo, desestabilizar e reconstruir.

Na pesquisa realizada por Päivinen & Holma (2012), com um grupo para homens autores de violência contra as mulheres, tendo uma profissional terapeuta na condução, destacou-se visões teóricas que partem do princípio de que, assim como a violência praticada pelo parceiro íntimo é uma questão de gênero envolvendo atitudes e relações de poder, o gênero da terapeuta tem efeitos no funcionamento do grupo e na aliança desta com os participantes. Ao acompanhar cinco sessões do grupo, as pesquisadoras puderam visualizar a dificuldade na construção do vínculo, já que a tarefa da terapeuta era vista como a de confrontar e desafiar os homens, ou seja, uma reguladora do discurso sexista. A pesquisa concluiu que os comentários vindos de uma terapeuta mulher tendem a ser generalizados, interrompidos, desafiados ou ignorados. Como representante de uma categoria diferenciada do masculino e generalizada, sua presença pode despertar nos participantes maior expressão das atitudes negativas em relação às mulheres, ela pode se tornar catalisadora das expectativas sexistas. Antes de serem vistas como elas mesmas, as profissionais são vistas enquanto uma generalização atribuída à categoria mulher (o outro) e, ainda, como representantes da mulher que denuncia a violência. Por outro lado, um terapeuta homem pode enfrentar desafios em situações em que os participantes buscam se aliar a ele e lhe oferecer um lugar de poder e destaque.

Como apontado anteriormente, essas posturas no ambiente do grupo podem ser bastante úteis se trazidas para a discussão e reflexão, pois revelam exatamente o que se pretende desconstruir em termos de subjetivação das masculinidades. Assim, a presença de mulheres facilitadoras pode suscitar conteúdos de reflexão a partir da vivência relacional de gênero observada na dinâmica do próprio grupo.

O estudo etnográfico de Billand & Molinier (2017), realizado em São Paulo, com um grupo reflexivo facilitado apenas por homens, revelou as dificuldades que os facilitadores podem ter em pontuar e defender o ponto de vista das mulheres sem prejudicar sua relação empática com os participantes. O confronto com as queixas das mulheres é um importante mecanismo de reflexão e a ausência delas pode resultar na total assimetria de discurso e

vitimização dos homens. Os grupos, nesta perspectiva, perigam se transformar em um espaço de compartilhamento e troca fraternal e conivente entre homens, sem considerar a experiência relacional de gênero e com limitação de questionamentos de padrões hegemônicos. A postura dos facilitadores, que indica identificação ou distanciamento, também dá pistas de como esses homens que atuam nos grupos vêem a sua própria masculinidade, o quanto reconhecem os privilégios e o quanto se colocam como homens diferentes dos outros, podendo neste caso, apresentar certa cegueira em relação às suas contradições. Este risco possivelmente aumenta sem a presença de mulheres para fazer as contraposições.

Entender as masculinidades como uma produção normativa do gênero possibilita ampliar a discussão para além da centralização na figura do homem como algoz ou vítima do patriarcado. Oliveira e Sousa (2020) apresentam os impactos, desconfiças e questionamentos que surgiram a partir da proposta das autoras em oferecer um curso sobre masculinidades. Como não se trata de ensinar a ser bons homens, mas sim pensar nas teias de relações e nos processos que nos produzem como sujeitos, as interseccionalidades se somam e contribuem neste processo de desnaturalização das masculinidades. Este exemplo pode ser trazido para a facilitação de grupos, onde mulheres, pessoas negras, gays, trans, podem contribuir na ampliação do debate das construções discursivas que dão origem às relações de poder e limitam as existências. Assim, a multiplicidade de identidades também possibilita o processo de identificação dos participantes, saindo da lógica do discurso hegemônico para a inclusão de várias vozes que, em maior ou menor grau, também fazem parte da história destes sujeitos.

A relação empática e a contrarreferência foram apontadas como importantes ferramentas para a condução dos grupos por mulheres, segundo a pesquisa de Boonzaier e Gordon (2015). As autoras sugerem que diferenças de gênero, raça e idade das/os facilitadoras/es podem ter impacto no grupo e que identificações psíquicas contribuem na vinculação e nos efeitos da intervenção sobre os homens autores de violência.

Sobre as tensões na relação entre facilitadoras e participantes, o estudo de Belarmino e Leite, (2020), apontou que o atravessamento das desigualdades de gênero, pode tensionar as facilitadoras a equilibrarem as dissimetrias de poder utilizando uma “roupagem institucional”. Revestidas de um suposto poder institucional elas equalizariam as relações de forças naquele espaço e até inverteriam a norma social de hegemonia masculina. Contudo, assumir este lugar pode ser prejudicial à abertura para posicionamentos no processo

reflexivo, o que reforça a importância de uma postura pautada nas bases teóricas aqui descritas.

Para a melhor compreensão da construção das relações entre facilitadoras/es e participantes dos grupos, em paralelo com a orientação construcionista, é importante considerar a noção de self e o conceito de posição. Carla Guanaes e Marisa Japur (2003) descrevem a compreensão de que as pessoas constroem a si mesmas e a seu mundo nas relações, ou seja, o self é construído em uma dimensão relacional de práticas discursivas nas quais as pessoas dão sentido ao mundo e às próprias ações. O self depende das posições que são assumidas pelos interlocutores durante suas práticas discursivas. A partir deste entendimento, é possível pensar enquanto metodologia de compreensão acerca dos discursos, em grupos reflexivos, na Teoria do Posicionamento e sua tríade conceitual: posição, força social da ação e linha de história. O posicionamento pode ser definido como a construção discursiva de histórias pessoais que confere inteligibilidade às ações das pessoas e as localiza em uma conversa. As diversas posições de self se diferenciam de acordo com as normas sociais que regulam essas interações. A força social da ação diz respeito ao poder e às consequências práticas do ato de posicionar a si e aos outros, e as linhas de história se referem aos significados que definem os sentidos de uma posição num contexto específico (Guanaes & Japur, 2003).

Na prática, este entendimento contribui para apreender de que forma discursos cristalizados, por exemplo, afetam a maneira como as pessoas se constituem nas relações, as posições que declaram (controle, autoritarismo, agressividade) e as posições que outros atribuem a ela. Nos grupos, o olhar sobre as construções discursivas e as posições que as pessoas assumem (facilitadoras/es e participantes) irá contribuir na compreensão do próprio processo de produção de sentido, da variedade de descrições de si, e das suas possibilidades de ação.

Ao pensar nos diversos lugares que as mulheres ocupam socialmente, destaco que o olhar sobre as profissionais mulheres é historicamente marcado pela demanda do cuidado, atribuído como uma função “feminina”. Sobre isso, considero importante trazer a reflexão sobre a ética do cuidado, a partir de um modelo feminista, teorizado pela filósofa e psicóloga feminista Carol Gilligan e que descrevo aqui, sob o olhar da filósofa Tânia A. Kuhnen (2014). Este modelo reconhece a existência de duas vozes da moralidade, uma voz masculina, racional e voltada à justiça e ao direito, marcada pela racionalidade, em contraste com uma

“voz diferente”, uma perspectiva “feminina”, baseada na experiência de conexão com o outro e cujo o cuidado é a prioridade como decisão moral na manutenção das relações. Essa voz diferente da voz padrão, seria formada, valorada, hierarquizada e naturalizada pela sociedade patriarcal, que ordena a vida com base no gênero e coloca homens no topo da hierarquia social (Kuhnen, 2014, p.03). Assim, em uma sociedade patriarcal, espera-se que as mulheres assumam os cuidados em nome da “moralidade feminina”, que operaria na lógica da emoção em detrimento da razão, marcando um lugar de subordinação e inferioridade hierárquica em relação aos homens, cuja a suposta racionalidade lhes confere o lugar mais alto na cadeia de poder. Ter conhecimento sobre essas vozes e ouvir a voz diferente da moralidade, destaca a autora, não significa limitar-se a elas, ao contrário, seria o caminho para a transformação social, visando uma complementaridade entre as diferentes perspectivas morais, por meio do reconhecimento de que qualquer sujeito pode desenvolver distintas formas de perceber e lidar com problemas morais. A teoria moral feminista reivindica uma voz, não marcada pela emoção irracional, mas por uma racionalidade contextualizada, voltada para a conexão e cuidado, sem desconsiderar o direito com base nas noções de justiça e igualdade, ou seja, uma complementação entre as vozes.

A sobrevivência humana depende da vivência relacional, que envolve a empatia, a cooperação e o cuidado. A voz, a que se refere Gilligan, não é uma reivindicação “feminina”, mas uma voz humana (Kuhnen, 2014, p.06). A desvalorização do cuidado é uma marca da desigualdade social sustentada pela cultura patriarcal. Enquanto associa-se o mundo público do poder social às masculinidades, o mundo interno das ações domésticas fixa-se nos atores subordinados nos marcadores sociais de gênero, raça e classe, e assim, o lugar de quem cuida afasta-se ao lado oposto de quem detém o poder. A ética do cuidado questiona a cultura que opõe os gêneros e que naturaliza os binarismos e as desigualdades, defendendo que todas as pessoas podem desenvolver a habilidade de cuidar. Não se trata, como defende a autora, de uma abordagem feminina, mas feminista da ética. De forma oposta aos ideais de masculinidades, a ética do cuidado promove a experiência das vulnerabilidades, afetos, sensibilidade emocional, entendimento mútuo, e busca quebrar o ciclo reprodutivo das desigualdades de uma sociedade patriarcal.

A experiência na facilitação de grupos reflexivos marca o meu lugar enquanto pesquisadora e me constrói nessa teia de relações com mulheres que sofreram e denunciaram a violência, homens participantes e facilitadoras/es de grupos reflexivos. No processo de

formação de sujeitos é nossa relação com os outros que nos diz quem somos. Butler (2015), ao teorizar sobre como somos constituídos na vida social e a que custo, expõe o reconhecimento de que compartilhamos uma certa cegueira a respeito de quem somos, revelando a inexistência de um sujeito coerente que se conhece por completo, mas que se reconhece nas relações com os outros. Segundo a autora, é a partir do momento que alguém nos convoca, que sentimos a necessidade de contar uma história sobre nós mesmos. Ao mesmo tempo em que falamos e nos reconstruímos nesse processo, estabelecemos uma relação com nosso interlocutor e buscamos agir sobre ele. São, portanto, as condições sociais e um conjunto de normas que determinam o surgimento do “eu”.

Trago para essa pesquisa e para o encontro com facilitadoras a noção de que há sempre uma linguagem que enquadra o encontro e que não nos pertencem os termos por meio dos quais oferecemos e aceitamos o reconhecimento. Conforme Butler (2015), o estabelecimento de uma singularidade é limitado pelos códigos que regem o humanamente reconhecível, com os quais se deve negociar para falar de si. Assim, conhecer o outro é assumir que nenhuma resposta poderá capturá-lo por completo, é permitir que a pergunta permaneça aberta e o desejo do reconhecimento sempre vivo, sem nenhuma exigência sobre a construção de uma biografia coerente, linear e atemporal.

3 Caminhos Metodológicos da Pesquisa

Metodologicamente, esta pesquisa qualitativa foi uma análise narrativa com base epistemológica nos princípios e critérios do construcionismo e feminismos pós-estruturalistas. Minha intenção com a escolha metodológica foi dialogar, a partir do olhar construcionista, com os avanços históricos feministas e estudos de gênero (Scott, 1990; Butler, 1998, 2003, 2004, 2014), articulando-os com os estudos sobre homens e masculinidades (Connell, 1995, 2014, 2015; Connell e Messerschmidt, 2013; Kimmel, 1998; Vigoya, 2018) e as interseccionalidades (Lugones, 2014; Collins, 2015). As teorias se encontram e convergem sobretudo na ausência de garantias ontológicas, no caráter local e contingente dos conhecimentos produzidos na pesquisa, incluindo a ênfase na perspectiva do meu olhar enquanto pesquisadora, admitindo a impossibilidade de um distanciamento entre minha construção social e o objeto desta pesquisa.

As narrativas orais foram coletadas por meio de entrevistas online, gravadas em vídeo com facilitadoras de grupos reflexivos para homens em situação de violência de gênero. A escolha pela metodologia qualitativa me permitiu a análise mais profunda de narrativas pessoais, possibilitando o acesso às emoções e o aprofundamento do material coletado. Esta metodologia oferece uma visão mais ampla da complexidade dos temas estudados e, como apontam Beiras, Espinoza e Garcia (2017), é condizente com análises e discussões sobre feminismos. Sobre o uso de metodologias feministas Ângela Davis (2018) descreve:

As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas. (Davis, 2018, p.99)

A metodologia feminista de análise das narrativas que utilizei nessa pesquisa está implicada com a ética dos projetos feministas, de caráter antiessencialista, não universal, localizado e crítico, de atenção à especificidade histórica e cultural do conhecimento. Por lidar com questões sociais em uma perspectiva crítica, este fazer científico é também um fazer político. Conforme apontam Beiras, Espinoza e Garcia (2017), as metodologias que inserem na sua compreensão um tom político, reflexivo-crítico e ético, estão em consonância com as teorias feministas. Nessa perspectiva, utilizei as ideias construcionistas como método,

por entender que a temática exige a desconstrução de verdades cristalizadas, a postura crítica e reflexiva sobre as normatizações, em especial relacionadas ao gênero, que limitam os corpos e legitimam as violências.

3.1 Pesquisa feminista e construcionismo social

O construcionismo e os feminismos críticos pavimentaram os caminhos epistemológicos dessa pesquisa. Estas teorias permitem olhar as relações em um fluxo de construções e reconstruções onde as múltiplas verdades emergem de contextos sociais, culturais e históricos específicos. Compreender como as realidades se constroem pode abrir caminhos para a desconstrução de verdades universais que agem a serviço das normatizações nas relações de poder.

As ideias construcionistas, tendo Gergen (1978, 1990, 2001, 2010), Burr, (2006), Nogueira, Neves e Barbosa, (2005) e Ibañez, (2001) entre as principais referências, pressupõem que cada forma de construir o mundo é sustentada por certas tradições e valores particulares. A ênfase na linguagem permite conexões teóricas importantes no campo dos feminismos. As análises são construídas a partir de subjetividades que perpassam pela escolha do objeto analisado, os valores privilegiados, as vozes ouvidas e as vozes silenciadas (Beiras, Espinoza & Garcia, 2017). As teorias de gênero e os feminismos pós-estruturalistas, especialmente a partir das contribuições de Butler (1998, 2003, 2013, 2017), trazem o olhar para as demandas de desconstrução de binarismos, dicotomias e críticas aos discursos dominantes e essencialistas, tornando visível o que está à margem e reconhecendo todas as formas de existência.

A metodologia feminista pautada no construcionismo propõe acolhimento, horizontalidade, permite a construção de vínculos entre pesquisador/a e participantes, pressupõe a entrega mútua no processo dialógico. Em consonância com as bases teóricas desta pesquisa, destaco as narrativas pessoais como processos de construção social de subjetividades e realidades e, portanto, um meio de transformação da ordem social. Partindo das bases do construcionismo e das teorias de gênero, a proposta teórica e metodológica desta pesquisa buscou enfatizar as reflexões críticas, relacionando os discursos à construção das subjetividades, aos contextos e às interações sociais.

3.2 Estudo das narrativas

A análise das narrativas orais ocorreu em diálogo com as bases epistemológicas

desta pesquisa como ferramenta de desconstrução e reflexão crítica e me permitiu acessar a experiência emocional das narradoras. Os materiais coletados nas entrevistas e a sua análise foram criações derivadas da experiência compartilhada na pesquisa, derivadas da relação entre pesquisadora e participantes.

Nesta pesquisa, trago a ideia de narrativa como uma prática discursiva que oferece maior vazão à expressão desprovida de relações institucionalizadas, fundamentada mais na experiência do que em retransmissões ideológicas. Essa perspectiva sugere que o conhecimento é sustentado por processos sociais e especificidades históricas e culturais, e que o significado da linguagem é derivado da maneira como ela funciona dentro dos padrões da relação. (Nogueira, Nevez & Barbosa, 2005). A forma como a pessoa que narra organiza a sequência narrativa, faz uso de recursos linguísticos, destaca ou oculta eventos, revela sobre a construção de significados e tem especial importância na pesquisa.

Para o estudo das narrativas, Riessman (2008) aponta a necessidade da definição do termo narrativas, dentre diversas possibilidades de compreensão. Assim, irei evidenciar qual o conceito de narrativas de que trata esta pesquisa. Assim como aponta Riessman (2005), explorei a ideia de narrativas como performance e construção interacional. Durante a narrativa, ocorre um processo de elaboração conjunta, em que aquele que conta e aquele que ouve, colaboram mutuamente na criação de sentidos. O ato de ouvir fortalece o ato de narrar, assim assumo um lugar ativo nessa dialógica. Conforme aponta Sandra Harding (1998), a pesquisadora é um indivíduo histórico e real, com desejos e interesses concretos, não uma voz de autoridade anônima e invisível. Crenças e pressupostos de quem narra e de quem ouve se cruzam e se traduzem no processo interativo.

As narrativas são histórias temporalmente ordenadas, em resposta à entrevistadora, com expressão limitada a um evento ou encontro particular, com aspectos significativos da vida da pessoa que narra. Elas são um tipo específico de discurso, transmitidas historicamente e delimitadas pelas habilidades de cada sujeito. As narrativas são envoltas de unidades de sentido, produzidas socialmente e, portanto, em movimento de ressignificação, a partir das relações, acordos, reflexões e passíveis de múltiplas interpretações. Elas dão inteligibilidade ao mundo, aos acontecimentos, à realidade daquele que narra. (Beiras, Espinoza & Garcia, 2017).

Conforme descrevem os estudos de Rasera, Guanaes e Japur (2004), as narrativas são construtoras das identidades, do self e da subjetividade. Os autores referenciam os estudos construcionistas na afirmação de que as identidades não são individuais e toda a autobiografia é, em tese, uma sociobiografia, escrita e reescrita continuamente. A

subjetividade, portanto, é construída a partir de narrativas múltiplas e reiteradas, que se reproduzem e se modificam nas interações sociais.

Narrativas pessoais consistem em intersecções da biografia, da história e da sociedade (Riessman, 2002). Considerando que os problemas pessoais são localizados em tempos e lugares particulares, as narrativas seriam obras históricas. Elas servem para argumentar, convencer, entreter, em um processo de entrega da experiência, permitindo acesso para o estudo sistemático do pensamento, dos significados, e para a construção da identidade pessoal. A análise das narrativas pessoais pode lançar luz sobre como as relações sociais são construídas e transformadas, contam sobre processos sociais e históricos, sobre crenças e a fluidez da realidade social e individual. As narrativas pessoais “fornecem janelas para vidas que confrontam as restrições das circunstâncias” (Riessman, 2002, p.707). A autora destaca ainda que o acesso às narrativas pessoais permite desvendar como conceitos sociológicos funcionam no cotidiano, dar visibilidade às relações de poder, às situações de opressão que afetam desproporcionalmente as mulheres e promover mudanças no sentido da subversão à ordem social.

Considerando uma proposta construcionista social, a construção do *self* ocorre em um processo relacional que se dá na linguagem. As narrativas dão sentido à vida. São relacionais, pois uma narrativa sobre mim também é uma narrativa sobre o outro, o que implica que uma identidade nunca é individual, mas situada em uma rede de identidades recíprocas (Rasera & Japur, 2018). A narrativa se refere à conexão entre eventos relevantes ao longo do tempo e que dá sentido ao *self*. Sobre as narrativas de *self*, Rasera e Japur (2018) destacam:

Essa forma narrativa produz uma sensação de realidade para as descrições do *self*, consistindo o meio pelo qual a identidade se forma. Assim a inteligibilidade sobre si mesmo não é decorrente dos eventos da vida propriamente ditos, mas das convenções narrativas disponíveis culturalmente, que os destacam e articulam de formas específicas. Essa visão de narrativa vai além de uma noção dessa como simplesmente uma forma de contar sobre uma vida para alguém. A narrativa torna-se ela própria o que estamos chamando de *self*. (p. 48)

Não se pretende, com as narrativas, uma versão da verdade, elas são intersubjetivas e localizadas, o que significa que as histórias de uma mesma pessoa não serão as mesmas quando contadas duas vezes, já que a escolha de palavras, destaques e estilos é própria de cada versão. As descrições reverberam o momento presente, com vocabulários e discursos

socialmente disponíveis. Rasesa e Japur (2018) alertam que os processos discursivos e conversacionais na construção da pessoa e dos relacionamentos precisam ser analisados de forma a dessencializá-los, apoiando a ideia de linguagem como ação e potência para mudanças.

3.3 Análise temática, estrutural e dialógica das narrativas

A análise das narrativas que realizei nesta pesquisa consistiu na junção das análises temática, estrutural e dialógica, na busca por um aprofundamento das informações coletadas em entrevistas. Durante toda a análise das narrativas, a base teórica escolhida para a pesquisa serviu como recurso interpretativo.

Utilizei-me da análise temática, descrita por Riessman (2008), para examinar principalmente qual conteúdo a narrativa estava comunicando, respondendo às questões “o que o texto disse”, “por que o disse” e “para quem o disse”. O objeto da investigação nesta etapa da análise foi a própria história narrada. Considero importante ressaltar que as facilitadoras de grupos reflexivos de gênero entrevistadas possuem conhecimento teórico sobre os temas abordados e os conteúdos estiveram carregados de reflexões, já previamente elaboradas em sua prática direcionada ao outro, ao participante das ações grupais e, em muitos casos, em espaços de supervisão. A sustentação de posicionamentos teóricos ou o desnude de teorias, circulando entre diversos lugares sociais, são questões que a análise temática pôde apontar para um início de investigação.

Riessman (2008) aponta que, para a análise estrutural, inclui-se a questão "como se diz", ou seja, como a narrativa foi estruturada para dar o sentido de interpretação ao ouvinte, qual o posicionamento estratégico dos elementos que compõem a narrativa, as unidades narrativas, que marcam a sequência lógica e temporal da história narrada. Essa análise teve principal importância na descrição de como as facilitadoras iniciaram seu trabalho com grupos reflexivos para homens, onde relataram desejos pela pesquisa, oportunidade de ação profissional e o desejo inspirado em vivências pessoais, estruturando temporalmente suas narrativas de forma a intercalar em escalas hierárquicas, estudos, experiências e afetos que as localizam nestas ações.

Na perspectiva dialógica e de desempenho das narrativas, sugerida por Riessman (2008), elementos da análise temática e estrutural foram selecionados, acrescentando-se o questionamento de como a narrativa oral foi interativa, dialógica e performativamente produzida. Considerou-se, portanto, a influência da pesquisadora e de um processo relacional, o ambiente, as circunstâncias de produção e de interpretação das narrativas. A

questão central nesta análise foi “para quem”, “quando” e “por que” se disse aquilo. Neste momento, as questões reflexivas e os aspectos subjetivos da pesquisadora operam ainda mais sua influência, tanto na produção quanto na interpretação dos materiais narrativos.

3.4 Entrevista

Minha escolha pela entrevista semiestruturada (roteiro em apêndice 2) ocorreu pela possibilidade de apontamentos da temática relevante como apoio à construção das narrativas, porém sem imposição de uma rigidez de direcionamentos, deixando fluir a comunicação como resultado da minha relação com o sujeito da pesquisa, em um processo interativo e dinâmico de produção de sentidos. Assim, conforme aponta Sheila McNamee (2014), uma visão relacional da pesquisa compreende o objeto de estudo como processos interativos, ou seja, a relação entre as pessoas e a relação destas com seus ambientes.

Apesar da dissimetria inerente ao ato de entrevistar, já que recai sobre a entrevistadora estabelecer previamente as “regras” da pesquisa e conduzir os questionamentos, o fato de sermos, pesquisadora e entrevistadas copesquisadoras, mulheres que atuam e investem seus estudos e interesses profissionais em uma temática comum a ambas e da qual não saímos ilesas enquanto agentes de reflexão e ação crítica, foi possível estabelecer uma familiaridade que permitiu acolher e ser acolhida simultaneamente.

As entrevistas foram realizadas individualmente, de forma online, gravadas em vídeo com áudio. Inicialmente me apresentei falando um pouco mais da minha experiência em grupos reflexivos e da minha motivação para a pesquisa, além de pontuar sobre como surgiu a indicação e o convite para a entrevistada. Como primeiro passo no registro das informações, recolhi os dados sociodemográficos, deixando informado que as entrevistadas não precisariam responder questões que fossem desconfortáveis a elas. Em seguida iniciei a gravação com as questões subjetivas. Neste momento, iniciamos um processo dialógico, onde ambas podiam refletir e ressignificar as experiências narradas pela copesquisadora. As perguntas foram flexibilizadas a fim de contemplar e aprofundar as narrativas, sem deixar de mencionar os temas centrais da pesquisa. Após finalizar a gravação, fizemos alguns apontamentos sobre a experiência da entrevista. As narrativas foram transcritas, incluindo os aspectos importantes para as análises estrutural e dialógica, como os silêncios, expressões faciais e outros sinais não-verbais relevantes para análise das narrativas.

Segue um quadro com informações das fases em que a entrevista narrativa foi desenvolvida.

Quadro 1

Fases e critérios da entrevista narrativa

Fases	Crítérios
Preparação	Envolveu todo o projeto de pesquisa: definição do tema, estudo das teorias e das metodologias, definição de objetivos, escolha dos(as) participantes, elaboração do roteiro de entrevista.
Iniciação	Clima adequado: informalidade, ausência de distrações Início da gravação Introdução ao tema.
Narração Central	Abertura para discorrer sobre o tema a partir das perguntas e além delas Escuta ativa Contato visual Estímulos para a narrativa.
Fase de questionamento	Exploração da narrativa com questionamentos que buscaram incentivar o aprofundamento das histórias
Fase de conclusão	Fim da gravação. Apontamentos sobre a experiência.

Fonte: Wengraf, T. & Chamberlayne P. (2006), conforme citado em Ferreira, V. & Martins, B. (2016).

3.5 Participantes copesquisadoras

O estudo das narrativas que desenvolvi teve uma análise aprofundada, sem o intuito de uma generalização e, portanto, com um número pequeno de pessoas entrevistadas. Para o levantamento dos dados narrativos, realizei entrevistas semiestruturadas individuais com dez mulheres com experiência de, pelo menos, um ano na facilitação de grupos reflexivos para homens em situação de violência de gênero. Considerei este período de experiência necessário para a construção e elaboração de sentidos a partir da narrativa da vivência e minimamente suficiente para acompanhar ao menos dois ciclos de grupo, correspondente à,

em média, doze encontros. Nove entrevistadas facilitadoras copesquisadoras foram indicadas pelo professor Dr. Adriano Beiras, que além de estar à frente de diversas pesquisas e mapeamentos de grupos reflexivos, também ministra cursos para facilitadores/as e coordena o projeto *Ágora*, da UFSC, que executa grupos reflexivos para HAV contra as mulheres e promove aprimoramento metodológico, teórico e prático a estas ações. A outra copesquisadora foi indicada pela Dra. Raissa Jeanine Nothaft, cuja pesquisa de doutoramento foi realizada em grupos reflexivos de gênero. Apesar de ter lido produções acadêmicas de algumas das entrevistadas ou ter participado de aulas em comum com uma delas durante o curso de mestrado, não havia tido maior contato ou compartilhado experiências de trabalho até o momento da entrevista. A pesquisa, portanto, pode ter possibilitado um canal de abertura para trocas futuras entre as experiências diversas de facilitação de grupos.

As entrevistadas, todas lidas socialmente enquanto mulheres, são profissionais da área de psicologia (uma estudante), uma do serviço social e uma da antropologia, que atuam nas capitais de quatro estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal (Brasília, Florianópolis, Porto Alegre e São Paulo). Das dez participantes, seis delas realizam ou já realizaram pesquisas nas áreas de gênero, violências ou masculinidades. O trabalho com grupos reflexivos possibilita uma vivência muito profunda, não só para os participantes como para as facilitadoras que levam de alguma forma, para as suas pesquisas, os impactos dessa ação. De certo modo, esta pesquisa trata de afetos que também motivam as mulheres a produzir materiais sobre as temáticas presentes na relação com os grupos reflexivos.

Com a indicação de facilitadoras experientes e envolvidas ativamente na temática de grupos reflexivos para homens autores de violência contra as mulheres, entrei em contato com cada uma das entrevistadas, me apresentando e convidando-as a participarem da pesquisa, após uma breve explicação dos objetivos. Todas aceitaram prontamente e, após enviar o TCLE por e-mail e sanar as dúvidas apresentadas, agendamos as entrevistas que ocorreram pela plataforma google meet, entre os meses de julho a dezembro de 2022. As entrevistas foram individuais e tiveram duração média de uma hora. Elaborei um roteiro de entrevista semi estruturado para guiar a conversa, porém algumas perguntas não se fizeram necessárias devido à riqueza de informações nos relatos de suas experiências. Falar sobre ser mulher ou ser mulher negra, não heterossexual ou com alguma deficiência, nos espaços de grupos reflexivos para homens, se mostrou ser uma demanda importante para as facilitadoras. As entrevistadas relataram, de alguma forma, que falar sobre isso as fazia ter maior noção do quão impactante foi ou é para elas esta experiência. Assim, a experiência tomou forma também na narrativa. Transcrever pessoalmente as entrevistas me ajudou a perceber as

emoções lentamente, cada palavra, cada silêncio. As narrativas denunciam o desejo em descrever esta prática, conectando a bagagem teórica das participantes com as suas vivências pessoais das desigualdades sociais que se fazem evidentes nas reflexões dos grupos.

Vale destacar que os procedimentos aqui descritos estiveram de acordo com as determinações das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, conforme as resoluções do Conselho Nacional de Saúde: 466/2012 e 510/2016, que preveem os princípios éticos nas pesquisas envolvendo seres humanos (Conselho Nacional de Saúde, 2012) e CNS 510/2016 (pesquisas em Ciências Humanas e Sociais). Um termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice 1) foi entregue e assinado, devolvido por e-mail, previamente submetido ao comitê de ética para aprovação, a fim de resguardar os direitos das pessoas entrevistadas. Ressalto que as participantes foram informadas, através do TCLE, a respeito de seus direitos, da garantia de sigilo das informações fornecidas e do caráter voluntário da pesquisa, que garante a liberdade para recusarem ou se retirarem da pesquisa a qualquer momento.

Dados sociodemográficos das copesquisadoras e dados relacionados à profissão, formação, tempo de atuação em grupos foram registrados e o panorama é apresentado nos quadros abaixo:

Quadro 2

Dados sociodemográficos das entrevistadas copesquisadoras

Nome²²	Idade	Auto denominação de Gênero/ Sexualidade	Auto denominação de Cor/Raça	Estado Civil	Segue alguma Religião	Possui deficiência
Aline	26	mulher cis	branca	solteira	não	não
Eloah	23	mulher cis	branca	solteira	não	não
Luana	31	mulher cis	não branca	solteira	não	não
Maria	35	mulher cis	branca	casada	espírita	não
Janaína	27	mulher cis	branca	solteira	não	não
Pâmela	28	mulher cis	branca	união estável	não	não

²² Os nomes foram substituídos por nomes fictícios a fim de garantir o sigilo das identidades

Cláudia	44	mulher cis	branca	casada	espírita	não
Yasmin	32	Queer (socialmente lida como mulher)	negra	divorciada	não	baixa visão
Verônica	59	mulher cis	branca	viúva	budista	não
Helena	38	mulher cis	branca	casada	não	não

Quadro 3

Dados profissionais das entrevistadas copesquisadoras

Nome	Profissão	Formação	Tempo atuação em GRG²³	Formação específica para grupo reflexivo, feminismos e/ou masculinida des	Cidade de atuação	Instituição Vinculada
Aline	Psicóloga	Psicologia	03 anos	Projeto de extensão, mestrado na área (gênero)	Florianópolis - SC	Universidade
Eloah	Estudante graduação	cursando Psicologia	02 anos	Espaços formativos (Gênero e violência), projeto de extensão	Florianópolis - SC	Universidade
Luana	Psicóloga	Psicologia	1,5 ano	Treinamento e supervisão em projeto de extensão	Florianópolis - SC	Universidade
Maria	Psicóloga	Psicologia	12 anos	Curso metodologia Instituto Noos	Brasília - DF	Poder Executivo - GDF ²⁴

²³ GRG - Grupos Reflexivos de Gênero. O tempo de atuação refere-se ao trabalho em grupos voltados para homens autores de violência contra as mulheres.

²⁴ Governo do Distrito Federal

				Mestrado e doutorado na área de gênero		
Janaína	Psicóloga	Psicologia	2,5 anos	especialização em terapia sistêmica, pesquisa de mestrado na área (grupos reflexivos)	Porto Alegre - RS	Universidade
Pâmela	Psicóloga	Psicologia	1 ano	Terapia Sistêmica Mestrado na área (masculinidades)	Porto Alegre - RS	Universidade
Cláudia	Psicóloga	Psicologia	14 anos	Formação em terapia familiar Curso metodologia Instituto Noos	Brasília - DF	Poder Executivo - GDF
Yasmin	Antropóloga	Ciências Sociais e Antropologia	04 anos	Pesquisas de mestrado e doutorado na área (Grupos reflexivos)	São Paulo - SP	ONG
Verônica	Assistente Social	Serviço Social	21 anos	Sociodrama Formações diversas em gênero	Brasília - DF	TJ
Helena	Psicóloga	Psicologia	07 anos	Curso metodologia Instituto Noos	Vitória - ES	Polícia Civil

A diversidade na facilitação dos grupos possibilita múltiplos olhares, repertório de experiências mais variado e maiores possibilidades de identificação com os participantes, por outras vias, que não apenas o gênero. Nesta pequena amostra, grande parte das mulheres se

autodefiniram como brancas, cis, sem religião, sem deficiências e com alto grau de instrução. A idade mostrou ser um marcador importante para algumas facilitadoras, que sentem ter a maturidade testada e questionada pelos participantes. O etarismo tem as mulheres como principal alvo de opressão. É uma roupagem para o discurso que desqualifica os corpos femininos. A diversidade de raça, apontada por duas facilitadoras, permite a elas, com maior riqueza e legitimidade, a leitura, o reconhecimento e a identificação de atravessamentos cruciais no processo reflexivo de homens autores de violência. As dissidências sexuais, embora não reveladas explicitamente, também podem oferecer quebras no discurso binário e heteronormativo, possivelmente mais consistentes do que as colocações que venham de quem não vivencia cotidianamente as opressões desse discurso. Assim, os marcadores destacados nessa amostra foram explorados a fim de se apontar a relevância da diversidade na facilitação dos grupos.

Para além das entrevistas, como repertório para as minhas análises, produzi um diário de campo da minha prática com grupos reflexivos para HAV. Durante o período da pesquisa (2022), participei como facilitadora de quatro grupos semanais, sendo três presenciais e um online. Registrei no diário algumas trocas que considerei importantes, momentos significativos de reflexão e o movimento, quase que roteirizado, que vai da resistência inicial dos participantes, à abertura para o diálogo no decorrer dos encontros. Estes registros puderam ser úteis para corroborar ou exemplificar algumas narrativas a partir da minha experiência, dos meus afetos e do meu olhar interpretativo.

4 “Vamos Invadir a Casa dos Homens”

A metáfora de Daniel Welzer-Lang (2011) ajuda a compreender como se configura o caráter homoafetivo das masculinidades. A “casa dos homens” é construída sob a base da cumplicidade entre homens. Avaliados por outros homens, eles buscam atravessar os cômodos simbólicos para alcançar o cômodo mais alto. A casa dos homens simbolicamente é um lugar onde a homossociabilidade pode ser vivida e experimentada, uma socialização que privilegia o olhar, a opinião e a troca entre iguais. Os pequenos homens, resguardados do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações, iniciam-se nos jogos do erotismo. Os mais velhos, aqueles já iniciados por outros pares, oferecem modelos e normas, corrigem os que buscam o acesso à virilidade. Atravessado o primeiro cômodo, cada homem se torna ao mesmo tempo iniciado e iniciador. Nessa lógica, é preciso apresentar ao grupo de iguais o exercício de uma performance que lhes dê acesso a uma confirmação identitária com seus pares. A relação de pertencimento a um grupo formado por homens cis heterossexuais e dentro da lógica da colonialidade, é firmada na “casa dos homens”, principalmente pela lealdade, pela manutenção do silêncio cúmplice, por uma ética construída e reforçada que estaria acima de outros valores sociais, acobertando, aceitando e acatando as mais diversas barbáries vindas de seus pares. Neste lugar, o sexismo, o racismo, a LGBTfobia, e demais formas de preconceitos podem ser desvelados, tolerados, acolhidos, estimulados.

Aline, a primeira entrevistada desta pesquisa, encerra sua narrativa incitando a si e a demais facilitadoras a ocupar o espaço de intervenção junto aos homens autores de violência: “É uma das minhas lutas poder ter cada vez mais mulheres interessadas nesse campo e juntas e participando sobre um viés acolhedor e crítico. Vamos invadir a casa dos homens”.

A invasão pressupõe que essa casa, agora representada pelo espaço do grupo reflexivo, esteja, a priori, fechada para nós, mulheres. Sem um convite dos homens para adentrarmos, será preciso não apenas invadirmos, mas conhecer as bases que a sustentam e instigar os homens a olhar para fora e se deslocarem para além da casa. Não basta às mulheres estarem fisicamente neste espaço, já que um lugar de enfeite pode nos ser facilmente oferecido, o desafio é destrancar portas e janelas, desestabilizar, criar rachaduras, para a circulação das diferenças. Sobre o lugar que ocupamos neste espaço, o incômodo de nossa presença, ora representado pela resistência ativa, ora pela invisibilidade, por demonstrações claras ou sutis de um desconforto, o acolhimento mútuo e os impactos desse encontro, é o que vamos discutir neste capítulo.

Aline descreveu sobre a sua primeira experiência em um grupo reflexivo para HAV,

enquanto única mulher e em uma equipe reflexiva²⁵. Sua narrativa revela que a palavra “invadir”, não foi uma escolha aleatória, tamanho o desafio enfrentado em sua estréia no grupo: “...me chamou atenção que a primeira coisa que foi trazida pra mim dentro do grupo, quando me viram, foi...nossa! mas tem uma mulher? ... olha, mulher é o diabo de calcinha!” Segundo Aline, nenhum dos homens ali tinha vínculo, mas essa fala fez com que eles se vinculassem no primeiro encontro.

A facilitadora Luana também descreveu um episódio que ilustra o desafio de adentrar a “casa dos homens”:

Teve uma situação que foi justamente no grupo de só mulheres (facilitadoras) que os homens começaram a conversar entre eles no grupo de whatsapp, falando sobre “Ah, para de sofrer por ela, o que precisa é comer uma puta”, tipo palavras muito fortes em relação a como resolver essa situação. Claro, depois a gente trouxe isso para o grupo, conversamos, mas ficamos... eu fiquei assim: como trabalhar essa situação? Quando eles passam a ser muito “clube do Bolinha”, isso me marcava, principalmente no grupo de whatsapp e eles começavam a trocar informações entre eles, excluindo a gente, excluindo as facilitadoras, como se a gente não estivesse ali. Quando a gente enviava uma mensagem, ninguém respondia e aí depois eles se conversavam ali entre eles, coisas assim.

Em um estudo sobre grupos de whatsapp masculinos no Brasil, a professora e pesquisadora Valeska Zanello (2020) cita, em referência à “casa dos homens”, a brotheragem como um tipo de cumplicidade masculina que se baseia na exclusão, em geral, de mulheres e homens gays. Nesses grupos não é preciso falar de si, o que une os integrantes é o ódio, expressado em forma de “piadas” ofensivas contra as mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQ+. A opinião e a aprovação dos iguais, aqueles que se aproximam de um ideal de masculinidade patriarcal (hetero) e colonial (branca), é a razão de se manter fiel ao grupo. A autora destaca que a masculinidade se constrói sobre a misoginia, sendo o repúdio específico às mulheres e ao feminino, a argamassa afetiva da casa dos homens. Para se manter na casa, é necessário dar provas desses afetos a todo momento, sob pena de ter a sua própria masculinidade ameaçada.

A socialização masculina, presenciada pelas facilitadoras nestes dois exemplos,

²⁵ A equipe reflexiva, na metodologia descrita por Beiras e Bronz (2016), assume uma posição de absoluta escuta, visando estabelecer uma relação sobre o que está sendo dito e os próprios diálogos internos. O resultado dessa reflexão é exposto ao grupo ao final do encontro e levado à supervisão para trocas com a equipe facilitadora.

funciona como forma de união entre os homens pela via da virilidade, mesmo que estes homens não correspondam a este estereótipo caricaturado de uma virilidade rude e agressiva, eles se apresentam cúmplices entre si das violências praticadas por seus colegas. Quebrar o silêncio dos participantes é iniciar um processo de rachadura na casa, que faz desmoronar consigo identidades consolidadas pela negação das diversidades. Se esse ideal rígido de homem é reforçado em contextos grupais, que possibilitam a convergência da masculinidade com a violência, a criação de espaços como grupos reflexivos poderiam, assim como aponta Beiras et al (2021), dar lugar à convivência e construção mútua entre homens, abrindo-os para aceitar a alteridade dentro de si mesmos e, por consequência, o outro em suas diferenças.

A intervenção em grupos reflexivos para HAV é um trabalho com foco nas relações sociais, atravessadas por marcadores de desigualdades, que objetiva desnaturalizar o pensamento hegemônico e de hierarquização dos corpos e das masculinidades. Sendo o espaço de socialização masculina um lugar, a priori, proibido às mulheres, a discussão sobre a articulação entre a construção das masculinidades e a expressão da violência é atravessada pelo dilema da facilitação do grupo reflexivo por profissionais mulheres, pela invisibilidade de um corpo subalternizado, mas que ocupa um lugar de poder, em uma ação intermediada pela justiça. Considerando o fator da violência ter sido praticada contra uma mulher e das discussões que circundam o tema das masculinidades trazerem à pauta a relação de dominação e supressão da figura da mulher, é comum o olhar de estranheza das pessoas com a participação de mulheres na facilitação desses grupos, como relata Aline:

No começo eu era muito perguntada: “mas as mulheres podem participar?” e era algo que eu também me perguntava, e aí depois eu comecei a pensar “mas por que que eu não poderia se a ideia é tensionar?” Então é uma questão de pode, desde que tenha uma dinâmica de grupo, entre a equipe, entre as pessoas que trabalham ali, que tenham a convergência em relação à teoria, ao diálogo, à ética e tudo mais. Então eu acho que por isso eu me interessei bastante por esse trabalho, porque é um trabalho que não é só com os homens, é também com quem está na graduação se formando e também com profissionais que estão trabalhando, para ampliar esse horizonte de olhar de gênero, mais ampliado, mais ético, mais possível.

A narrativa em questão privilegia o “começo” enquanto o momento em que a facilitadora já se insere nesta intervenção e também volta os questionamentos a si. O “fim” é a confirmação da importância da inserção de mulheres nesta ação, as quais deveriam receber o preparo desde a graduação, a fim de não precisarem questionar sua presença e se reafirmarem

nesse espaço. A lacuna entre estes momentos convoca a experiência vivida e a imaginação de quem a ouve. A história recontada sob a versão de resposta a esta entrevista reescreve a experiência da facilitadora e, enquanto ouvintes, preenchamos as frestas para que seja possível representá-las (Epston et al, 1998). Para a escuta das narrativas que se seguem vale destacar que a narração e a experiência vivida não se encaixam completamente, a narração possui indeterminações, recortes, destaques, que exigem um ato interpretativo de quem a ouve (White & Epston, 1990).

Para as facilitadoras, os atravessamentos da vida pessoal e social foram decisivos ao iniciar o trabalho com homens. Houve uma busca profissional para esta área de atuação e/ou para pesquisas sobre as intervenções com autores de violência contra as mulheres, as quais ainda são bastante recentes no Brasil, conforme apontam Nothhaft e Beiras (2019), e vem crescendo desde a promulgação da Lei Maria da Penha. Abaixo, seguem relatos das motivações das facilitadoras para iniciar o trabalho com os grupos reflexivos para homens. Aqui será considerada a organização temporal do discurso enquanto um esforço de dar sentido à vida e construir um relato coerente de si próprio e do mundo, permitindo um senso de continuidade (Epston et al, 1998). Mesclando passado, presente e futuro, as entrevistadas narraram suas histórias, as quais oferecem estrutura às suas experiências vividas na vida pessoal e profissional, e as localizaram na facilitação dos grupos:

Bom eu acho que eu caio nesse lugar, primeiro por ser pesquisadora, então o tema me chega como um tema de pesquisa e me chega porque eu já trabalhava com violência contra a mulher e estudando isso eu fui percebendo uma lacuna em torno dos homens, não se falava nos homens e com isso eu vi que a gente não compreendia a violência contra a mulher de uma maneira mais complexa né, tinha essa lacuna. (Yasmin, em entrevista)

Na graduação já demonstrava interesse na discussão de gênero, feminismo, já tinha feito estágio no MP, na época já tinha feito escuta de autores de violência. Então acho que tem muito a ver, além do contexto do concurso público, o meu desejo né, as minhas questões voltadas para o feminismo. Pela luta mesmo de um mundo igualitário, pela equidade de gênero, tem a ver com isso. (Maria, em entrevista)

Eu tinha o interesse de trabalhar com mulheres vítimas de violência, e aí eu percebi a importância dessa relação, dessa relação da violência. E aí surgiu a oportunidade de trabalhar, como estágio com esses homens autores de violência, e aí eu pensei que seria uma oportunidade pra conhecer esse outro lado, escutar essas outras vozes em relação à violência contra a mulher. Então, o meu foco principal é a violência contra a mulher, a violência de gênero, e por caminhos da vida, a universidade me levou a me encontrar com os homens autores de violência, e eu achei muito importante, muito interessante. (Luana, em entrevista)

(...) estudando principalmente sobre as dissidências, sobre os corpos que escapam ao binarismo. Realizei estágio acompanhando o processo transexualizador e a grande sacada que me deu foi entender como a todo o momento nesses atendimentos também o meu corpo estava na cena. Ele era colocado como “quero ser feminina” ou “não quero ser feminina”, “quero poder brincar com as referências”. Que eram falas trazidas no meu estágio... E aí comecei a entrar em contato com o trabalho, com as discussões feitas sobre o processo transexualizador de homens trans. (...) Então eu comecei a trabalhar com algumas questões de “puxa, mas porque está sendo associada a masculinidade com a violência”... Nesse percurso eu conheci o (projeto de grupos) e aí eu demonstrei interesse porque era algo que eu ia percebendo a partir do lugar da dissidência, que vai tornando essa norma mais expressa, mais colocada e escancarada, a gente começa a olhar também para a gente, para aquilo que está invisibilizado, mas que está a todo momento ali né. E aí foi muito interessante ter esse olhar da construção da masculinidade nos homens trans e pensando de quais outras formas que essa masculinidade é expressada, quais são as referências, o que é importante, o que significa pra ti ser homem... sobre a questão da força, das virilidade. (Aline, em entrevista)

As narrativas das facilitadoras se relacionam com o significado que elas atribuem à sua experiência. Enquanto pessoas singulares, elas constroem narrativas nos contextos particulares e nas relações, construindo os significados por meio de trocas linguísticas. No lugar da facilitação, suas verdades podem ter status de poder (Foucault, 2021), por isso o

olhar crítico que desenvolvem sobre as premissas sociais normativas são importantes para se distanciarem da reprodução de narrativas opressivas. Ainda assim, as verdades normalizadoras configuram as nossas formas de viver e nos relacionar e disponibilizam meios para sentir e descrever sobre o mundo, sendo que alguns aspectos da nossa vida deixam de ser narrados por não se encaixarem nessas verdades (Foucault, 2012). As perspectivas construcionistas são sensíveis ao caráter performativo da linguagem (Mello et al, 2007) e reconhecem as relações de poder que organizam as narrativas e, portanto, abrem caminho contínuo para o questionamento das verdades enquanto versões construídas pelas práticas discursivas.

Ainda sobre o que as motivou a iniciar o trabalho com HAV, Eloah relata ter feito um estágio com grupos reflexivos com pais e mães, visando a prevenção da violência contra as crianças. Nesse grupo, ela descreveu ser muito forte a violência que os pais traziam da infância, diferente das mães, uma violência física bem mais marcada, bem mais explícita, havia no grupo a diferença de gênero nas expressões de violência e isso a chamava atenção e despertou o seu interesse pelo trabalho com homens.

Janaína e Pâmela relatam ter iniciado a intervenção com grupos para homens, vinculados à universidade, como oportunidade de pesquisa no mestrado, a convite de sua orientadora. O interesse surgiu como oportunidade de pesquisa e a reflexão quanto aos atravessamentos surgiram posteriormente à experiência. Janaína descreveu seu desejo em trabalhar com mulheres, violência entre casais e, não havendo projetos voltados para este público diretamente, abraçou o projeto do grupo junto de sua orientadora. Pâmela, da mesma forma, passou a estudar as masculinidades já participando do projeto e declara ter se apaixonado pelo tema no decorrer do caminho.

Claudia prestou concurso e, ao ser chamada, ficou surpresa quando apresentada ao programa para trabalhar junto aos homens:

Então foi totalmente inesperado da minha parte. Inicialmente eu tive um pouco de receio, eu vou saber fazer isso? Como é lidar com isso?, a gente tem um pouco de preconceito. E já tinha uma leitura, mas mais pro lado da mulher. E gostei da possibilidade de trabalhar com os homens.

Helena atua em uma delegacia da polícia civil e foi dada, pelo governo, à ela e sua equipe, a tarefa de pensar alguma ação direcionada para os homens para o enfrentamento da violência contra as mulheres na área da segurança pública. Após pesquisar o tema, a equipe

encontrou o Instituto Noos e passou então a modular o trabalho a partir dessa proposta. Em seguida, a equipe iniciou um processo de expansão que alcançou até o momento vinte cidades do estado. Helena assumiu um lugar de referência técnica para acompanhar esses trabalhos que acontecem no interior do estado.

Verônica iniciou o trabalho motivada para o aperfeiçoamento das ações já existentes no tribunal de justiça, onde atua, junto à demanda de violência doméstica e para o resgate do lugar da equipe social na esfera jurídica, o qual defende ser o planejamento e construção do projeto e não propriamente a execução dos grupos. Verônica primou por distanciar-se do olhar clínico sobre a dinâmica conjugal e por trazer a ideia de grupo para os fenômenos sociais. O seu desafio foi lidar com a confusão sobre a função da equipe social dentro do tribunal de justiça, pois havia a expectativa de uma intervenção para a solução e não mais para um papel pericial, sendo que os grupos inicialmente tinham um sentido avaliativo. Em sua narrativa, Verônica reforça o olhar técnico e defende que os grupos sejam realizados pelo poder executivo e não no lugar pericial. Participou do planejamento e construção do projeto, introduziu a metodologia e um manual de grupo para profissionais da segurança pública. Construiu metodologia para grupos para autores de violência e treinou as equipes para a ação dentro do tribunal e na rede executiva.

As narrativas localizam a intervenção com homens como algo secundário ao desejo inicial de intervir nas questões de gênero, violência contra as mulheres e violências normativas. A trajetória acadêmica ou profissional é atravessada pelo desafio de repensar as masculinidades e sua articulação com as expressões da violência e, enfrentá-lo, resultou no interesse em investir estudos na área.

Yasmin descreve ainda uma análise biográfica da sua motivação com esta demanda:

Então acho que o que me levou a trabalhar com isso, foi primeiro perceber uma lacuna, que não era possível trabalhar com o enfrentamento à violência contra as mulheres e promoção da equidade, sem trabalhar com os homens e... e acabei me envolvendo mais, mas acho que se a gente for pegar mais profundamente né, na psiqué e tudo mais... eu sou a caçula de uma família, tenho dois irmãos mais velhos e acho que a relação com os homens sempre foi uma relação que me atravessou de uma maneira muito contundente, sempre foi uma relação de... ora muita disputa, ora uma parceria, uma

necessidade de entendimento, de troca, de tentar expressar os limites né, de falar “não, eu não sou esse feminino do qual você está tentando me encaixar e talvez você também não seja esse masculino que te ensinaram a ser dessa forma”. Então olhando retrospectivamente eu vejo esse cruzamento entre a minha biografia, questões pessoais e essa minha aproximação da teoria e da prática profissional nesse campo.

Da lacuna no trabalho aos dilemas da infância, esse caminho que retrocede ao tempo reforça a escolha e fortalece o posicionamento de Yasmin, que repete os questionamentos que a localizam socialmente, desde a família até o espaço dos grupos, agora respaldada teoricamente.

Em sua pesquisa de mestrado junto a grupos reflexivos facilitados exclusivamente por homens, Isabela Venturoza de Oliveira (2016), descreve a lógica dessa organização que previa que, para a desconstrução das masculinidades opressoras, apenas indivíduos que pareciam razoavelmente familiar àquele grupo poderiam alcançar os participantes, ou seja, outros homens, que teriam em seu repertório o domínio das práticas e valores da masculinidade hegemônica. A pesquisadora pondera, no entanto, que a desconstrução daquilo que informa os ideais de masculinidade tida como hegemônica, passa exatamente por apresentar contrapontos à experiência trazida pelos participantes. Sob uma perspectiva que pensa as masculinidades e feminilidades como forças não sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres, a criação de vínculos se dá de maneira articulada, com referenciais diversos que se aproximam, se afastam e se interpenetram no processo reflexivo dos grupos.

Em seu artigo intitulado “A mulher é o diabo de calcinha”: Enunciados e reflexões referentes à participação profissional de mulheres em grupos com homens autores de violência, (Mauricio et al, 2022), as autoras compartilham a experiência enquanto facilitadoras, junto ao supervisor do projeto, Dr. Adriano Beiras, verificando “os possíveis entraves, silenciamentos e invisibilidades produzidos pelos estereótipos de gênero e que aparecem nos grupos” (p. 98). Em paralelo, respondem às questões sobre a possibilidade de uma mulher realizar intervenções psicossociais com homens, partindo de métodos reflexivos, para pensar gênero e, ainda, sobre os impactos percebidos pela sua participação nesses espaços. As autoras e o autor destacam que a formação de equipes mistas na facilitação conecta-se com um compromisso ético-político de pensar os atravessamentos de gênero por

novos lugares e posicionamentos, ampliando a potencialidade reflexiva da ação.

A generificação dos sentimentos e da expressão das emoções e, por consequência, os comportamentos e formas de se relacionar socialmente a partir do discurso que naturaliza a afinidade entre feminilidade e emoções, somados a um antifeminino que busca combater atributos femininos em prol da validação da própria masculinidade, é o enredo da socialização masculina e o cenário inicial onde se adentram as facilitadoras. Em um primeiro momento, as pesquisadoras do projeto *Ágora* observaram a busca pela dominação do espaço e narrativas que generalizam as mulheres. Há uma demanda pela reafirmação da masculinidade, que passa pelo olhar “feminino”, o qual também pode ser visto como ameaça de deslegitimação desse sujeito ou dos seus modos de se reconhecer no mundo. O manejo da intervenção, segundo os autores, vislumbra a possibilidade de analisar de onde se vê o Outro, como se aborda a diferença e como o reconhecimento de si é demandado ao Outro (p.111). Desviar do confronto, acolher o incômodo e elaborar o gênero como elemento que atravessa lugares diversos pelos quais se pode ouvir e falar de suas experiências, são algumas das estratégias descritas na pesquisa do projeto *Ágora* que coloca a participação de mulheres como potência nesse campo de trabalho para desnaturalização da violência em articulação com as masculinidades.

4.1 Formação das equipes: estratégias, armadilhas, alianças

Facilitar um grupo reflexivo, além de demandar muito conhecimento teórico e metodológico, como já descrito nesta pesquisa, implica também em ter seu corpo e suas experiências enquanto recurso para o processo reflexivo. A resignificação de narrativas pessoais, em muito se dá por um processo de identificação dos participantes com as experiências narradas, com um mesmo lugar social. Butler (2003) afirma que a linguagem emerge do corpo, ela gagueja, balbucia sobre ele. Pensar na diversidade de corpos e lugares sociais na facilitação é evidenciar a importância das experiências e pontos de vista diversos e um convite a pensar para além das generalizações e binarismos.

A dupla de facilitadores, quando mista, pode expor assimetrias relacionadas à identificação dos participantes ao lugar social daquele homem que facilita e tornar o desafio da mulher facilitadora ainda mais evidente. Contudo, um grupo reflexivo de homens não é um espaço de homogeneidade. Nele coexistem múltiplas individualidades, muitos marcadores sociais, experiências diversas de sofrimentos e fragilidades, de opressão e subordinação e o

processo de identificação pode ocorrer por outras vias, para além do gênero. Homens que facilitam grupos também podem partir de lugares potencialmente distantes da identificação voluntária e imediata dos participantes.

Considerando o contexto brasileiro, é preciso reconhecer as questões de gênero como sendo moldadas pelo colonialismo, o que implica, em divisões de raça e um histórico de trabalho escravo, pobreza, mobilização e luta das etnias negras (Gonçalves, 2017). Quando o reconhecimento da igualdade é negado, o resultado é um quadro endêmico de injustiça no âmbito da inclusão social, a qual inclui a violência, como derivada da própria dinâmica social. Connell (2014) alerta que os problemas relacionados à violência de gênero não podem ser tratados a partir de modelos dicotômicos, separando homens em uma caixa e mulheres em outra. Movimentos feministas de todo o mundo evoluem para abarcar diferentes vozes e alcançar maior pluralidade e inclusão. São inúmeros os atravessamentos que se sobrepõem ao binarismo homens x mulheres e na leitura das relações de gênero, criando um grande entrelaçamento de experiências e narrativas.

Gonçalves (2017) descreve que as práticas sociais reproduzem o sistema de desigualdade e dominação sobre o modo como as atrizes e atores constroem e transformam esse mesmo sistema. A localização, que consiste em pôr em evidência as próprias origens e os lugares de enunciação em torno das diferenças relacionadas aos marcadores identitários, permite identificar quais atravessamentos de poder existem em nossos lugares, e evidencia os próprios limites e possibilidades, os pontos de aproximação e distanciamento nas interações sociais (p.43). Na interação entre participantes e facilitadores, leva-se em consideração suas experiências, tanto como subalternos quanto como opressores. Essa perspectiva interseccional, aponta o autor, contribui no desafio de responsabilizar os participantes, contestando os atos de violência (e as crenças quanto a estereótipos sexistas), porém promovendo um ambiente acolhedor aos sujeitos e suas experiências. Assim, constrói-se um vínculo produtivo de trabalho, adentrando nos sofrimentos e fragilidades dos envolvidos.

As facilitadoras entrevistadas revelaram como é, para elas, dividir o espaço de facilitação com colegas atravessados por outros marcadores de gênero, raça e sexualidade, as potencialidades e fragilidades nas intervenções a partir de seu próprio lugar social e da formação das equipes de facilitação. As entrevistadas possuem diferentes experiências de formação de equipes, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4

Formação das equipes

Facilitadora	Atuou sozinha	com colega mulher	com colega homem	Com equipe reflexiva/ observador(a)
Aline		x	x	x
Eloah		x	x	x
Luana		x	x	x
Maria		x		
Janaina			x	x
Pâmela			x	x
Claudia	x	x	x	
Yasmin			x	
Verônica		x	x	x
Helena		x	x	

As facilitadoras que atuaram em projetos ligados às universidades vivenciaram ainda a experiência da equipe reflexiva ou, de acordo com a metodologia, um(a) observador(a) e também, de forma mais consistente do que as profissionais contratadas por serviços do poder executivo ou de coletivo feminista, os espaços de supervisão e estudo.

Aline relatou sua experiência inicial, sendo a única mulher e, após, com a inclusão de outra facilitadora:

Algo que eu percebi, desde o começo, foi que eu trazia pro grupo as questões, reflexões, tensionamentos, e alguns até traziam “olha, eu não tinha percebido isso”, “eu não tinha visto isso”, até que chegou num momento de embate que eu falei “olha, mas de onde eu falo, vocês estão me ouvindo?” Porque eu não tô falando só do lugar de quem estava ali na equipe reflexiva, eu tô falando no lugar de alguém que, se é um diálogo interno... eu me senti incomodada com isso, me incomodou quando o fulano fez tal piada, e todo mundo riu, inclusive os facilitadores. Eu achei isso grave.

Apesar do acolhimento dos colegas facilitadores, foram os espaços de supervisão e a inclusão de uma mulher na equipe que possibilitaram, para Aline, explorar mais os sentimentos gerados na intervenção, a partir da perspectiva de gênero, como ela descreve:

Os facilitadores, eles têm um acolhimento bem interessante, assim, de conversar, de trazer “oh, mas o que que te afetou?”, mas quando tem uma outra mulher, a gente consegue, vamos colocar assim, para além de trazer em palavras, o acolhimento é outro. Porque existe uma questão de, mesmo que tu sintas medo, porque às vezes é isso que a gente sente, eu já senti medo dentro do atendimento, no começo eu me sentia assim “eu não posso me expressar, que eu tô com medo, ou que eu fiquei com medo, porque senão vou parecer frágil, porque senão vou parecer boba, ou menos profissional”. E poder compartilhar isso numa supervisão, e ter outras mulheres falando “ah, eu também ficaria assustada” ou “olha, eu passei por isso numa outra sessão eu também senti isso, e eu intervi dessa forma”, mas a gente poder acolher, isso de uma forma que uma entenda a outra, assim, é muito potente pra gente poder construir formas de trabalhar, pelo viés de gênero.

Aline fala ainda sobre a necessidade de falar duas vezes, enquanto o facilitador homem só precisa falar uma. Diante do desgaste causado pela repetição, Aline argumenta a importância de ter mais uma mulher na equipe reflexiva (quando existir essa possibilidade), para que esse eco venha de outra mulher.

Sobre atuar com um colega facilitador, Eloah descreve:

Eu percebo que a gente é desqualificada de outros lugares, assim né, menina novinha, tinha uma coisa de que eles nos tratavam mesmo como estudante e o colega era o psicólogo. Mas quando eu tô dividindo espaço com uma mulher, não fica tão marcado como quando eu tô dividindo com homem, porque às vezes eu faço uma pergunta e eles respondem o meu colega.

Eloah pode experienciar compartilhar o espaço de facilitação com colegas homens que apresentavam diversidade em relação à manifestação da sexualidade e do gênero. Sobre isso, relata:

Atuar com um colega com uma postura não muito "clássica" de masculinidade, foi uma experiência interessante porque ele ocupa o espaço sem ser aquela pessoa que dá um espaço para mim. Ele fica aqui na dele e me

deixava bem à vontade, ao contrário de alguns outros colegas que eu sentia que eles estavam indo na frente e falando assim, “ah gente tem a Eloah aqui mais atrás”. Então a dinâmica que a gente tem enquanto equipe impacta também na forma como eles tratam a gente.

Janaína descreveu a situação em que um facilitador homem, heterossexual, participou da equipe, fazendo dupla com outra mulher facilitadora e apresentou dificuldades no manejo do grupo:

Ele se conectava muito com os homens, de um lugar de querer proteger esses homens e defendê-los e às vezes ele parecia um dos participantes. Então era bem interessante de ver como ele não conseguiu descolar, ele realmente se mobilizou de uma forma bem diferente e isso foi bem difícil para a mulher que estava acompanhando ele.

Janaína conclui que a homossexualidade de seu colega facilitador possibilita um maior acolhimento deste com suas angústias. Suas narrativas, porém, revelam que este marcador não pareceu diminuir o impacto da diferença de gênero nas intervenções da dupla:

Eu diria que ele não “vai na frente”, mas eu diria que, em momentos, por ele ser homem, eu consigo não intervir e ele intervir de uma maneira. Já aconteceu de eu estar falando e eles pararem e falarem assim “Então fulano”, eles dirigirem a palavra para o facilitador. Então ter um homem ali dá essa... se não tivesse, se fosse outra mulher, eu acho que seria uma outra dinâmica, então eu atribuo muito assim, a gente consegue ter esse balanço sabendo que tem essa influência sim.

A experiência de ter um homem na equipe facilitadora possibilitou que os participantes explicitassem a sua intenção de conversar apenas entre homens, conforme narra Janaina:

Já aconteceu várias vezes de eles ou cortarem o que eu estou falando e falarem com ele, ou errarem o meu nome várias vezes e o dele nunca erram. Então assim, são coisas bem pequenas, mas que a gente já percebe por estar estudando que é a questão de gênero, que é por ser mulher, que eles não me escutam, que tem alguns momentos em que a gente tá falando, falando, falando e eles só não conseguem ouvir a minha voz, aí o A. (colega homem) entra e fala “olha a gente tem que... a Janaína tá falando”, já aconteceu várias

vezes. É bem interessante de ver que isso influencia.

Janaína e o facilitador que compõe a sua dupla de trabalho, construíram momentos de trocas de percepções e acolhimento mútuo e, conforme seus relatos, conseguem perceber perspectivas muito diferentes entre si a respeito das intervenções e reações do grupo. Segundo suas narrativas, é bem mais presente em sua visão, do que na do seu colega, falas agressivas partindo dos participantes do grupo.

Em sua narrativa, Eloah expõe o esforço constante por ter sua voz reconhecida e confirma se sentir mais à vontade dividindo o espaço com uma mulher ou com um homem que não apresente uma masculinidade tão marcada estereotipicamente. Na presença desse homem, no entanto, as alianças e os discursos de cumplicidade ficam mais explícitos e é possível trazê-los para a reflexão:

Às vezes acho que é um pouco estratégico usar desse lugar da diferença explícita porque dá espaço para as coisas acontecerem ali na nossa frente e a gente poder nomear e apontar. (...)Eu acho que quando eles se sentem mais à vontade, sentem ali que tem alguém com quem eles podem se aliançar... e sempre tem essa tentativa de fazer essa ponte com o meu colega e me deixar para fora. Por isso a importância da gente ter uma afinidade enquanto equipe para perceber e apontar e não cair neste jogo, de certa forma usar isso a favor do andamento do grupo.

Essa aliança a que se refere Eloah, é tratada por Maria como uma das armadilhas do processo de facilitação dos grupos. Segundo ela, há diferentes armadilhas para homens e mulheres facilitadores:

Então eu vejo assim que o desafio é mostrar esse trabalho enquanto um trabalho técnico, com engajamento político de enfrentamento à violência de gênero, mas eu acredito que esse também é um desafio para os homens que conduzem o grupo. Claro que a armadilha que eles precisam sair é diferente da armadilha que a gente precisa sair. Essa armadilha de que talvez no primeiro momento os homens se sintam menos na defensiva, menos ameaçados, porque bem, eles estão falando com um homem né, e eles vão buscar essa aliança ‘então você vai me entender né colega? porque o mundo está muito chato para os homens.

Maria descreve que para escapar dessas armadilhas, homens e mulheres precisam

focar em um trabalho técnico, especializado, de um contexto mais amplo de enfrentamento à violência enquanto uma política de estado. As alianças, portanto, podem ser vistas como armadilhas ou como estratégias, de acordo com as narrativas de Eloah e Maria.

Sobre sua experiência com colegas homens e mulheres, Luana descreve: “era muito curioso que os homens do grupo principalmente se dirigiam ao homem facilitador, parecia que a palavra tinha que passar pelo homem facilitador.” Luana percebeu que nos grupos que conduzia com outras mulheres, havia uma exposição maior, por parte dos participantes, do sentimento de injustiça e de queixas em relação às mulheres. “Com os homens existia mais um ‘buscar essa parceria’, desse apoio do outro homem, e ‘você me entende?’.”

Quando se fala sobre alianças com o grupo, vejo que é preciso se questionar quais alianças são interessantes, que vínculo se constrói com essas alianças, e se é possível construir alianças a partir das diferenças, questionando também quais são essas diferenças. A construção de acordos subjetivos entre pessoas, em um ambiente de grupo, pressupõe espaço para manifestações de posicionamentos, de aberturas e contrariedades. Acompanhar esse movimento de aproximação e distanciamento que acontece de forma dinâmica nas interações do grupo impacta na equipe de facilitação. As narrativas das entrevistadas seguem também um fluxo de convergência e afastamento com a proposta de intervenção, com seus desejos, com seus lugares no espaço dos grupos.

A equipe de facilitação em que Helena integra, e na qual as profissionais são todas mulheres, conta com um estagiário homem, como uma estratégia para se trabalhar em uma equipe mista e adentrar nas questões de gênero sob olhares diversos. Ela relata perceber que alguns temas funcionam de forma diferenciada quando abordados pelo facilitador homem.

O que eu percebi é que quando nós, mulheres, começamos a facilitar o grupo com a temática da sexualidade, primeiramente os homens começam muito de brincadeira, é muita piadinha, meio que uma autodefesa, é um desconforto de falar daquilo, então levam mais para o lado da brincadeira e tal. Quando foi o estagiário, eu percebi que a coisa levou-se mais a sério de uma maneira mais rápida, a entrada foi mais fácil.

Helena conclui que há uma condição de machismo nas relações que se estabelecem no grupo, a qual não estamos imunes enquanto facilitadoras: “A questão técnica é fundamental, continua sendo importantíssima, só que a questão de gênero ainda é muito forte.” Entendendo que as equipes de trabalho formadas por profissionais das áreas de

psicologia e serviço social serão em sua maioria formadas por mulheres, Helena reafirma que esse trabalho precisa ser realizado e tensionado pelas mulheres, enquanto protagonistas, com a participação de homens facilitadores.

Pâmela descreveu como muito necessário esse formato, de uma dupla formada por um homem e uma mulher. No entanto, relata uma situação em que a dupla teve problemas com a facilitação do grupo. “Aconteceu problemas realmente em função dessas diferenças dele enquanto homem e eu enquanto mulher e acabou acontecendo que esse colega se identificou com os participantes, então eu brincava que eram treze (participantes), doze mais ele.” Para exemplificar o que Pâmela chamou de problemas por diferença de gênero, ela narra o encontro online em que o tema da violência estava em pauta. Com os participantes trazendo acusações contra as companheiras e com pouca disponibilidade para se verem como também responsáveis pelos relatos que traziam, Pâmela narra o momento em que pediu a palavra e a reação de seu colega:

Então eu entrei e disse: “não, gente! só um pouquinho, só um pouquinho, só um pouquinho, parou, parou parou!” Só que quando eu fui entrar, e desse jeito que eu sou, com certa delicadeza, eu recebi por whatsapp dele uma mensagem escrito “Calma!”, que deu um problema, porque eu me calei...na hora que sobe a mensagem, eu chego a ir pra trás assim né? eu fui silenciada!

Após este encontro e reflexões na supervisão, Pâmela descreve que o facilitador buscou assumir uma postura de extremo oposto ao acolhimento pela via da identificação pelo lugar social de homem e passou a adotar uma postura mais autoritária, reforçando para os participantes que aquele espaço era voltado para homens “agressores”. Ou seja, um salto de uma armadilha para outra.

A narrativa de Pâmela, seu sentimento de indignação e as tentativas do colega de circular em diferentes lugares, os quais colocam em xeque a sua posição diante daquilo que se propõe a combater, indicam o quanto as intervenções em grupos reflexivos de gênero convocam todos os/as facilitadores/as a lidarem com as possibilidades e limites de uma prática que vai além do plano político e opera a partir dos corpos, das relações e apresenta obstáculos simbólicos distintos para cada envolvido/a. Billand e Moliner (2017), em sua pesquisa junto a facilitadores homens, destacam que os encontros questionam e confrontam os facilitadores com sua masculinidade, sua possível violência, podendo trazer consequências sobre sua atuação, sua empatia. Alguns podem vir a buscar por uma estratégia defensiva de

diferenciação em relação ao grupo, o que pode culminar em uma ruptura precoce. Outros, compreendendo que os participantes tendem a dar credibilidade aos homens que se parecem com eles, adentram aos jogos de linguagem masculinos, agindo “por dentro” e, conforme os pesquisadores, no limite da reprodução dos preconceitos que pretendem suprimir.

É interessante o comparativo, feito por Claudia, sobre a facilitação individual, e com colegas de ambos os gêneros.

Eu acho que conduzir grupos sozinha, independente de ser com homens ou com mulheres, é sempre mais difícil. Pra mim é mais desafiador [...] porque você precisa estar atenta a todas as falas, você precisa transmitir ali o conhecimento, precisa valorizar o que as pessoas estão falando... Enfim, tem todo um jogo ali para conseguir coordenar de uma forma efetiva aquele grupo estando só... estando com um homem, eu acho que era outro desafio com ele, eu sinto que os homens me respeitavam mais sozinha do que com ele. Todas as vezes que eu precisei pedir “gente, olha só, eu não to conseguindo falar, eu preciso que vocês me ouçam... vocês interrompem o que eu to falando, o psicólogo fala e ele é ouvido, vocês calam porque ele tá falando”... o psicólogo é muito parceiro, ele faz muito “gente olha só, a Cláudia tá querendo falar, vamos deixar ela falar agora”, só que aí você se sente sendo respaldada por outro homem, né? Então nesse aspecto eu me sentia melhor sozinha do que com ele, [...] junto com outro homem era mais difícil de ser ouvida. Então na minha primeira experiência com a A. (facilitadora), o que eu sentia é que muitas vezes os homens ficavam mais enraivecidos pelo fato de estar com duas mulheres. Saía mais o tipo de frase “vocês não vão entender mesmo”.

Chama a atenção as dificuldades diferentes para cada formação de equipe, vivenciadas por Claudia. O desafio, ou impossibilidade, de lidar com todas as questões que envolvem o processo reflexivo sem uma dupla para equilibrar as funções da facilitação, a invisibilidade diante da figura masculina com a qual os homens se vinculam de forma mais imediata e a resistência pela figura das mulheres, generalizada e estereotipada pelo grupo. Sua fala traduz o quanto o desafio é inerente a esta ação mediante os atravessamentos de gênero.

Maria, que não atuou com facilitadores homens, relata a experiência de ter tido um estagiário homem e o quanto a ação o impactava:

Era nesse grupo eu e dois estagiários, um homem e uma mulher, os dois da psicologia. E eles estavam bem no início, pegando ainda a ideia do estágio, você percebia os dois inseguros, mas a estagiária, ela na época conseguia ficar mais neutra, sabe no grupo, numa posição mesmo de estagiária assim, mais de apoio. E ele não, porque o grupo, o tempo todo demandava concordância dele, queria saber o que que ele achava. Então eu me lembro muito de ele me dizer isso, de que ele se sentia muito cobrado pelo grupo. Então se algo acontecia, se o grupo estivesse na pilha, sei lá, no início do grupo de “ah, porque não tem a LMP para os homens, cadê o João da Penha?”, eles esperavam que ele participasse, eles buscavam... e a estagiária não, então ela conseguia ficar, ali numa posição, para ela acho que estava confortável e ele falava “nossa, mas aí eu não tô conseguindo, inclusive observar”. Quer dizer, ele não conseguia nem ficar numa posição mais de observador, que eles tinham me pedido pra ficar, no início do grupo, porque ele era muito cobrado.

A experiência de Maria revela o quão desafiador pode ser para o homem estar neste local de identificação e lidar com as armadilhas, que ela descreve serem as tentativas de aliança, ao mesmo tempo em que ocorre uma exclusão da figura da mulher (estagiária neutra).

Algumas metodologias de grupo reflexivo preveem que eles sejam facilitados apenas por homens, enfatizando a ideia da socialização masculina como um instrumento para a construção e manejo do vínculo com os participantes. Yasmin descreve um percurso de aproximadamente seis anos desde que manteve o primeiro contato, enquanto pesquisadora, com as ações do grupo, até que iniciasse sua atuação como facilitadora, desconstruindo gradativamente essa lógica e provocando a diversidade na facilitação:

Sou a única mulher, lida como mulher e não foi algo apaziguado, não entrei de uma maneira fácil... Já atuava, já tinha um lugar de confiança, fazendo capacitações, fazendo mais um apoio teórico e de metodologia, mas não entrava dentro, porque a metodologia estava muito centrada nessa ideia de homens com homens e de identificação e de baixar a resistência a partir desse lugar de homosociabilidade entre homens.

Vale observar que na experiência de Yasmin, tanto quanto na de Verônica, há um forte destaque na participação das mulheres à frente do planejamento, construção e

implementação das ações, mesmo que estas não apareçam de imediato na facilitação.

As que tiveram a experiência de facilitar com outras mulheres relatam como sendo positivo, acolhedor e potente poder dividir as tensões e percepções com outra mulher. Ao mesmo tempo, foi recorrente a percepção do incômodo do grupo, pelo menos inicialmente, com o fato de duas mulheres estarem na facilitação e que, supostamente, não iriam se disponibilizar a compreender o ponto de vista dos homens, a não ser pela via do cuidado, enquanto estereótipo de um lugar feminino. Assim, tanto a resistência quanto a demanda por um cuidado feminino precisam ser desconstruídas pelas facilitadoras. Com colegas homens, a aliança é o desafio a ser enfrentado, a armadilha que poderia deixar a mulher de fora, com mais dificuldade na construção do vínculo, em relação ao facilitador. Por outro lado, a maior abertura dos homens para socializar a partir da maior confiança de que será compreendido e a exposição da diferenciação, podem ser estratégicas para o processo de reflexão das desigualdades sociais manifestadas no posicionamento discursivo dos participantes.

Luana sintetiza as reações do grupo à equipe de facilitação: “Com a equipe mista, eles se permitiam um pouco mais chegar na reflexão. Com certeza que no grupo só com facilitadoras mulheres, também a gente chegava nesse ponto, mas levamos mais sessões para conseguir avançar.” Yasmin, posicionando-se em marcadores sociais diversos, conclui sobre a importância da diversidade na facilitação: “Eu acho que pensando a categoria lugar de fala, é importante que tenhamos diferentes identidades ali presentes fazendo uma conversa para termos esses múltiplos olhares, experiências e tudo mais.”

Verônica direciona sua narrativa para a afirmação de que os impactos da intervenção se dão prioritariamente pela técnica do/a facilitador/a, independente dos lugares sociais que ocupam e do envolvimento emocional que possam ter. Ao mesmo tempo, refere ter visto problemas com facilitadores homens em razão da brotheragem, da identificação cúmplice dos homens no grupo e observa que o mesmo pode acontecer com as mulheres, caso se coloquem no lugar de cuidadoras. Verônica reforça que cair nesses lugares é sempre uma questão de técnica (ou falta de) no trabalho em grupo.

A construção das narrativas sobre experiências com formações de equipe diversas foram direcionadas a mim, não apenas enquanto pesquisadora, mas enquanto mulher facilitadora, que compartilha os desafios e olhares sob um ponto de vista semelhante pela questão do gênero e que se distancia daquele instaurado pelo homem de raça e classe dominante (Harding, 1998), menos equipado a pensar a diferença, quando se entende como

universal (Ribeiro, 2017). Narrativas e escuta se entrecruzam e se influenciam, evidenciando o caráter parcial e interpretativo da pesquisa. Pensar em como nossas experiências estão conectadas com nosso lugar de fala e lançar um olhar crítico sobre a universalização, naturalização e hegemonia, em que também nos encontramos, é o compromisso ético necessário para evitar grandes distorções analíticas, ciente que algo irá escapar pela via da cegueira de quem vivencia privilégios sociais.

4.2 Por quais lugares circulam as mulheres?

A centralidade das reflexões trazidas nas narrativas, foi a percepção de como os marcadores sociais mediam as relações entre facilitadores/as e o grupo. Mediam as falas e, sobretudo, as escutas. Em uma dupla mista, facilitador e facilitadora socializam percepções distintas acerca dos diálogos e do processo reflexivo. Uma facilitadora não branca apresenta visões diversas do sucesso ou frustração de sua intervenção. Partindo da análise dos atravessamentos relatados nas entrevistas, foi possível observar lugares diversos em que as mulheres, em especial, são colocadas pelo grupo, lugares que de antemão lhes são oferecidos e lugares por onde circulam e se posicionam estrategicamente.

4.2.1 Diabo de calcinha

Os enunciados, afirma Butler (1997), são performativos e podem exceder o momento que os ocasionam, se prolongam para trás e para além daquele que anuncia. Apesar de ser responsável por suas falas, o falante não é um produtor isolado, não detém a autonomia soberana de sua fala. Para a autora, ato e fala não são sinônimos e toda a fala contém em si a possibilidade para a agência e a ressignificação. No intervalo entre a fala e seus efeitos futuros, a repetição e ressignificação das narrativas podem desvincular as palavras de seu efeito de injúria e serem recontextualizadas de forma subversiva e afirmativa. É nessa lógica que são aqui analisadas as narrativas que marcam a presença de mulheres nos grupos reflexivos para HAV..

A narrativa de Aline traz uma fala importante na discussão dos diversos lugares atribuídos e/ou ocupados pelas facilitadoras no espaço dos grupos reflexivos para HAV: a associação entre as mulheres e a figura ameaçadora de um diabo (de calcinha)²⁶. A analogia

²⁶ O enunciado em questão também é título da publicação da pesquisa, em artigo ((Mauricio, et al, 2022), sobre a participação profissional de mulheres em grupos reflexivos para homens e deriva da experiência narrada por uma facilitadora, entrevistada nesta pesquisa.

retrata a representação, por parte das facilitadoras, de uma resistência alarmante aos valores normativos que socializaram aqueles homens, assim como as mulheres que os denunciaram e promoveram a “desordem” que desestabilizou o exercício de certas masculinidades.

Resgatando uma visão histórica, a demonização do corpo feminino, pela igreja, ocorre desde a figura da Eva, responsável pelo pecado original e queda da graça da humanidade. Ao fim da idade média, um grande ataque às mulheres, conhecido como “caça às bruxas”, é orquestrado pela igreja em união com o estado (bem sabemos o quanto esta união tem sido perigosa para as mulheres e pessoas LGBTQ+ neste exato momento da política nacional e mundial). Segundo Federici (2019), a caça às bruxas foi uma guerra histórica declarada contra as experiências e as resistências femininas. As mulheres deviam ser confinadas a uma posição social de subordinação aos homens, aceitando como natural o confinamento às atividades depreciadas no capitalismo, a obediência, a assexualidade, a submissão e a subordinação ao mundo masculino, sendo qualquer afirmação de independência feminina punida com a morte na fogueira ou na forca (Federici, 2019).

Sob os corpos das mulheres construiu-se sentidos e significados, atribuídos ao gênero, que visaram a sua exploração e dominação, tanto nos espaços públicos como privados. Os atos de controle e de disciplina destes corpos foram pensados, a partir de uma compreensão fixa das representações de gênero em diferentes épocas, para servir a um modelo econômico, como aponta Federici (2019), tendo por consequência a legitimação de variadas formas de violência contra meninas e mulheres. O corpo feminino não controlado ou dominado pelo sistema patriarcal recebia uma punição pública e severa. Esse movimento histórico, conclui Federici, se reconfigura e se atualiza em novos contextos e aspectos interseccionais na atualidade. É pensando nesse atravessamento, presente no imaginário social, que analisei a narrativa da construção do vínculo entre facilitadoras e participantes e os lugares pelos quais elas circulam na dinâmica dos grupos.

4.2.2 Movimentos pendulares

Os lugares de cada pessoa envolvida no grupo reflexivo não são estáticos. São lugares fluidos, que são oferecidos enquanto expectativa, reconstruídos, recolocados, modificados durante a construção dos vínculos e o processo de reflexão. É esse movimento de mudança e de afetamento mútuo que favorece o processo reflexivo ao mesmo tempo que se alimenta dele.

Quando se pensa nos lugares das facilitadoras, é preciso pensar sobre quem estamos falando, pois não se trata de um grupo homogêneo, assim como os participantes que atribuem esses lugares, também não formam um grupo homogêneo. Essa é uma rede muito complexa de interações e o olhar sobre o gênero das facilitadoras não exclui a existência de diversos fatores e afetos que contribuem para construir essa relação. Esse é um ponto de destaque na narrativa de Yasmin, que reforça o movimento contínuo de identificações, marcadas pelo gênero, mas que o extrapolam em algum momento:

Eu acho que sempre que eu penso nesse meu lugar lá dentro ou de qualquer pessoa, eu fico pensando, que homem e que mulher? E penso que são formas variadas de facilitação, que não são determinadas só pelo gênero. Acredito que quando eu estou lá dentro, algumas vezes, a minha presença comunica àqueles homens que “perai, essa vai pegar pesado com a gente”, simboliza mais de antemão que não está comigo, que está contra mim de alguma forma. Então eu vejo que alguns homens ficam mais acuados, ficam mais na defensiva, e vão me conhecendo e conhecendo a minha condução e falam “putz, é possível dialogar com ela, ela não tá aqui pra me...”, então eu vejo essa reação.

Os estereótipos de gênero são manifestados de forma ambígua no grupo. Como já descrito, é comum aparecer relatos que apontam a percepção, por parte dos participantes, de que o facilitador homem irá ter maior empatia com suas demandas, pelo efeito da expressão das masculinidades que excluem as diferenças e se fortalecem pela cumplicidade. Ainda assim, a essencialização da mulher cuidadora pode se fazer presente no imaginário do grupo e se manifestar na relação com as facilitadoras, em posicionamentos controversos, como a busca da legitimação destas, ao mesmo tempo em que não se deseja (admitir) precisar desse aval.

Sobre essa ambivalência de lugares, Aline relata:

É como se fosse mais fácil ganhar a validação da psicóloga do que do psicólogo, no sentido de “ah, mas ela é mulher, ela vai me entender”. Em segundo lugar, o que entra é o “eu não quero falar, não vou falar pra mulher e tal” (...) O início é muito confuso para formar o vínculo e geralmente quando forma, aí funciona bem, mas como algo que demora mais para formar esse vínculo porque se a gente é colocada no primeiro momento como aquela que

vai legitimizar como bom homem, como uma pessoa legal, que não fez nada de errado, não é o nosso papel, mas é uma primeira demanda, acaba gerando várias expectativas da gente. às vezes eu me sinto um pouco confusa de tentar entender o que é que ele tá querendo. Quer dizer, se tem uma demanda de muita tristeza, sofrimento, de ser acolhido mesmo, mas de ser acolhido pela psicóloga porque é mulher, porque vai entender, se alguma mulher entender, é como se a ex companheira tivesse redimido ele, algo nesse sentido.

A construção inicial do vínculo pode ser mais demorada para as mulheres em razão desse caminho a percorrer, esses lugares atribuídos, preliminarmente, às facilitadoras e que geram expectativas diversas. O sentimento de injustiça, tão comum a ser expressado nos primeiros encontros, está relacionado à uma queixa que os homens trazem de uma mulher, que representa todas as mulheres. No contexto dos grupos, a lei que o enquadrava também representa simbolicamente uma figura feminina ou a força dessa figura, à qual ele deposita sua revolta. Esse discurso está muito próximo de um embate de gênero, sendo a facilitadora o alvo mais próximo e evidente naquele momento.

Luana percebe a resistência como um desejo de resposta às inconformidades dos homens diante do comportamento das ex-companheiras, depositado na figura feminina das facilitadoras. Maria descreve perceber um primeiro momento de resistência do grupo, em que muitos homens se sentem perseguidos pela justiça, em uma defesa parcial das mulheres e veem as facilitadoras nesse lugar exclusivamente por serem mulheres em uma militância, e não profissionais que atuam nessa área. Essa é uma questão interessante, já que não há uma dissolução entre a profissional e o gênero. Considerando que, enquanto mulheres, estamos em um lugar social ainda subjugado, o desejo e a busca pela transformação social nos atravessa de forma mais intensa.

Helena destaca esse lugar das facilitadoras:

A gente saber essa necessidade da transformação, acho que isso faz com que a gente se mova (...) a gente sabe da necessidade urgente dessa discussão de gênero, a gente sabe do quão relevante isso é, eu como mulher, você como mulher sabe disso, e eu acho difícil um homem saber desse lugar.

Entendendo que não há como se despir desse lugar, Helena descreve que ter o ponto de vista de quem vivencia a opressão de gênero é tanto uma potencialidade quanto uma fragilidade na facilitação.

De certa forma, sempre estaremos em uma posição de quem sofre, comete ou é cúmplice de alguma opressão. É desse lugar que iremos nos posicionar e, para tanto, é preciso reconhecê-lo. O conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017) introduz um debate estrutural sobre relações de poder e sobre as condições sociais que possibilitam o acesso a oportunidades e direitos. Os processos combinados de racialização, colonização e exploração capitalista produziram, e ainda produzem, modos distintos de opressão e experiências (Lugones, 2014). Os elementos dessa estrutura social criam lugares sociais e moldam experiências comuns. Patrícia Hill Collins alerta que nenhuma de nós sozinha possui uma visão abrangente de como raça, classe e gênero operam como categorias de análise ou como elas podem ser usadas como categorias de ligação e conexão. Nossas biografias pessoais nos oferecem visões parciais, cada uma de nós sabem mais sobre alguma das dimensões dessa ampla história e menos sobre outras (Collins, 2015, p. 36). Assim, por mais que investimos nos estudos das categorias de análise, ainda assim, nossa vivência pessoal nos coloca em um lugar específico, de onde podemos falar e de onde vamos ouvir sobre as experiências vindas de lugares diversos.

Na perspectiva da ambiguidade de expectativas em relação às facilitadoras mulheres, Janaína destaca:

Eu percebo muito mais esse lugar de eles não quererem ouvir a voz da mulher, bem mais esse do que esse outro (de demandar pelo cuidado de uma mulher). É curioso porque no discurso deles vem totalmente o oposto né, “mulher é maravilhosa”, “mulher é a...” e aí na hora, na prática, a gente vê que é outra coisa.

A percepção de Janaína de que os homens vão “mudando” no decorrer do grupo, revela que, passada a resistência inicial, há a expectativa pela compreensão da facilitadora, entre outros diversos fatores, também como forma de remissão, de ser “perdoado” pelas mulheres, e para isso, demandam de sua atenção e cuidado:

Eu acho que, até no momento de validação, na escuta do momento mais vulnerável deles, de eu como mulher reconhecer a dor, dizer que sim, entendo o que estão passando, porque eu sinto que no início, principalmente no primeiro e no segundo encontro ali, uma raiva das mulheres: “Mulheres são erradas, elas nos atacam, elas tudo” e eu to ali como mulher né? Então com o tempo que eu vou mostrando que tá tudo bem eles sentirem dessa forma, que sim, a dor deles é válida, que sim, eles podem ter sido injustiçados em algum

momento, violentados. Eu acho que é um pouco isso assim, que traz pra eu ser mulher, tá ajudando em algum sentido, eu ter essa potencialidade.

A generalização das mulheres é frequentemente trazida em narrativas e dirigida direta ou indiretamente para as facilitadoras, como relata Claudia:

(..) “Ah porque mulher é tudo interesseira, mulher geralmente, é chorona, a gente não pode falar nada que elas já choram”, e a minha tendência era “poxa, cê tá falando de mim”. Hoje eu sei que ele tá falando de mim também... mas eu sei que é ele enquanto sociedade, falando de mim, enquanto sociedade, de mulheres de forma geral.

É ponto comum nas narrativas que, em algum momento, as mulheres são colocadas em um lugar de generalização. Aproveito essa questão para trazer ao debate a problematização da categoria mulher, o que vem a ser um dos temas centrais, tanto de crítica quanto de luta dos feminismos. Mulher enquanto identidade resulta do binarismo de gênero, pauta da crítica de Butler (2003), para a qual as ideias alicerçadas no binarismo de homem e mulher incorrem na reprodução daquilo que se quer contestar. O caminho possível para desviar-se de uma identidade fixa que coloca as mulheres no lugar marcado como diferente (outro) e, por isso mesmo, generalizado em um apagamento de suas particularidades, é a defesa de um desarranjo de todo tipo de identidade que oprime as singularidades humanas que não se encaixam, que desviam da norma que confere inteligibilidade às relações entre pessoas (Butler, 2003).

Enquanto provocação de verdades, faço referência a Claudia de Lima e Costa (1998) que relembra a mulher enquanto uma categoria heterogênea e usada para articular as mulheres politicamente. Sem desconsiderar sua instabilidade, ela é entendida à luz das histórias e significados das outras categorias da identidade e é politicamente assumida, invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, libidinal, que ocupamos e a partir do qual lemos e interpretamos o mundo. A categoria mulher torna-se, portanto, uma posição política (p.133). Os espaços de grupo, tanto na perspectiva de Butler, quanto de Costa, se mostram como privilegiados para trazer a generalização ao debate, já que ela é posta explicitamente, em ato, em sua dinâmica.

Luana lembra de vivenciar situações em que os homens buscaram outro tipo de vinculação relacionada ao gênero. Elogios à beleza, tentativa de manter contato fora do ambiente de grupo, situações que ela buscou trazer para a reflexão grupal. O mesmo

aconteceu com Eloah, que vê nessa situação oportunidade para refletir com o grupo sobre as limitações que a socialização masculina implica sobre a relação com as mulheres: “É pensar que talvez esse cara nunca tenha sido acolhido assim e a única forma que ele sabe se relacionar com mulheres é sexualmente, então poder propor isso como uma reflexão mesmo no grupo, que não aconteceria sem mulheres nesse espaço.”

Yasmin relata ter sido colocada nesse lugar de assédio enquanto pesquisadora, mas não enquanto facilitadora. O investimento de uma suposta autoridade por parte do grupo pode, conforme Yasmin supõe, tê-la colocado em um lugar de maior respeito e a protegido do assédio. Esse lugar de autoridade também se apresenta como desafio da facilitação:

Tento produzir a horizontalidade, mas querendo ou não, na forma como você se porta, tá ali naquele lugar, você vai estar numa relação de poder e, pela forma como falamos, pelos elementos que trazemos na fala, às vezes uma palavra, um conceito, uma ideia, acontece esse afastamento.

Yasmin se aproxima ou se afasta dos participantes por diversos marcadores sociais: o fato de não ser branca, ter uma deficiência, ter sua origem em classe mais baixa. Esse movimento pendular caracteriza a relação do grupo com as facilitadoras, às vezes há o afastamento pelo gênero, mas a aproximação por uma identificação racial com alguns, talvez pela identificação de classe com outros.

Um ponto muito destacado nas narrativas foi a escolaridade e o discurso acadêmico das facilitadoras, tanto como um desafio quanto como estratégia. O desafio relaciona-se com uma linguagem que pode distanciar-se da ideia de horizontalidade enquanto proposta para o processo reflexivo. De fato, Tom Andersen (2002) indica que as conversas no grupo não tenham um linguajar técnico que as diferencie das conversas às quais os participantes estão acostumados. Em diversas narrativas, o conhecimento técnico foi utilizado como forma de “compensação” pela dissimetria em razão da desigualdade de gênero.

Eloah, jovem e estudante, relata o receio particular de acabar caindo num discurso muito acadêmico devido ao medo de não ser levada a sério. Eloah reconhece que alguns participantes, nesta mesma lógica, buscam várias acrobacias discursivas para justificar as violências, fugindo de falar de si para falar de ideias em um plano mais conceitual. A teoria, no seu caso, tem a função de trazer mais vozes para além da locutora, na pretensão de ser mais ouvida. Janaína, da mesma forma, preocupa-se em passar credibilidade em suas falas, buscando afastar-se de uma possível infantilização, lugar muito atravessado por gênero e raça.

Aqui vale destacar que a infantilização mencionada pelas facilitadoras relaciona-se com uma invalidação de seu lugar de conhecimento. A etimologia da palavra infantil, do latim, vem da junção dos termos *in* (negativo) com *fari* (falar). O receio desse lugar de “não fala” seria então compensado com vozes teóricas. Autoras do feminismo negro, em outra perspectiva, destacam que este lugar da infantilização foi historicamente utilizado por mulheres brancas enquanto estratégia para assegurar privilégios pela via da fragilidade e ingenuidade. Mulheres negras, por outro lado, são adultilizadas desde muito cedo e tem sua imagem vinculada a mulheres fortes, que tudo aguentam, impuras, agressivas (Davis, 2016), e muito dificilmente passam pelo lugar de infantilização enquanto demanda de cuidado ou de tolerância pelos seus erros. É interessante, a partir dessa diferenciação, observar os movimentos do grupo no tensionamento dos lugares oferecidos às facilitadoras.

Ao lidar com o desafio da invisibilização, ocorre esse deslocamento, espontâneo ou não, das facilitadoras para um lugar de conhecimento acadêmico, como aponta Maria:

Eu acho que eu busco me valer muito da questão técnica, teórica, aquela coisa assim né, de apresentar estudos, resultados de pesquisa. Eu acho que eu uso isso como recurso pra facilitar e pra mostrar inclusive que eu estou aqui não por eu ser mulher, sou mulher sim, tem impactos, mas eu estou aqui porque eu trabalho nessa área, porque eu estudo.

Maria também traz para o debate o lugar de poder que as facilitadoras exercem, referindo-se à posição de instituição à qual representam e, enquanto relação de gênero, haveria uma inversão na lógica da relação de poder na dinâmica do grupo.

Esse ponto se mostra mais evidente entre as facilitadoras que atuam em espaços mais formais e diretamente relacionados ao poder judiciário, como os espaços do fórum e Ministério Público. Além do espaço físico, comumente há uma expectativa de que as pessoas que facilitam os grupos terão algum poder de intervenção nos processos judiciais pelos quais os homens respondem. Verônica traz a questão do peso que sua intervenção pode ter na construção das narrativas dos participantes, pois fala de um lugar da justiça (institucional), apesar de que sua proposta não é estar nesse lugar. Ela defende que os grupos devam ser executados fora do espaço da justiça, nos serviços do poder executivo.

Os lugares da facilitação são, pelo menos inicialmente, marcados pela forma de encaminhamento dos participantes e local/serviço onde a ação é executada. Helena, que está vinculada à polícia civil, relata desafios históricos: Inicialmente os grupos eram com homens

voluntários e os participantes viam a polícia como uma ajuda, sem o olhar da punição. Com a chegada do novo governo federal em 2018²⁷, ela percebeu os homens mais autorizados a falar e agir como não faziam antes, a debochar do trabalho e a se negar a participar voluntariamente. Com a alteração legislativa que ocorreu na LMP em 2020, que possibilitou incluir a participação dos homens em grupos por meio da medida protetiva de urgência, o serviço se utilizou desse artifício, em diálogo com o judiciário. O trabalho passou a ser mais desafiador, com a resistência dos homens e o peso de estarem em uma delegacia. Enquanto facilitadora, percebe, no entanto, que ser psicóloga é um marcador mais potente e relevante para os participantes do que ser policial, isso porque sua postura e sua atuação estão direcionadas dessa forma.

Claudia, expõe em sua narrativa, que a experiência lhe mostrou não ser interessante se colocar num lugar de superioridade, concluindo que há uma reação muito negativa por parte dos participantes. Contudo, isso não significa estar em uma posição de igualdade, já que ela não existiria em sua totalidade. Claudia faz comparativos de suas dificuldades pessoais com os desafios enfrentados pelas mulheres com quem os participantes convivem (mãe, irmã, esposa, filha) e assim busca aproximar as narrativas.

E aí o potencial é esse, de conseguir fazê-los refletir sobre esse lugar, sobre o lugar da mulher, que mesmo tendo um nível superior, mesmo tendo especializações, um concurso público, de estar ali te dizendo “olha, talvez a minha experiência não seja diferente da experiência da sua mãe por exemplo” quando a gente fala de feminismo, machismo, quando a gente fala de desigualdade, de relação de poder, privilégios.

Aqui Claudia reivindica um lugar de quem experiencia as opressões de gênero e se aproxima das mulheres com quem os participantes possuem vínculos. Esse posicionamento fortalece o caráter político das violências discursivas que se reproduzem no grupo. A violência já não é contra um indivíduo, é contra um grupo, uma sociedade, em um movimento inverso ao ataque singularizado, como explica Safatle (2021):

²⁷ No ano de 2018 ocorreu no Brasil o pleito eleitoral que culminou na vitória de um governo federal de extrema direita. Sob a égide da restauração moralista pautada na tríade Deus, Pátria e Família, o período de campanha e pós eleição foram marcados por narrativas que autorizaram, fortaleceram e estimularam falas sexistas, homofóbicas, racistas e de intolerância religiosa. Na necropolítica instaurada no período entre 2018 - 2022, uma das bandeiras centrais da narrativa presidencial foi a liberação do porte de armas para civis, reforçando a ideia de poder do “cidadão de bem”, o qual segundo Costa (2021), configura uma estratégia discursiva ideológica do neoconservadorismo político.

A fala ofensiva é astuta. Ela procura, inicialmente, quebrar uma espécie de solidariedade genérica diante de uma injustiça feita não apenas contra um, mas contra todos ou, antes, contra todos através de um. A fala ofensiva visa quebrar a emergência da reação de “todos”, pois ela singulariza, ela ofende um, ela escarnece um. Não falamos: “Você ofendeu a sociedade brasileira em mim”. Antes, dizemos: “Você me ofendeu”. O problema parece algo entre “você” e “ela/e”. O problema não parece mais político, mas de respeito à integridade psicológica. (p.22)

As narrativas apontaram que a resistência, a invalidação, a remissão, o estereótipo do cuidado feminino, a generalização, a sexualização, a autoridade e o conhecimento acadêmico são alguns dos principais lugares por onde circulam as facilitadoras entrevistadas. Reconhecer e transitar, sem fixar-se a estes lugares pode ser uma experiência interessante também para apresentar ao grupo para que participem da reflexão sobre como o gênero opera na construção das relações e que se manifestam também, e especialmente, neste espaço reflexivo.

4.3 Modulações: brincando de ser sapatão, neutra ou feminina

Considerando seus corpos, lidos como femininos, e toda a implicação que essa leitura suscita nos espaços de grupos para homens, as facilitadoras refletiram a respeito de possíveis modulações na sua postura ou no seu comportamento que as mesmas viessem a adotar a fim de evitar constrangimentos ou contribuir no processo reflexivo dos grupos. Neste momento da pesquisa, previ que seria inevitável o destaque à vestimenta por parte das entrevistadas, considerando minha própria experiência e de colegas facilitadoras. Ainda assim, enquanto pesquisadora, foi impactante sentir o peso dessa questão sobre as facilitadoras, que buscaram explicar sobre o cuidado que tinham com a escolha da roupa usada para a intervenção em grupo. Em alguns relatos constavam a cobrança de colegas da equipe, em uma regulação coletiva sobre seus corpos. As narrativas circundam experiências muito próximas, carregadas do reconhecimento pela culpabilização das mulheres por situações de assédio, inclusive durante o processo de facilitação dos grupos. No entanto, o reconhecimento crítico não poupou as facilitadoras de modularem a sua forma de se vestir, redimirem-se diante de críticas dos colegas e, nos casos em que mantiveram-se no uso de roupas que lhes eram próprias de seus estilos, esse ato teve status de resistência.

Pensar na roupa a ser usada nos encontros presenciais foi algo que sempre me trouxe incômodo durante anos de atuação devido o contraditório entre a proposta de desconstruir preconceitos e uma demanda pessoal de impor os limites da minha exposição. A exemplo disso, nos encontros em que refletíamos sobre questões relacionadas à violência sexual, o desconforto me parecia inevitável, à mesma proporção da necessidade de problematização do discurso da responsabilização das mulheres pela violência sofrida, como se algum “descuido” com a vestimenta pudesse desvalidar minha fala. Em um encontro inaugural de um grupo, um homem falou “o que você pensou quando colocou essa roupa?” O homem em questão estava de bermuda de banho e chinelos e, devido aos seus privilégios evidentes, não precisou pensar na adequação de sua roupa. Ainda assim, ao levar a questão para a equipe de trabalho, me senti na necessidade de descrever minha roupa, reproduzindo a lógica do julgamento moral e sexista daquele que me interpelou. Pensar nesta situação me ajuda a compreender as angústias das entrevistadas com o tema, que pode parecer pouco relevante teoricamente, mas que impacta na prática das profissionais, já que seu corpo, tão evidenciado e potente diante do grupo, é paradoxalmente invisibilizado, silenciado, tornado objeto.

Luana lembra que, nos primeiros encontros mantinha uma postura mais rígida, maior cuidado com a roupa e maior atenção às suas falas, com a intenção de parecer mais “séria”. Após certa vinculação, mesmo que por este lugar, Luana percebia-se mais tranquila em relação a estas modulações. Este período de maior aproximação e adaptação ao grupo influenciou, de acordo com as narrativas, no modo de se vestir das facilitadoras no decorrer de suas experiências.

Aline lembra que a roupa é uma questão de gênero e de classe e que “brincar de ser sapatão, neutra, feminina, causa mudanças na forma como os homens te tratam”. Nesse caso, as roupas e a postura são possibilidades para a reflexão sobre a subversão, que se abrem a partir das limitações desse “fazer” o gênero, a exemplo da narrativa de Yasmin:

Eu tô de cabelo raspado, então isso causa uma coisa de “é mulher? mas peraí, que mulher é essa que não tá numa conformidade?”, eles me veem como mulher, nunca isto foi questionado, mas não é uma mulher bem dentro de um padrão né, às vezes me visto com roupa mais largas mas eu também me visto muito com roupa que marca, me visto muito com roupa... com saia curta, vestido, etc, e me percebo não usando essas roupas, às vezes quando eu estou

por ali, mas também às vezes falo: “Dane-se, hoje eu vou assim! E vamos testar!”.

Yasmin descreve não desfazer o engano que os participantes, dentro de uma lógica heteronormativa, constroem sobre a sua suposta heterossexualidade, como forma de proteger-se. Viver uma sexualidade fora do padrão cisheteronormativo é sinônimo de transgressão, ao passo que a dissimulação dessas expressividades conduz à legitimação da violência normativa. O enquadramento binário admite que grupos dominantes policiem categorias de forma a consolidar a sua dominação e subordinar os modos de existência não-normativizáveis. Butler (2014) aponta que, ao conferir inteligibilidade ao social e normatizá-lo, os sujeitos fora da norma continuam a ser definidos em relação a ela. “Não ser totalmente masculino ou não ser totalmente feminina é continuar sendo entendido nos termos de uma relação a “totalmente masculino” e “totalmente feminina” (Butler, 2014, p. 253). É a partir do encontro com o outro que construímos um pertencimento identitário, seja pela semelhança ou pela diferença. Yasmin lida com a não-binariedade relacionando-se diretamente com a binariedade. Sua identidade se estabelece pelo questionamento, desnaturalização e incerteza, estratégias férteis e criativas da teoria queer para pensar qualquer dimensão da existência (Louro 2004).

O fenômeno dos encontros online possibilitaram um menor evidenciamento da questão do corpo. Nesse caso, importantes aspectos positivos e negativos dessa modalidade de intervenção situam-se em um ponto comum: o impacto da presença física das mulheres neste espaço, ou seja, as facilitadoras ficam mais tranquilas pela proteção do distanciamento físico e limitação dos olhares, contudo a presença física do corpo também apresenta importância simbólica no processo reflexivo, como explica Eloah:

Quando eu vou no TJ eu tenho que pensar 50 vezes na roupa que eu vou usar. Fico com medo mesmo de comentários, de olharem pro meu corpo, de comentarem alguma coisa. Na delegacia enquanto eu tava ali já teve assim uma coisa, tipo um cara me olhar de cima a baixo “ah é com ela que eu vou falar?”, e dar uma risada assim, né? E aí, assim, eu senti um arrepio! Então eu me sinto mais segura (no online), mas ao mesmo tempo, fico pensando que talvez deixe de criar um impacto que às vezes é necessário, de certa forma, até para que o grupo aconteça, mesmo pra que essa diferença assim né, surja mesmo.

Verônica afirma apresentar um estilo neutro e não vê necessidade de pensar no grupo para rever a vestimenta, tampouco modula seus gestos e postura já que atribui a si um modo de ser que se distancia de estereótipos de feminilidade e que sustenta certa identificação empática com os homens. Helena, enquanto agente da polícia, não sente o grupo como um espaço que exige uma preocupação de forma diferenciada em relação a como se apresenta no seu cotidiano. Lembra, no entanto, que aconteceu com o facilitador estagiário, que usava uma meia da causa LGBT e foi interpelado por um participante. “A partir desse dia, eu percebi que os homens ficavam regulando mais ele, vigiando mais esse rapaz.”

4.4 Desconforto produtivo: “o mundo está muito chato para os homens”

A simples presença de um corpo diferente ou feminino no espaço do grupo de homens já é suficiente para um estranhamento, falas e percepções que geram incômodos. As questões de gênero, raça e sexualidade são abordadas o tempo inteiro no grupo, mas não diretamente, elas são atravessamentos de temas diversos, que falam sobre expectativas que se tem em uma relação e que acabam refletindo sobre como se lida com outros corpos, com o diferente, tanto em nível estrutural e social, como individual. Entre as potencialidades apontadas pelas facilitadoras a respeito de suas intervenções, a mais relevante foi presença de um corpo marcadamente feminino, em uma leitura generificada e política, e todas as reações geradas a partir dele, as resistências e vinculações variadas, que instiga os homens a participar, a não ficarem quietos, a exporem o seu incômodo. Aline apresenta essa ideia:

Quantas vezes a gente não fica desconfortável de estar num espaço onde existem vários homens? Eu não me sentiria à vontade de chegar num bar, sentar numa mesa com vários homens que eu não conheço, e ouvir eles conversarem. Ali eu consigo fazer isso e perceber várias coisas. E fazer essa virada de mesa, que a ideia é que eles sintam esse incômodo também, e por que que incomoda? E poder trabalhar a partir daí. Às vezes sem nem falar nada, estando presente, cruzando a perninha, ficando ali, observando. E isso eu acho bem potente, ainda mais quando tem outras mulheres junto, e que também estão percebendo essa movimentação, coisa que às vezes os facilitadores não percebem na hora. E depois, ao longo do encontro, percebem. Então, acho que é bem potente ter essa possibilidade que é bem marcada, bem política.

Em uma facilitação de grupo, é importante a auto-observação, a avaliação do impacto das narrativas para devolução ao grupo, como proposta de reflexão, ideia que é apresentada por Beiras e Bronz (2016) como uma ferramenta metodológica. Essa prática também se apresenta enquanto convite para que os homens possam olhar para seus próprios desconfortos. Os desconfortos compartilhados, entre facilitadoras e participantes geram questionamentos e reflexões importantes neste processo.

Eloah narra sentir coisas que um homem não sentiria. A leitura que se faz do seu corpo dá espaço para que as coisas aconteçam e poder jogar isso para o grupo pode fazer do desconforto a chave para a reflexão. Luana lembra de receber perguntas direcionadas diretamente à ela no grupo, interpelando seu lugar social enquanto mulher de forma a cristalizar diferenças de gênero. Poder falar disso enquanto uma construção é também implicar aquele que questiona, que se privilegia do discurso da fixidez dos lugares sociais. Yasmin observa que o estranhamento inicial (de ter uma mulher no espaço dos grupos) pode ser interessante, até desfazer essa barreira. Na sua facilitação, Yasmin possibilita aos participantes do grupo a provocação de tensionamentos na concepção de binaridade de gênero e heteronormatividade desde o seu lugar de fala. A vinculação com as facilitadoras se dá pelo lugar do ambíguo, do confuso e da tensão, mais do que com os facilitadores, num primeiro momento, conforme as narrativas.

Como efeitos dessa intervenção, as entrevistadas descreveram sua percepção das possíveis transformações discursivas. Importante destacar que não há um protocolo formal de avaliação dos resultados, justamente pela complexidade de se avaliar resultados em termos de transformações nas formas de se relacionar. As facilitadoras descrevem uma espécie de avaliação subjetiva pessoal, a partir das percepções que o participante revela sobre os encontros e de um comparativo das suas narrativas em relação ao que motivou a sua inclusão no grupo. Sobre isso, descreve Eloah:

Percebo que tem caras que chegam no final do grupo e quando eles vão contar da narrativa, eles se colocam na narrativa, eles deixam de ser um peão passivo, eles têm agência. Daí, isso pra mim é uma vitória, porque eles chegam muito enquanto “meu Deus, olha só, eu vim parar aqui, o que aconteceu?”, assim né... e eu acho que o nosso trabalho é muito “é mesmo né bicha o que aconteceu? Onde é que você estava esse tempo todo que você foi parar aí e não fez nada?”, de fazer entender essa implicação mesmo.

Eloah considera que esse trabalho mexe muito com a identidade dos homens. Parece ser muito difícil conceber a ideia de ser um bom homem, vinculado à uma religião e ainda assim ter feito algo que foi violento. Ela descreve que a resistência de muitos homens passa pela dificuldade de olhar para essa possibilidade de ter feito alguma coisa que, enfim, foi ruim. E, quando encaram esse fato, tem também o desafio de sair do lugar de vitimismo, de autojulgamento fatalista e procurar uma postura que se responsabilize, entendendo ser o sujeito da sua própria história. Então, como efeito da intervenção em grupo, busca-se a mudança de narrativa, o possível deslocamento da repetição das formas de ser e agir nas relações, entendendo que a violência é uma forma de relação, mas que o sujeito pode escolher outras formas.

As práticas discursivas constroem nossa experiência (Scott, 1999; Mello et al, 2007). Ou seja, construímos nossas experiências com os discursos que nos são disponíveis. Nothaft (2020), pondera que vivemos em um contexto social que ao mesmo tempo atribui valor negativo à ideia de violência e naturaliza práticas que se baseiam nela e, por este motivo, não as nomeamos de violência (p.135). Ao passo que a violência é cotidiana, não admitimos sofrer ou praticá-las. A violência se naturaliza pela linguagem, por meio de mitos e estereótipos. Da mesma forma que frases como “mulheres gostam de apanhar”, “provocam os parceiros”, “são loucas”, reduzem as mulheres a uma categoria, a um estereótipo, os homens são marcados por mitos que constroem as masculinidades hegemônicas e podem ter dificuldades em se deslocar desses mandatos sociais (Guimarães & Diniz, 2007, p.90).

As narrativas revelam que as intervenções provocam um incômodo que, inicialmente gera uma resistência, porém as reflexões reverberam no decorrer dos encontros. Há o acolhimento desse incômodo e, durante o processo, a responsabilização e implicação com falas como “eu fui criado assim”, “sempre foi assim”. Aline fala sobre essa virada de chave:

Eu acho que é o potente da intervenção, fazer olhar, não só para si mas para onde eu estou posicionado no mundo, de onde eu estou vendo o mundo, não é todo mundo que está vendo do mesmo lugar que eu, e isso incomoda porque tem pessoas que estão vendo melhor do que eu e eu estou atrapalhando a visão de outras pessoas e isso significa que, na verdade, eu estou no mundo e sou responsável pelo que eu faço, minhas ações causam efeitos, porque quando a gente questiona “mas será que quando você fez isso, o que será que a sua companheira sentiu?” Essa pergunta causa um estranhamento como se

nunca tivesse parado para pensar “Nossa, ela pode ter ficado com medo!”.
Porque fica esse descentramento.

As narrativas de Eloah e Aline corroboram com o que Guimarães e Diniz (2017) tratam em seu artigo intitulado “Masculinidades, anestésias relacionais e violência conjugal contra a mulher”, onde descrevem como o processo social de naturalização da violência influencia no desenvolvimento de anestésias relacionais, que permitem compreender a negação, minimização, justificação e desresponsabilização de homens pelas agressões que cometem (p.85). Os autores destacam a dificuldade em nomear a violência, como um fator que contribui para esta anestesia, que se opõe a uma resposta esperada de dor, vergonha ou indignação. Homens e mulheres envolvidos nessas dinâmicas de violência podem não conseguir definir ou perceber as agressões como violência, deixando de sentir o mal-estar pelo ato. As pessoas envolvidas “não veem que não veem” (p.91) e o significado da violência e suas consequências já não são percebidos, bem como as próprias condutas de negação. Em um contexto de desigualdade de gênero, qualquer fato pode ser usado para justificar a violência dos homens contra as mulheres, transferir a culpa e sustentar a anestesia. Os espaços reflexivos objetivam reativar os sentimentos adormecidos, identificar a própria negação, nomeando e percebendo o processo de naturalização das experiências violentas.

Alcançar esse momento reflexivo, em que os participantes conseguem se deslocar da fala repetitiva, se colocar em primeira pessoa, falar a partir de sua história, escutar as histórias dos outros e construir novos olhares sobre si é, para Luana, o que dá sentido ao seu trabalho. Em sua avaliação pessoal, percebe transformações no grupo: *“A gente vê a diferença, no começo dos grupos e no final do grupo, de como essas falas vão mudando, as posturas vão mudando, os tons de voz vão mudando.”* Pâmela avalia como positiva a intervenção quando os participantes falam sobre o que estão sentindo, coisa que, segundo ela, aparece mais ao final dos encontros.

Claudia traz uma proposta interessante de avaliação por meio de uma entrevista individual realizada ao final dos encontros, na qual procura avaliar mudanças de narrativas dos participantes, sobre posicionamentos que os homens trazem desde a entrevista inicial, antes dos encontros.

Sempre na avaliação inicial eu coloco lá, se tem um nível de responsabilização pelo que aconteceu, se tem um nível de reconhecimento de

que aquilo é uma violência ou não, se tem alguma negação ali, se tem alguma justificativa ou se a pessoa culpabiliza a outra parte.

As mesmas questões são levantadas na entrevista final e Claudia percebe mudanças no posicionamento discursivo em alguns homens e outros que verbalizam mudanças, porém ainda não apresentam um discurso implicado com suas ações.

Maria avalia que a maior parte dos homens conseguem ter uma experiência diferenciada de algumas perspectivas de vida por conta do acompanhamento. A oportunidade de trocas entre participantes e facilitadoras, segundo Maria, possibilita eles perceberem que existem outras formas de se relacionar com as mulheres, outras formas de as mulheres se colocarem: “Eles conseguiram conversar de coisas que eles não conversavam com ninguém, conseguiram perceber pontos onde eles tinham dificuldade de se comunicar, o quanto a violência surgia numa tentativa, numa dificuldade de aceitar o ponto de vista do outro.” Essas mudanças, alerta Maria, talvez não sejam suficientes para a redução das violências mais sutis, mas acredita que, pelo menos por um tempo, haverá um maior controle dos homens para evitar uma violência. Me chama a atenção o reconhecimento, por parte de Maria, de que não basta uma intervenção de grupos reflexivos, mas a atuação firme do estado, com audiência, atendimento na promotoria, um somatório de ações combinadas para alertar que existe um estado de olho nessa questão. Maria se mostra mais cética em relação às violências moral e psicológica: “Há uma certa compreensão deles também do sistema de justiça, de saber como funciona, inclusive de como pode ou não ser provada uma violência.”

A angústia trazida por Maria reflete um grande desafio para os grupos reflexivos para HAV: quanto, ao final dos encontros e, ao passarem pela experiência de um processo judicial ou cumprimento de uma medida protetiva, os homens se amparam em estratégias para não serem denunciados ao invés de repensar suas formas de se relacionar. Não raramente, participantes relatam terem aprendido a evitar os conflitos, saindo de perto da companheira, deixando-a falar sozinha e assim protegerem-se de serem denunciados, demarcando uma violência que não lhes implique judicialmente. O autocontrole com este fim já é um avanço, contudo pode ser alcançado com ações de caráter punitivo. O que se espera com os grupos reflexivos vai para além disso, para transformações muito mais profundas nas formas de ver e sentir as relações sociais (Beiras & Bronz, 2016).

4.5 Vozes ouvidas x vozes silenciadas

É preciso lembrar da importância da diversidade na formação das equipes de facilitação. Entendendo que os serviços irão contar com profissionais de áreas majoritariamente ocupadas por mulheres, como a psicologia e o serviço social, um olhar interseccional e decolonial é crucial para envolver no debate diferentes pontos de vista.

Em uma dupla mista de facilitadores (em relação ao gênero), outros marcadores sociais de diferença vão se somando. A experiência de Yasmin retrata essa ideia:

Pode ser que eu to ali facilitando com o meu colega que é branco, de olhos azuis de classe alta, e eu, uma mulher parda, que fala de certa maneira, conto algumas das minha experiências pessoais de vida, da minha família e nisso, apesar de um gênero diferente do dele, vou me aproximando mais dele por outro lugar.

Yasmin destaca que nem todos os homens vão se identificar, como espelhos, à uma identidade estabilizada de homens ou mulheres.

Quando a gente olha para os facilitadores de grupo, muitas vezes você vai ver homens brancos, de classe média alta, muito escolarizados. Que relação de identificação eles têm com os homens do grupo? Que são variados, nós sabemos, não tem só homens pobres, negros e pardos. Tem homens de todas as cores, escolaridades, inclusive, mas um pouco sobre isso, sobre a gente... romper com essa fantasia que os homens são também um grupo social homogêneo e ver que há aproximações e distanciamentos entre homens e mulheres e entre homens e homens.

Yasmin declara que formas distintas de facilitação trazem ao grupo tensionamentos e impactos importantes. Formação e linhas teóricas repercutem sobre como se faz as conversas. Enquanto antropóloga e professora, Yasmin percebe sua condução mais socioeducativa, enquanto seu colega psicanalista segue outra via. Essas diferenças se misturam com o gênero, não sendo possível isolar os marcadores que aproximam ou distanciam os facilitadores, pois nem estes e nem os participantes se encaixam em uma homogeneidade. Yasmin conclui sobre ser lida enquanto mulher nos grupos que facilita: “sim, é diferente!”. Uma diferença, aqui eu destaco, somada com diversas outras. Ainda assim, a partir de sua experiência, Yasmin, que se descreve como a única pessoa não branca de sua equipe, única mulher, que vem de origens mais baixas em termos de classe social, percebe que o lugar de facilitação costuma ser quase

idêntico ao homem branco, mais letrado, conduzindo as conversas. Neste caso, ela avalia o quanto ele poderia compreender também as questões que ultrapassam o gênero:

Qual que é a dificuldade de ser esse homem que trabalha 12 horas por dia, é entregador de ifood na pandemia, esse cara que não sabe se vai estar com a despensa cheia para os filhos, o quanto esse facilitador com outra experiência de mundo também consegue se aproximar desse outro homem que tem experiências com violência policial, racismo.

Pensar os grupos de forma interseccional possibilita à Yasmin pensar essas diferenças entre os homens, em outros marcadores cruzando com o gênero e que podem escapar do olhar dos facilitadores. Ela então traz consigo esse lugar enquanto questão teórica e política.

Claudia relata um fenômeno que observa na dinâmica dos grupos: “Os que menos falam, são mais tímidos, mais retraídos, normalmente são os mais pobres, negros.” Claudia lembra de um participante negro que era a única pessoa que pedia “com licença” para falar: “Ele levantava o dedo e ficava esperando e pedia licença pra falar.” De forma geral, relata ter observado que os homens com maior poder aquisitivo, maior nível de escolaridade e brancos foram os que interromperam, com maior frequência, a sua fala e a dos outros participantes.

Se os grupos reproduzem aquilo que o patriarcado delimita enquanto modelo generalizado de masculinidade hegemônica, Beiras et al. (2021) alertam também para a necessidade de localizar essas masculinidades em um determinado espaço-tempo e considerar os caracteres relacional e legitimador das relações desiguais. Os participantes não necessariamente manifestam um estereótipo viril e agressivo, no entanto, a violência transborda essa caricatura e se apresenta em dimensões bastante sutis, assim como observados pelas facilitadoras no domínio das falas de alguns e na resposta subordinada de outros. Conforme apontam os autores, a observação das dinâmicas relacionais, em cada contexto, nos oferece pistas sobre que imagem de homem está ocupando o lugar de vértice da pirâmide organizativa das identidades presentes (p.35). Refaz-se, então, o conceito de masculinidade hegemônica a cada situação, já que os pontos de articulação entre masculinidade e violência se apresentam de formas diversas para cada sujeito.

Eloah narra sentir necessidade de espaços de supervisão e estudo para falar sobre masculinidades e negritude. Essa demanda surgiu da experiência de ter um homem negro no grupo, trazendo coisas bem específicas da violência dele com a medida protetiva, de receber

enquadro da polícia, enquanto nenhum outro homem branco havia passado por isso. “Fiquei desconfortável naquele espaço, sem saber muito como intervir, é importante ter uma vaga na facilitação para uma pessoa preta.” Eloah pontua que facilitadores/as precisam estar apropriados para poder intervir e não colocar a responsabilidade de falar de raça para a pessoa preta. Contudo, entende também que um lugar de identificação fortalece as falas de quem experiencia o racismo. Aline reforça essa questão relatando sobre a capacitação da equipe para uma escuta mais ativa e o acolhimento ao sofrimento psíquico atrelado à raça.

A epistemologia colonial e o heterocapitalismo criam oposições identitárias que impõem norma e diferença. Grada Kilomba (2019) questiona a norma que mantém a estrutura colonial e o racismo e que coloca a pessoa negra como diferente, enquanto as pessoas brancas são a norma. Enquanto a diferença é usada para justificar a discriminação, a autora denuncia que é a própria discriminação que torna a pessoa negra diferente.

As masculinidades negras, apesar da riqueza de possibilidades e negociações, conforme aponta Nkosi (2014), partem de referenciais fetichizados para agenciar sua identificação e sua visibilidade está atrelada à uma hiper virilidade. A violência normativa silencia as dores psíquicas e constrói, no imaginário social, um corpo negro que agride e que suporta a violência, que é hipersexualizado. Nkosi destaca o sofrimento emocional desses homens, que abrange a invisibilidade e inferioridade produzidas pelo racismo, amplificado quando se vê enquanto um desvio entre os desviados, caso não corresponda aos estereótipos racialmente atribuídos a ele (pp. 91-92).

O racismo molda a masculinidade de homens negros e é preciso pensar nas representações que estão no imaginário social brasileiro sobre os homens negros, como e de que forma aparece o homem negro nos programas de TV, nos noticiários e que constroem uma imagem identitária. Diante disso, importa questionar como os homens individualmente lidam com essas representações, como as manejam e as subvertem, qual o impacto dos estereótipos na construção de sua própria imagem. É pela escuta dos homens negros que se constrói um conhecimento efetivo que se distancie da essencialização e generalização da raça. Os grupos reflexivos podem representar um espaço propício para a produção de outras interpretações sobre a masculinidade negra quando permite que esses homens falem sobre a sua experiência pessoal e se desloquem da identificação social idealizada, mostrando as diversas formas nas quais vivenciam o racismo.

Embora a subjetivação masculina seja afetada por uma série de variáveis e identidades transversais, nas narrativas das facilitadoras os marcadores sociais mais presentes no grupo apontam para um homem branco que detém um suposto conhecimento em destaque. Claudia chamou a atenção para profissionais da segurança pública e do direito, além de empresários, que apresentam uma espécie de liderança nos grupos, tentam tomar a fala para si, questionar a condução do grupo e demarcar um lugar de poder. Luana vivenciou uma situação em que um homem com graduação tentava se colocar como facilitador, juntamente com a dupla de mulheres facilitadoras. Luana descreve que a voz desse homem, em específico, sempre precisava estar presente, autorizando as demais falas. Ela lembra também que isso só aconteceu enquanto eram só mulheres na facilitação.

Pâmela descreveu a participação de um delegado de polícia que buscava também assumir esse lugar de liderança e “coordenação” no grupo. Sobre esses homens em específico, Helena relata:

Ter policiais no grupo foi um silenciador porque essas pessoas precisam demarcar esse lugar, o tempo inteiro (...) Como que a nossa sociedade lida e, basicamente, os homens lidam quando tem uma arma na cintura, acentua esse lugar da masculinidade. Algo que já é muito deliberado socialmente do que ele pode fazer é acentuado a nível mor. Discutir masculinidade com esse homem vai perpassar por outros ângulos também. Vai inclusive questionar esse lugar aí, específico. A gente entendeu que não daria conta ali.

Verônica iniciou o trabalho com grupos reflexivos para homens, construindo uma metodologia de grupos para agentes da segurança pública, diante dos casos de violência e sofrimento neste público. Os índices de feminicídio seguido de suicídio eram alarmantes e foi preciso pensar em estratégias de intervenção para esta demanda.

Em sua tese de doutorado, Fernanda Arno (2020) buscou analisar a construção de uma masculinidade hegemônica dentro da Polícia Militar de Santa Catarina na década de 1960 e descreveu sobre os mecanismos de adestramento disciplinar dos soldados que chegam e trabalham na polícia militar. Utilizando-se da obra de Foucault (2012) para pensar em como um corpo pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado sua pesquisa revelou que o controle institucional não se limita a produzir corpos dóceis que sejam úteis para as funções que o trabalho exige:

Muito além disso, os métodos disciplinares são permeados por relações de gênero complexas, que buscam representar um ideal de masculinidade construído a partir, também, destas disciplinas. Em um nível mais profundo, a masculinidade idealizada pela instituição é resultante da disciplina e da hierarquia enraizada na PMSC, mas também é fundante, pois é norteadora das práticas e representações adotadas por ela. Assim, práticas, poses e posturas devem ser disciplinadas a partir de uma masculinidade que se quer, de um ideal entendido como essência da instituição.(Arno, 2020,p. 104)

Todo esse sistema de controle se sustenta nos conceitos de disciplina, hierarquia e masculinidade (militar e hegemônica). Ser agente policial, portanto, é ter imprimido, em seu corpo, uma representação idealizada de masculinidade e disciplina, que é reafirmada e exposta diariamente para a sociedade. Despir-se desse lugar para abrir-se à horizontalidade do processo reflexivo, que propõe novos sentidos a essa construção idealizada de homem, pode soar como uma insuportável subversão à ordem disciplinar que imprimiu sua identidade.

Para Verônica, a faixa etária também é um importante marcador. Os mais jovens trazendo suas experiências como mais legítimas, por estarem supostamente mais conectadas com uma realidade atual. A classe social, segundo relata, também se apresenta nos grupos e se mistura com conhecimento. Verônica observa que muitos homens, pertencentes a classes sociais menos favorecidas, se calam por vergonha e por não acessar o que é dito por outros homens,

Um relato semelhante foi trazido por Aline, sobre homens com maior poder aquisitivo (advogados e empresários, em especial) colocando-se como alguém que está disponível para fazer o grupo, assumindo uma disputa de poder pela detenção de um saber específico. São os homens que se colocam mais nesse lugar de “figura pública” ou ocupados demais que, segundo Aline, acabam não concluindo os encontros, ou quando o fazem, mais frequentemente monopolizam o discurso para tratar do seu caso específico, indo contra a proposta da intervenção de fazer circular a palavra. Janaína percebe estes homens com uma intenção de explicar para o grupo e para os facilitadores os termos daquilo que está sendo dito, que ele se destaca pelo conhecimento, muitas vezes silenciando aquele que tem menos instrução. Não raramente, homens com maior poder aquisitivo, segundo Janaína, não permanecem no grupo, e quando o fazem, procuram reafirmar uma superioridade durante todo o tempo.

Por outro lado, Helena observa que a socialização masculina possibilita uma aproximação pela via da vivência das masculinidades que privilegia a conversa com esse foco, mesmo atravessada por marcadores:

A gente já teve em um mesmo grupo ex morador de rua, professor universitário, médicos e empresários. Então pessoas com renda muito alta e gente sem renda, vivendo de auxílio, bolsa família, enfim. E aí, interessante que existe essa questão do marcador, dessa questão do dinheiro, mas na hora que você vai falar de masculinidade existe algo de muito comum (...) existe algo que transita nessa coisa do que é ser homem, que é muito comum. E aí tanto o empresário, que tinha uma renda extremamente alta, quanto o morador de rua conseguiam dialogar perfeitamente dentro do grupo.

As masculinidades se relacionam com a violência mediante uma socialização masculina que coloca os homens em defesa de uma identidade hegemônica. Neste processo, mesmo os homens subalternizados e marginalizados pelo atravessamento de marcadores sociais podem, igualmente, valer-se da violência para este fim. Falar sobre si e sobre pontos de fragilidades que acometem aos homens já é por si só um processo complexo, justamente pela já referida propensão das masculinidades mais tradicionais ao autocontrole e à demonstração de invulnerabilidade. Quebrar a lógica da cumplicidade masculina e utilizar a identificação que possuem para desconstruir entendimentos estereotipados sobre os homens é uma subversão, também em ato, da função do grupo, que passa de local de reforço de uma identidade a espaço de problematização e reconstrução de si (Beiras et al, 2021, p.116).

Outros marcadores presentes nos grupos são reconhecidos por Aline. O tensionamento pela religiosidade e as diferenças culturais trazidas por pessoas do nordeste do país ou de outras regiões de SC, marcadores aos quais os participantes se referem para explicar como foram socializados e o que foi naturalizado em termos de relações sociais.

Pâmela destaca a paternidade e os valores atribuídos a ela, como um marcador de poder presente em um dos grupos. Pâmela realizava pesquisa sobre o tema da paternidade junto às masculinidades, à época em que facilitava o grupo. Esse enfoque, dado desde a entrevista inicial, trouxe para o grupo o marcador, revelando a influência da abordagem na facilitação para a dinâmica de hierarquias no grupo.

Uma outra questão, relacionada à sexualidade dos facilitadores, aparece na narrativa de Yasmin, como muito marcada pela heteronormatividade:

Muitas vezes quem facilita esses grupos é colocado no lugar de um homem heterossexual, que partilha de um mundo parecido com o que tá ali sendo participante e às vezes não né, às vezes não é um homem heterossexual fazendo isso, então não se relaciona com as mulheres da mesma maneira que aquele sujeito e eu acho sempre muito interessante, um contraponto muito interessante, mesmo que não apareça na fala. Muitas vezes os facilitadores que não são heterossexuais, eu vejo, não vão falar da sua sexualidade no grupo, mas vão conduzir mesmo assim o grupo de outra forma e isso é muito interessante. E vão também expressar uma masculinidade que vai ser exemplar para aqueles homens a partir de outro lugar.

A cisgeneridade e a heterossexualidade são tidas, pela cultura ocidental, como naturais, normais e biológicas. As expectativas expressas nas narrativas dos participantes, via de regra, apontam para a heterossexualidade das facilitadoras, enquanto uma demanda que deriva do pressuposto da compulsoriedade heterossexual. A heteronormatividade opera, como indica Butler (2003), como um conjunto de regras que fundamenta processos sociais de regulação e controle, marcando até mesmo os sujeitos não normalizados, como o caso da relação homoafetiva que segue a díade ativo/passivo. A matriz de inteligibilidade heteronormativa toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir posições sexuais e, assim, fornecer um quadro compreensível e padronizado da sexualidade. Butler (2003) alerta que esse princípio normalizador visa instituir coerência e continuidade entre sexo, gênero e prática sexual, e a coerência é o que torna os gêneros inteligíveis. A inteligibilidade de gênero é representada pela figura de um homem masculino heterossexual ou de uma mulher feminina heterossexual. Olhar com estranheza para os processos sociais normalizadores que geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares e permitir questionamentos à estrutura binária, pode ser um movimento mais fluido quando os próprios facilitadores se distanciam dos termos que mantêm essa norma, como constatou Yasmin.

Ao pensar sobre as hierarquias que se apresentam na dinâmica relacional dos grupos, as facilitadoras destacaram, para além do gênero, mas não dissociado deste, os marcadores sociais relacionados à raça, escolaridade, classe social, idade, religiosidade, etnia, paternidade, sexualidade e profissão, especialmente ligada à segurança pública. Desses diversos lugares, os sujeitos se veem enquanto norma e, por isso mesmo, não se veem marcando um lugar social.

Para que a conversa circule e haja implicação com os marcadores que se apresentam, é importante lembrar a afirmação de Djamila Ribeiro (2017): “todo mundo tem lugar de fala” (p. 81).

Pensar sobre a identificação do sujeito que está facilitando e estimular que seja um público diverso, amplifica as vozes, traz uma riqueza de experiências e de formas de se olhar para o mundo, que talvez se perderia quando se tem um lugar único de facilitação. O grupo possibilita o contato com histórias de vida marcadas por diferenças e semelhanças que, segundo Rasera e Japur (2018), podem servir como uma mostra de como a vida poderia ser de outro jeito ou ainda de como as diferentes situações podem ter significados semelhantes, podendo abrir a oportunidade para perceber a vida humana como uma construção que ocorre a cada momento. Semelhanças podem ser redimensionadas em diferentes significados e as mudanças pessoais podem surgir da ressignificação do problema em direção a narrativas que fazem sentido para cada participante. As questões trazidas pelos participantes ganham múltiplas descrições conforme as diferentes experiências, fortalecendo o caráter construído e relacional dos problemas e das formas de narrá-los.

4.6 Fichas caindo: o impacto em duas vias

Já senti medo, já senti muita raiva, de sair do grupo com a gastrite atacada de tão nervoso que eu passei, muita tristeza também porque é muito triste constatar isso, sabe? É violento, são fichas caindo que deixam um buraco de tristeza. Enfim, eu já senti muita esperança e muita desesperança também.
(Eloah, em entrevista)

Facilitar grupos é assumir uma posição de auto observação, é vivenciar trocas que envolvem afetos e experiências pessoais que partem dos lugares sociais ocupados e colocados em pauta. As facilitadoras colocaram em narrativas a repercussão sobre si da experiência dessa intervenção e, especificamente, sobre ouvir relatos de violência contra as mulheres. A fala acima, trazida por Eloah, representa o quão impactante pode ser ocupar o lugar da facilitação.

As narrativas das facilitadoras revelaram sentimentos intensos, cujos efeitos partem, como o relato acima, como consequência do testemunho das violências descritas por participantes, de uma sensação de cumplicidade ao ouvir discursos violentos e, por outro lado, da satisfação por realizar uma intervenção que apresenta efeitos significativos para a revisão

das masculinidades violentas e, conseqüente, para a redução do cometimento de atos violentos.

Eloah explica que é difícil intervir na violência sem se sentir cúmplice, às vezes, porque facilitar é ouvir muitas coisas e entender que nem sempre é possível pontuar tudo e algumas falas acabam não sendo interpeladas: *“E como não se sentir endossando a violência que você não conseguiu, enfim, apontar, dissecar ali naquele momento?”* O sentimento de impotência, frustração e raiva se misturam e são, muitas vezes provocados pelos participantes que reforçam o apontamento da culpabilização das mulheres pela violência sofrida, convocando as facilitadoras para um embate argumentativo, como relata Aline:

Eles trazem questões pra gente “ah, porque muitas mulheres são ruins, muitas mulheres são piores”, e eu não me sinto em todos os momentos muito à vontade de falar que não, ou até não no sentido de confrontar, mas de fazer alguma intervenção pra fazer pensar. Às vezes eu fico em silêncio, porque eu sei que se eu responder, eu sei que vai ser com raiva, e aí vou trazer um sentimento meu, e não uma intervenção de fato.

Pensar sob a perspectiva da mulher que sofreu a violência, para Luana, era importante para fazer o contraponto necessário das falas, mas também se mostrou um desafio lidar com o desconforto no momento em que elas aparecem, conforme relata:

Precisava de um momento de “Calma Luana! Pensa a partir do que está acontecendo agora!”, sempre que, em várias situações eu pensava no lugar da mulher, de como ela se sentiu. Algumas situações dava pra trazer essa reflexão de colocar, de pensar e colocar como eu me sentiria numa situação de perseguição, enfim de uma situação onde eu me sentiria desconfortável, cabia eu colocar no grupo, mas muitas vezes não, então eu precisava deixar isso pra mim e colocar na supervisão e trabalhar mais profundo o subjetivo que vinha nessas histórias.

Luana, mesmo avaliando positivamente os impactos do processo reflexivo, lembra do sentimento de frustração que pode vir ao final de uma intervenção: “teve um grupo que parecia pra mim que foi assim muito bom, e aí no final, um dos participantes me convidou ‘vamos sair? Você é casada? Você é bonita!’ e eu pensei: Meu Deus! Não serviu de nada para esta pessoa!”

As frustrações descritas nessas narrativas relacionam-se à percepção da invisibilidade da figura da mulher, do não reconhecimento do seu lugar, tanto como sujeito, quanto como profissional que ocupa a facilitação. São vistas do lugar em que socialmente, em uma perspectiva sexista, as mulheres são vistas, sujeitadas e objetificadas, pelo menos num primeiro momento nessa relação com o grupo. A socialização dos homens abre espaço para que se coloquem em uma relação de dominação. No grupo, isso pode se revelar em tons de voz mais ampliados ou no monopólio das falas. Aline pontua que não foi socializada para se comunicar assim e nem para ocupar muito espaço, então sente que precisa repetir falas até ser ouvida. Um dilema, portanto, apontado por ela, é poder ocupar esse espaço da facilitação e intervir sem precisar deixar de ser quem é.

Maria lembra que os relatos que ouve no grupo de homens reflete a sociedade de uma forma geral, não sendo diferentes dos que se ouve em conversas sinceras com os homens da sua própria família e com amigos e colegas. Ela destaca que os participantes dos grupos são homens comuns, não são psicopatas ou pessoas com valores distantes do ciclo social no qual as facilitadoras convivem. Pensar assim, conclui ela, ajuda a construir vínculos com os participantes, no entanto, é justamente esse ponto que torna o trabalho cansativo e a mudança, mais distante. As narrativas sexistas circulam no cotidiano. Maria observa o próprio desgaste com a realidade denunciada em narrativas comuns do seu ciclo e ampliadas no grupo: “então eu me sinto, ao mesmo tempo, próxima dessa realidade, de quanto está no dia a dia, mas também cansada né. Então eu acho que é essa mistura assim, as duas coisas.”

Nesta mesma lógica. Janaína se declara privilegiada por não sentir tanto, em seu convívio social cotidiano, as demonstrações de violência. Descreve ter mais contato com homens não heterossexuais e um maior distanciamento de homens mais velhos, inclusive da sua família. A própria negação desse convívio revela o que ela descreve a seguir, o impacto nas relações desse olhar sensível às questões de gênero (e não somente):

Se eu convivesse mais com os homens que eu conseguisse ver essa realidade, mesmo que mais sutil, eu acho que impactaria no sentido de eu tentar levar isso assim... “tá, vocês já pensaram desse jeito?” (...) acho que eu tento usar um pouco dessa sensibilidade, desse jogo de cintura quando estou nesses ambientes, mas na minha realidade não é tão comum.

A conexão com os sujeitos que cometeram ou cometem atos de agressão, lembra Pâmela, acontece quando se baixa os possíveis escudos dessa relação e se pode ver sujeitos

com histórias de vida difíceis, com alto nível de sofrimento e dificuldades, vindos de famílias com pais agressores ou ausentes. Aline destaca que esse sofrimento não está nomeado, que é como se não fosse deles: “A gente percebe, tanto no posicionamento, ou até na fala, ou nas palavras que usa né, ‘porque foi uma injustiça’, ‘porque não foi legal o que ela fez comigo’, mas nunca nomeando, ‘eu tô me sentindo injustiçado’, de trazer pra si dentro da situação.” É pela via desse sofrimento que ela busca se vincular e lidar com o sentimento de raiva, que surge ao ouvir as violências. “Eu sinto raiva porque eu sinto uma injustiça, eu percebo que tem uma injustiça ali, eu percebo que alguém perdeu alguma coisa. No caso, uma mulher perdeu o acesso a algum direito, alguma questão.” A vinculação para ouvir a violência é ouvir também que existe um sofrimento. Aline observa que aquele sujeito não está vendo aquilo que ela vê, são posições diferentes, como relata: “poder se colocar no lugar do outro, nessa ideia de descentralizar, de ver o que está nessas grades dessa relação, o que está interposto, o que não está sendo dito, não está sendo visto.” O esforço narrado é no sentido de entender a violência como algo que está além daquele sujeito, de pensar que há possibilidade de mudança, para além do incômodo gerado com o discurso violento e/ou vitimista.

Em sua narrativa, Janaína destaca o que lhe marca positivamente ao final dos últimos encontros. Ela menciona uma quebra de barreiras, os participantes se vulnerabilizando, se emocionando e comunicando a ela “estou te vendo, estou te ouvindo”, sem uma disputa de poder. O desafio, que por outro lado, também traz marcas para sua experiência, é o outro aspecto do desarmamento emocional, é o ataque à sua figura, sendo interpelada, de forma direcionada e provocativa enquanto mulher à responder sobre questões às quais eles já vem com uma ideia pronta e negativa (o que é ser mulher, o que é feminismo). como descreve:

Essas falas pra mim são assim as que mais me mobilizaram que faz com que eu tenha que ou não responder ou responder, estão falando diretamente comigo. O momento que eu sou vista é pra uma provocação. Ou as ironias muitas vezes pra falar da mulher “ah essa a Janaína vai gostar”, “essa vamos ver se a Janaína...”, sabe?

Janaína lembra de quando iniciou esse trabalho e do quanto ele mobilizou sentimentos de tristeza e raiva: “Hoje eu consigo identificar minha raiva, aí eu consigo devolver pra eles ou, enfim, mostrar o que eles estão fazendo, atuar mais e intervir com a minha emoção (...) já sei manejar e já não me afeta tanto.” Para Janaína, esse manejo é consequência da prática, de se auto observar e lidar com suas emoções e levá-las ao debate.

Claudia também atribui à sua experiência, além do autocuidado com psicoterapia, o maior manejo do impacto dessas ações em suas emoções.

Eloah trouxe uma fala que a marcou de um participante que se queixou por estar pagando por um ato não consumado, como uma lamentação por não ter praticado o feminicídio e ter feito “valer a pena” a judicialização do seu ato:

Essa fala me marcou muito porque acaba dizendo ali que ele não matou a esposa, então por que ele tava sendo punido? ou não espancou, enfim ele poderia ter feito muito pior. Esse foi um atendimento que eu fiquei muito mal depois porque ele falava dessa pessoa, que era mãe da filha dele, que ele estava junto há 12 anos, com muito nojo, desprezo na fala dele, sabe?

Perceber o lugar que as companheiras ocupam na vida desses homens, aparece na narrativa de Eloah como algo que a faz repensar a relação que tem com todos os homens da sua vida, se questionar o quanto eles respeitam e como se referem às mulheres quando não estão diante delas. Para tanto, conclui ser importante que as facilitadoras passem pelo processo terapêutico, para que tenham um lugar só seu de pensar nestas questões.

A postura reflexiva de Eloah se traduz em intervenções em falas que facilmente passariam despercebidas por facilitadores menos atentos. Essa sensibilidade de se afetar com as temáticas de gênero possibilita trazer questionamentos, não só para o grupo, como também para a equipe de facilitação, como no exemplo narrado:

Eu lembro de uma vez de um dos caras falando, da Lei Maria da Penha, dos índices de feminicídio, que estava tornando as coisas mais difíceis para os homens porque tem tanta violência e eles estão sendo julgados com mais rigor, e eu tava na equipe e comentei “cara, que absurdo né? como é que a cabeça da pessoa funciona, ele escuta que tem mais mulher morrendo e pensa... Caramba, ferrou para os homens!” e o colega que estava facilitando falou ‘Nossa, tinha me escapado isso!’ (...) Ver jogar na nossa cara de fato um sentimento cotidiano ali mais exposto, parece que a gente dissecou as coisas ali, fica muito cru.

Eloah se refere a esta exposição de um sentimento cotidiano, como algo cru e que as facilitadoras dissecam. O exame minucioso das falas reverbera nos espaços de supervisão, o que reforça a sua importância como fortalecimento da ação com grupos.

A experiência de Pâmela no atendimento às violências contra crianças, em um

Hospital, segundo ela, fez com que a escuta das violências no grupo não a acionasse da mesma forma. Apesar de ainda ter tido dificuldades com uma situação específica, manteve a visão de que a violência era bidirecional, dentro de uma perspectiva sistêmica, o que acredita, a protegia da dor e da frustração. Essa ação a impactou com uma potência de motivação, como algo resignado, como descreve: “Eu estou aqui, eu vou ver isso acontecendo de alguma forma... se isso existe... então a gente vai dar um jeito, dentro do possível.”

Sobre os relatos dos homens a respeito das violências praticadas, Helena descreve ser sempre de uma forma tão amortizada do que realmente acontece, que contada pela voz deles, já não lhe causa muito espanto. Lembra, no entanto, do relato de um homem que sofreu uma violência grave da companheira, quase veio a óbito e ainda assim não registrou ocorrência contra ela. Pensar em como essa masculinidade impacta na vida dos homens, em como o machismo não permite que eles assumam o lugar da fragilidade é algo que ainda a surpreende.

Com vasta experiência no atendimento às situações de violência, Verônica descreve se empenhar tecnicamente no momento da intervenção e não levar sofrimentos consigo: “Eu costumo trabalhar no aqui e agora e eu entendo que isso (a violência) faz parte do universo e vai aparecer. Então não levo muito para o pessoal.” Toda a sua narrativa reforça o conhecimento técnico como instrumento de proteção aos possíveis efeitos emocionais dessa ação. Sua defesa pela técnica grupal como blindagem a impactos subjetivos pela questão de marcadores sociais ocorre em paralelo ao relato de si, no qual destaca que seu modo de agir e de falar a aproxima dos participantes:

Sou muito mais ativa, atuante... daí tem um cara que estava no grupo que disse “deve ser muito difícil né? ser casado com vc” (...) claro que ele viu que eu sou uma mulher forte, nesse sentido... eu não sou agressiva e também não sou boazinha, esse olhar de mulher, de cuidar.

A aproximação com os homens se dá à medida do distanciamento de um estereótipo de mulher e ainda assim, a interpelação lança um olhar regulador sobre seu corpo: como uma mulher que não se comporta como o esperado poderá relacionar-se com um homem? A violência contra as mulheres é justificada, via de regra, pelo comportamento desviante destas mulheres. Facilitadoras colocam em xeque a padronização presente nestes discursos.

Yasmin, que reconhece uma exaustão pós grupo, a exigência de uma atenção constante naquele espaço por tratar de temáticas difíceis e ouvir relatos pesados, destaca também o impacto positivo dessa ação:

O corpo fica muito carregado daquilo, então sempre saio muito moída das sessões, da atenção, do cuidado de estar ali atenta e falando de coisas tão, tão fortes. Mas ao mesmo tempo eu sempre saio do grupo com... “poxa é isso mesmo!”, entendeu? Isso que a gente tá fazendo é incrível, esse espaço tem que ser ampliado, isso aqui devia ter todo dia, toda hora, em todos os lugares. Esses caras foram atravessados por essa conversa.

Ao longo dos anos, Yasmin relata ter desenvolvido uma certa blindagem que a torna apta a estar neste lugar de facilitadora. Destaca que não trabalhar com as mulheres (em situação de violência) a protege de não contaminar a relação com os homens:

Eu tenho certeza que se eu estivesse trabalhando com a outra ponta, eu ia estar mais resistente, mais contaminada pelas histórias a ponto de não conseguir engolir e falar com eles de um jeito reflexivo, responsabilizante, mas que consiga fazer o diálogo, apesar das histórias e tudo mais.

Yasmin reconhece em si a habilidade para lidar com os relatos, tangenciando temas importantes relacionados às violências contra as mulheres. Contudo, admite que as temáticas raciais atingem um ponto que a transborda, a afetam em um lugar emocional ainda não “blindado”, que a faz perder a capacidade de estar ali, numa relação e é nesse ponto que o colega facilitador precisa assumir a conversa.

As narrativas revelam o quanto o corpo e as experiências atravessadas por marcadores sociais interseccionados afetam e são afetados nesse espaço de facilitação. Alguns questionamentos derivam dessas falas: A conversa só é possível quando conseguimos nos distanciar emocionalmente do tema? ou seria justamente a aproximação que potencializa o processo pela via da sensibilização e desnaturalização? Ser afetada no seu lugar social é estar menos preparada tecnicamente? Utilizar-se do afetamento para potencializar a intervenção é um processo que parece caminhar com a ajuda de espaços de supervisão, onde se possibilita acolher e nomear os incômodos, além de fortalecer estratégias para visibilizar a reprodução das violências no grupo.

4.7 E se eu não fosse (lida como) mulher?

Butler, em sua teoria pautada na performatividade, concebe o gênero não como algo que somos, mas que fazemos. Sem desconsiderar as limitações das categorias identitárias, justificarei a relevância da questão levantada nas entrevistas: a provocação de se pensar, não

mais sendo lida enquanto mulher, enquanto um corpo feminino reiterado pela norma, é poder pensar em outras possibilidades de se construir na facilitação, denunciando a diferenciação, pelo gênero, na relação com o grupo. As facilitadoras fizeram o exercício de se pensarem sem os incômodos e potencialidades, que relataram até aqui, relacionados ao fato de serem (lidas como) mulheres, mas ocuparem o lugar (imaginário) de facilitador homem, com todas as implicações que percebem afetar seus colegas.

Mais irônica, espontânea, franca, livre, ouvida, respeitada, sóbria, fraquinha (com menos repertório), menos impactada, teria um degrau a menos para percorrer. Assim as facilitadoras descreveram como seriam na facilitação caso não fossem mulheres. Rasesa e Japur (2018) reforçam que, para o construcionismo social, a escolha das palavras define a realidade de forma específica, ou seja, as descrições que usamos produzem significados locais e são elas próprias maneiras de construção da realidade. As diferentes formas de descrever o mundo implicam, no construcionismo, em diferentes formas de ação social. Trago aqui o relato detalhado das facilitadoras, as narrativas com suas nuances de auto observação e percepção das reações dos participantes, quando estes as localizam dentro da lógica da diferenciação e binarismo de gênero.

Eu acho que talvez se fosse homem eu conseguiria ser mais irônica, mais assim “você acha mesmo isso que você tá falando?”, sabe? Se uma mulher tá dizendo, não é entendido tanto dessa forma. Eu costumo usar de sarcasmo na vida pessoal, eu acho que, por lidar com essas questões na família, nessas discussões sociais tipo “sério mesmo?” agora acho que num grupo, esse tipo de recurso, eu acho que é sempre visto como um confronto, como uma crítica direta. (...) Eu me lembro de um grupo, de um homem, sempre me lembro desse grupo porque o grupo reagiu com ironia, que o cara dizia que, na cabeça dele, com certeza o cérebro de uma mulher era diferente do cérebro de um homem, porque as mulheres inclusive sabiam com precisão o tamanho da fome de um homem. Eles próprios não sabiam. Então ele dizia: “se eu fizer o meu prato do almoço, ou eu vou por comida demais e não vou conseguir comer tudo, ou eu vou por comida de menos e vou ficar com fome. Quando a minha mulher faz o meu prato, é a quantidade perfeita e se ela não faz e a filha dela faz, a filha dela também acerta a minha fome.” E ele dizia isso, assim com sinceridade. e o grupo ficou abismado com essa afirmação né?

Tipo “Como assim a outra pessoa que sabe a fome que você tem?” Então ... o grupo riu dele né, tipo “como assim? mas e aí?” Então, eu acho que se eu estivesse na mesma ironia, ia parecer um descrédito, como se eu estivesse desqualificando ele como pessoa. Mas é tão absurdo, que é difícil reagir sem uma piada, uma graça. Então eu acho que a ironia tem um lugar muito importante para gerar reflexão, mas eu acho que a ironia vinda das mulheres pode ser muito agressiva para os homens, pode ser percebida como muito... uma coisa de superioridade, como um confronto. Então eu acho que eu seria mais irônica. (Maria, em entrevista)

Maria pensa a ironia como um privilégio masculino, especialmente nesse contexto de grupo. Brincar com falas de participantes, promovendo reflexões sem gerar maiores tensões no grupo é, em sua narrativa, mais uma nuance da diferenciação entre os lugares ocupados por homens e mulheres na facilitação, já que na sua experiência, as facilitadoras se reservam mais dessa postura, entendendo que suas falas repercutem de outra forma. Corroborando com essa lógica, Aline destaca a espontaneidade e a liberdade para se experimentar nas falas como aspectos que podem ser mais amplamente explorados pelos facilitadores homens:

Eu acho que seria mais espontânea talvez, não sei se essa é a palavra certa mas eu vejo como assim eu iria conseguir experimentar mais o grupo no sentido até de ter uma associação mais livre, porque eu sinto assim no grupo, vai ter um encontro “ah eu tenho que me preparar, tenho que ler bastante, tenho que saber bastante, tenho que me organizar bastante” e eu sinto com os facilitadores “ah, é que eu já sou homem, então eu vou ler, mas qualquer coisa ali na hora eu vou saber o que falar”, e aí a sensação que dá é que se eu fosse homem eu já estaria preparada, mesmo que eu não soubesse tudo sobre o tema, tivesse lido todos os textos, tivesse ouvido todos os podcasts, e já estaria preparada porque como existe uma vinculação, um lugar de identificação eu posso fazer algumas perguntas pois afinal de contas o grupo é sobre eu me conectar com a história do outro e poder fazer essa palavra girar e fazer essa reflexão. (...) Eu sinto que eu me sentiria mais livre para experimentar mais, para experimentar mais modelos de intervenção, para experimentar mais, eu não digo nem só em roupa, mas eu digo “e se eu falasse mais nesse encontro?” e “se eu falasse menos nesse encontro e

deixasse mais pra eles falarem e sustentar esse silêncio?”. Eu vejo que, por exemplo, que me deixaria muito nervosa sustentar um silêncio do grupo, de “oh, a gente não quer falar sobre nada”, então tá e esperar e ver o que aparece. Eu sinto que, sendo mulher eu tenho mais receio disso, de esse silêncio se tornar uma violência contra eles ou contra mim, de me sentir com medo do que pode acontecer, de poder ter alguma briga ou uma discussão, como se fosse algo que poderia vir a acontecer, né? Então eu acho que eu me sentiria mais livre para experimentar se eu fosse homem, nas intervenções, na participação, em tudo.

Assim como Aline, Luana se projeta na intervenção, enquanto facilitador homem, como alguém que pode agir com mais espontaneidade e leveza:

Acredito que em relação à minha atuação seria igual, mas talvez com menos medos, com menos receios, com um pouco mais de espontaneidade. Como talvez em um grupo de mulheres eu consiga me colocar, não precisa de pensar nessa postura, não precisa pensar em certas posições. Agora, como homem em um grupo de homens, minha atuação poderia ser a mesma, só um pouco mais leve, mais tranquila.

Janaína destaca seguir um protocolo de intervenção, com menos possibilidades de mudanças conforme o/a facilitador/a. Contudo, entende que os impactos da ação diferem e que, na condição de mulher, suas demandas exigem um esforço um pouco maior:

Eu acho que, se eu fosse homem, eu não teria esse esforço para ir contra essa invisibilidade, então fosse ser menos demandante, em algum nível, estar e ser ouvida. Talvez a intervenção em si não mudaria tanto porque é isso, a gente segue um protocolo né? Então a gente tá ali realmente aplicando algo, não tiro da minha cabeça, não são coisas que vem por eu ser mulher. Mas eu acredito que intervir a partir deste protocolo sendo homem talvez fosse um pouco mais leve, talvez fosse algo que não demandaria tanto nesse sentido de “eu preciso lutar contra essa visão que eles têm de mulher” ou “eu preciso estar me reafirmando”, “eu preciso me fazer ouvida”. Tem vezes que eu sinto que eles só não escutam o que eu tô falando né. É muito interessante que, por vezes, um dos homens, a gente gosta muito quando tem esse homem, que vai pegar o que a gente disse e vai falar para o grupo, aí eles acham o máximo

“isso aí, o que o fulano falou é muito bom”, sendo que é o que a gente tá tentando falar. Há vários momentos, então assim, é isso. Mesmo sendo homem há essa dificuldade de eles ouvirem o que tá sendo dito, porque há essa barreira, eles não querem ouvir, eles sabem de tudo. Então eu acho que teria só um degrau a menos nessa demanda de ser ouvida.

A narrativa de Eloah destaca que, enquanto mulher, pode ser mais fácil perceber e pontuar os discursos e posturas sexistas, porém é mais difícil de ser ouvida, enquanto observa que os facilitadores, apesar de serem mais ouvidos, possuem dificuldades que passam pela via da identificação com os participantes.

O que eu vejo dos meus colegas é muito de se repensar nesse lugar da masculinidade e eu sinto que às vezes eles tem muito dedos pra falar algumas coisas, porque “como é que eu vou apontar se eu talvez esteja nesse lugar também?”, então pra mim é mais fácil dizer muitas coisas, apontar muitas coisas, porque, enfim, eu não estou atravessada pela mesma construção. Da mesma forma que eu vejo minhas colegas entrando num lugar meio de submissão, de abaixar a cabeça e de se questionar muito e ter que apontar isso “cara olha o que você está fazendo!” Isso dói muito em mim, que eu faço as mesmas coisas, sabe? sou atravessada pela mesma socialização. Eu fico pensando que se eu fosse homem acho que ia ser nesse lugar de identificação, porque a gente lida com os caras que são massa, tipo umas pessoas assim que eu super tomaria uma cerveja, um cara interessante, fala umas coisas legais, é engraçado, só que ele bateu na esposa. Então se identificar ali, imagino que deve ser uma coisa que doa mesmo. (Eloah, em entrevista)

Ser respeitada pelo lugar de autoridade pode estabelecer um distanciamento e ser um caminho onde a construção do vínculo se torne mais desafiador e o trabalho menos fluido, conforme aponta Pâmela, refletindo a aproximação possível com os participantes, caso fosse facilitador homem:

Acho que teria sido mais escutada, teria sido mais respeitada, eu acho. Eu acho que o respeito veio muito por eu ser psicóloga, por eu estar nesse lugar de autoridade, nesse sentido. Mas enquanto homem eu não precisaria de formação nenhuma. Eu estava nesse lugar de “doutora”, como eles diziam, acho que ajudou, mas se eu fosse homem talvez isso não precisaria estar em

pauta. Acho que também teria facilitado em termos de identificação, de saber um pouco mais por onde a coisa passa, o lugar deles também, essa coisa de não poder chorar e não poder estar perto das crianças, por exemplo, que foi algo da minha pesquisa também, acho que talvez se me ajudar me aproximar mais ainda do que consegui, mas acho que ser mais respeitada e ser um pouco mais fluido do que foi.

Claudia reforça que os lugares sociais diversos possibilitam experiências específicas que contribuem para ampliação dos olhares, conforme relata:

Se eu fosse homem minhas experiências seriam muito diferentes das que eu tive. Eu vejo muito o V. (colega facilitador) quando ele faz as pontuações dele, as intervenções, ele consegue ter uma leitura muito crítica do lugar dele na sociedade. Mas ainda assim é o lugar dele, não é o meu lugar, não é o lugar de mulher. O V. é negro, então ele consegue [...] ter uma vivência de alguém que também não tá lá no topo dos privilégios. Mas ainda assim ele é homem, ele não é mulher. Ele é pai. Ele tem uma experiência de pai, ele é um excelente pai, ele é extremamente cuidadoso, mas ainda assim ele não é mãe. E é muito diferente ser mãe do que ser pai. Eu acho que essas experiências que me fazem ser quem eu sou [...], a psicóloga que eu sou hoje, se eu fosse homem seriam outras. Se seriam melhores ou piores eu não sei, mas que seriam diferentes com certeza.

Helena sente que aquilo que a impacta, talvez não impactasse tanto se não fosse mulher. "Talvez pudesse até fazer uma intervenção de uma maneira mais sóbria, porque às vezes a gente fica tão tomado assim na hora." Ela lembra de uma colega lhe falar que não servia para este trabalho, pois não conseguia dormir depois dos encontros do grupo, ficava pensando em tudo o que ouvia, ficava muito impactada, especialmente por experienciar, em sua família, uma história de violência doméstica, segundo descreve Helena. Essa narrativa reforça a reflexão sobre a aproximação das mulheres ao tema e o quanto isso potencializa ou inviabiliza, em alguns casos, a intervenção. Continuando sua narrativa, Helena conclui:

Então eu acho que a gente que é mulher a gente acaba se impactando mais. Se eu fosse homem talvez isso... sabe aquela história de entrar por um ouvido e sair pelo outro? Acho que seria mais isso, acho que não causaria tanto impacto, mas eu acho que ajudaria mais nas intervenções.

A narrativa de Verônica chama a atenção pelo fato de ela se ver protegida de vivenciar maiores dificuldades no espaço do grupo por apresentar-se muito próxima aos homens, próxima a um modelo de masculinidade ao qual se identifica devido sua construção social:

Eu tenho muito característica do sexo masculino, fui criada com sete irmãos. Sou nordestina, meu pai é machista e minha mãe também. Eu tenho muito conhecimento do universo masculino (...) Eu sou a Verônica que vem com essa construção social (...) eu tive que sobreviver, e aí eu tive que buscar as alternativas cedo, para enfrentar, enfrentar o outro, então sobreviver ao grupo de homens pra mim é fichinha.

Verônica se percebe enxergando os homens com o olhar mais próximo do que de outros homens facilitadores. Em uma situação, lembra de ter questionado sobre quem teria mais “perfil” masculino, ela ou o colega facilitador. Relata que, no caso, ele era mais “delicado, não colocava limites, era mais maternal”. Sua fala denuncia que comportamentos socialmente atribuídos às mulheres podem gerar uma barreira para a intervenção grupal junto aos homens. “Se eu fosse mais maternal, seria diferente? Talvez eu tivesse escolhido uma profissão diferente”. Seu relato revela como o gênero opera validando as relações de poder no interior do grupo, naturalizando atribuições femininas ao passo que as invalidam, mesmo que o agente da narrativa em julgamento seja um homem.

Yasmin declara experienciar lugares sociais mais diversos e dissidentes, que transbordam o binarismo de gênero. Para ela, levantei a questão sobre como pensaria ser a sua intervenção, caso estivesse no lugar de um facilitador homem, tendo em mente também a branquitude e a heterossexualidade, já que sua experiência traz essa figura como um padrão na facilitação dos grupos.

Eu acho que o fato de ter sido socializada como mulher, de não ser uma pessoa heterossexual, de não ser uma pessoa branca, ser uma pessoa com deficiência, acho que isso enriquece muito mais a facilitação que eu faço. Acho que eu tenho uma facilitação com repertório ampliado para fazer essas conversas de uma maneira mais complexa e endereçando uma diversidade de problemáticas que eu não vejo alguns dos colegas homens endereçar tão bem. E acho que isso se atrela, não só à minha identidade, mas também ao que eu já estudei, a minha própria formação, mas acho que sim, acho que estar

preocupada com essas questões e ser atravessadas por elas cotidianamente, com certeza impacta na forma como eu conduzo e com certeza se eu fosse um homem heterossexual branco suponho que teria uma perda no sentido disso ou talvez um despertar mais vagaroso pra algumas questões. E também não acho que há aí uma essência né, eu acho que as pessoas estudando, se colocando em contato com as coisas e com as pessoas e com as questões são capazes de desenvolver um olhar mais sensível à uma diversidade de temáticas que não são as suas experiências próprias. Então não acho que isso invisibiliza né, ser um homem branco heterossexual, acho que só fala de um lugar que às vezes demora mais a despertar e fica muito mais confortável naquele mundo restrito dele, muitas vezes né, achando que aquilo é o bastante e que aquilo é quase universal. Então eu vejo um cruzamento entre a minha identidade e também a minha formação, o meu olhar político para as coisas. Mas acho que seria mais fraquinha. (Yasmin, em entrevista)

A reflexão sobre o impacto de ser lida enquanto mulher traz à tona a questão das categorias identitárias que, para Butler (2003), não são meramente descritivas, mas normativas, pois, em algum ponto será necessário traçar a linha da inteligibilidade que define, por exemplo, quem pode ser considerada mulher e quem não pode. A delimitação de uma categoria identitária implica em sustentar um critério de diferenciação entre o interior e o exterior da categoria. Os estudos pós-estruturalistas vem questionar o critério e a legitimidade de quem o define, entendendo que a definição desses sujeitos ocorre pela sua adequação a um ideal previamente traçado. As categorias de gênero socialmente disponíveis são normativas, portanto, porque dão inteligibilidade apenas aos sujeitos que se enquadram em suas definições. Da mesma forma, a corponormatividade, baseada em uma concepção capacitista, considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais, discriminando pessoas com deficiências (Mello, 2014).

Assim como Yasmin descreve, todo aquele que desvia da norma vivencia o esforço que é manter uma relação crítica e transformativa com essas normas. Em algum momento, como indica Butler (2004) pode-se vivenciar um desconhecimento de si, uma ameaça de desintegração pela ausência do reconhecimento social. No entanto, também possibilita a construção de olhares que vão do centro para as margens (Collins, 2019) e questionam os

termos que delimitam quais sujeitos são vistos como humanos (Butler, 2017).

4.8 Espaços de supervisão: “sentir o pensamento, sentir a reflexão”

Ouvir as violências é muito desafiador, tanto que eu acho bem importante ter a própria terapia, ter a própria análise, a própria supervisão, porque a gente repensa as nossas relações também, mas é sobre poder ter um lugar pra colocar essa raiva pra fora. “Se a gente fala que muitos homens têm raiva das mulheres facilitando, muitas mulheres, em algum momento, sentem raiva também do que estão ouvindo. (Aline, em entrevista)

As facilitadoras vinculadas voluntariamente à universidade descreveram o espaço de supervisão como ferramenta para elaborar as afetações da intervenção nos grupos, para reforçar bases teóricas e metodológicas, avaliar as próprias posturas e refletir estratégias para demandas do grupo e dos sujeitos envolvidos.

Quando a vinculação profissional é com o poder executivo, a narrativa sobre esses espaços recebe outro tom, as reuniões visam organizar demandas institucionais prioritariamente. As entrevistadas vinculadas ao executivo dedicaram maior tempo da entrevista descrevendo burocracias administrativas que circundam o seu trabalho e preocupação com ações como relatórios e protocolo avaliativo. As narrativas refletem a dinâmica de trabalho, cujos espaços fora do grupo são destinados ao planejamento das ações e, somente quando possível, estudo de caso (por iniciativa dos profissionais e não por um espaço institucionalizado), sem o foco nas discussões sobre os impactos das ações nas pessoas que facilitam os grupos.

As profissionais que não possuem um espaço institucional para falar de si, das emoções e afetos que a intervenção em grupo produz, referem certa pressão institucional para lidar com as demandas de trabalho. Foram elas também que menos descreveram sobre os impactos da ação e que atribuíram de forma mais tímida as questões do gênero das facilitadoras como potencialmente importante na dinâmica de hierarquização das relações que se manifestam nos grupos, denunciando a pouca abertura para estas questões em seu cotidiano. Tudo isso mais notadamente em um primeiro momento, nas narrativas iniciais de cada questionamento. A sequência narrativa foi apontando esses elementos no aprofundamento das respostas e as falas culminaram na apresentação de demandas para

espaços de supervisão que possam ir além das questões institucionais e se voltem para os impactos das ações nas equipes.

Claudia descreve haver um espaço de reunião de equipe para discussões de caso e estudo. Neste momento discute-se sobre lista de espera, andamento dos grupos e troca entre profissionais, quando alguma situação específica exige maior atenção. Maria informa que não existe um espaço oficial para lidar com as questões que impactam a equipe. Essas conversas acontecem entre colegas, quando alguém pede ajuda:

É uma equipe muito unida, mas eu acho que não deveria depender de iniciativas pessoais, sabe do profissional que sente que está precisando e que tem coragem de pedir e que recebe né? Envolve tantas dimensões pessoais num processo como esse que eu acho que deveria ter, institucionalmente, isso como uma política né, mas não tem.

Maria ainda revela o lado cruel das instituições que focam na produção, ou seja, mesmo tratando-se de ações de impacto subjetivo, espera-se que o tempo de trabalho dos/as profissionais seja voltado para o atendimento do maior número possível de pessoas, como declara a mensagem implícita que Maria percebe vir dos gestores do serviço: “Ah, se você precisa (de supervisão) então é porque você não está dando conta”. Dar conta, no caso, é lidar sozinha com as adversidades das intervenções em violência sob risco de ser considerada despreparada e menos profissional.

Impactos, angústias, percepções sobre as intervenções, quando trazidas à reflexão, muitas vezes ocorrem informalmente em conversas entre colegas. Para além do acolhimento aos efeitos emocionais que a intervenção em grupos reflexivos para HAV causa nas pessoas que facilitam, a supervisão oferece possibilidades de trocas que aumentam a sensibilização, o olhar crítico e o manejo do processo reflexivo, atentando-se para uma escuta mais apurada das narrativas focadas em lugares sociais distintos dos lugares ocupados por facilitadores/as.

Luana descreve que, em sua experiência, havia uma pré sessão e uma pós sessão com a equipe, o que favorecia o trabalho em conjunto. “Tinha situações onde os homens faziam alguma observação, alguma questão me atacando, que era diretamente direcionado e se algum colega respondia por mim, eu me sentia um pouco violentada também. Então, nessas pré sessões, ou supervisão, a gente conversava sobre isso.” Ela destaca ainda que discutiam sobre os casos individuais e formas de lidar com cada sujeito. A supervisão, para Luana, tem a função de preparar a equipe para uma intervenção mais sensível.

Pensar as questões de gênero implica pensar nos diferentes impactos que os discursos

causam nas pessoas que facilitam. Aline reforça que na escuta da violência, para não se sentir violentada, é preciso saber dosar o limite. Ela lembra de, curiosamente, nunca ter visto um colega homem apontar esse limite, denunciando a maior exposição das mulheres aos discursos violentos. “*Será que tem coisas escapando da gente?*” O questionamento feito por Aline e levado à supervisão relaciona-se às diversidades de lugares e uma visão possivelmente limitada da facilitação, especialmente quando esta não possui espaços para sensibilização: “A gente poder refletir pensando no corpo, porque gênero é isso né? A gente fala de gênero, a gente tá falando do nosso corpo também. Então a gente só teorizar, só pensar... a ideia é que a gente possa sentir o pensamento, sentir a reflexão.”

Yasmin, sensível à questão dos marcadores sociais, reconhece o transbordamento de questões pessoais na intervenção com grupos, que não encontram um lugar próprio nas reuniões de equipe para serem elaboradas. A análise pessoal é o espaço que utiliza para pensar em como lida com seus afetamentos.

As facilitadoras não raramente citaram levar para terapia individual questões relacionadas ao seu trabalho com HAV. A supervisão, no entanto, para além de uma escuta particularizada, ajuda a construir uma narrativa coletiva. Poder revisitar o que aconteceu no grupo sob narrativas diferentes contribui para o próprio processo de se conceber a realidade. Os movimentos dos diálogos construcionistas, apontados por Gergen e Warhuus (2001) podem ser úteis, tanto para as reflexões no grupo, quanto para o espaço de supervisão. Eles propõem: quatro movimentos 1- sair do discurso da mente e voltar o olhar para como a linguagem constrói o mundo e desenha as suas relações 2- deixar de lado o foco no self e oferecer um enfoque maior para as relações 3- sair do em enfoque singular e propor a polivocalidade, como olhar para as múltiplas realidades e 4- tirar o foco dos problemas e voltar para as potencialidades. Entendendo que construímos os problemas a partir da nossa linguagem, os autores assinalam que é possível orientar o olhar para outra direção.

A partir das falas de cada facilitador/a sobre aquilo que ocorreu no grupo, as semelhanças e diferenças aparecem e se constrói uma narrativa comum que amplia os olhares de cada facilitador/a envolvido/a. Também é o momento de se pensar estratégias de intervenção, baseadas nas experiências vivenciadas, como aponta Eloah:

Esse espaço mesmo de a gente se acolher, ter ressonância e pensar juntas estratégias “tá, e o que que daria pra fazer, vamos pensar juntas aqui respostas possíveis pra já ter essas cartas na manga porque reagir na hora é muito

difícil. Se a gente já tem isso um pouco esquematizado na nossa cabeça é mais fácil, tipo o botão ali, só acionar.

Janaína percebeu nos espaços de supervisão o quanto eram diferentes as sensações descritas por ela e pelo seu colega: “Ele é um homem gay. Tem várias falas homofóbicas que não tocam em mim como tocam nele, mas eu também entendo que ele consegue manejar de um jeito diferente, então a gente sempre tenta falar dessa perspectiva”.

Como parte de uma equipe multidisciplinar formada por assistentes sociais e psicólogos/os que atuam no tribunal de justiça, Verônica descreve perceber o olhar que nomeia ser psicologizante sobre a violência, por parte de colegas psicólogos, que assumem uma individualização das questões sociais. Verônica reforça a necessidade de supervisão constante e semanal com foco no estudo técnico para intervenções em grupo.

Helena lembra que a polícia e a segurança pública não tinham muita noção do que um psicólogo e um assistente social iam fazer na polícia civil. A visão que ainda se tinha era atendimento clínico, individual, na perspectiva de uma atuação tradicional e engessada, e que pouco tinha para contribuir. “A gente era visto como um ‘plus’ na delegacia, querendo dizer que a gente não está incluído na atividade fim.” A demanda da violência contra as mulheres e a necessidade de se pensar em ações resultou na procura por essas profissionais. “Não tinha essa ideia muito construída do que a profissão seria capaz. Dez anos depois já ganhamos alguns prêmios, tivemos uma boa entrada.” Helena atualmente é referência para implantação de grupos em seu estado. Sobre espaços de estudos e compartilhamento de experiências, ela relata:

Eu penso que estudar gênero é fundamental para poder conduzir, facilitar os grupos reflexivos (...) porque se você não estuda gênero você não sabe o seu lugar e aí você muito facilmente é conduzido para um lugar equivocado, de reafirmação desse machismo, de toda a cultura patriarcal. E aí quando a gente tem uma boa leitura sobre as questões de gênero e masculinidades a gente consegue entender como que a gente entra nisso e não se sente tão cansada (...) Eu tenho encontrado essa estratégia de estudo, de leitura, de compartilhar com a equipe essas angústias para que vendo a nossa fragilidade técnica, onde a gente possa suprir isso para se sentir menos cansada, porque o trabalho precisa ser feito.

Maria destaca que seria importante existir um plano nacional com diretrizes para a

execução dos grupos. Sem um direcionamento, é comum que agentes do judiciário ou ministério público sugiram a diminuição dos números de encontros e aumento da quantidade de participantes em cada grupo, com foco em atender o maior número possível de homens em detrimento da metodologia aplicada. As reuniões semanais, para ela, são importantes para lidar com os impactos institucionais do serviço e fortalecer a autonomia das equipes.

A preocupação de Maria alerta para outros impactos para além daqueles vivenciados nos encontros. A nível macro, a agenda neoliberal voltada para a diminuição do papel do Estado e na expansão do alcance do mercado privado, de serviços voltados ao lucro, impacta nos serviços públicos destinados à população e produz mudanças sociais que reconstróem, as ideologias de gênero, às vezes drasticamente (Connell, 2015, p.283). No contexto brasileiro, seguindo uma onda conservadora, o governo manteve-se no poder entre 2019-2022 servindo-se de um discurso religioso cristão e liberal com o intuito de legitimar práticas discriminatórias e manter os privilégios de grupos em situação de poder hegemônico, o que reverberou nas posturas e falas dos participantes dos grupos reflexivos, conforme relataram as facilitadoras.

Mesmo tendo tido o espaço de supervisão, as narrativas são reelaboradas a cada momento. Como efeito da pesquisa, pode-se perceber, em algumas falas, um novo sentido sobre o que foi ou o que é essa experiência na vida pessoal das facilitadoras. Como exemplo, trago a fala de Pâmela que sintetiza os impactos que sentiu no período em que atuou e que reelabora no momento da entrevista:

Falando contigo eu fico pensando “meu Deus”, foi mais difícil do que na época eu me dei conta (...) a gente tinha um momento também de acolhimento pós grupo... E o colega homem dizia “mas eu não achei que foi um ataque, não achei que foi tão pesado assim” e eu dizia “mas eu tô exausta, tô com dor no corpo, na cabeça, no pescoço”. Endurecia aqui assim, na cervical sabe, e ele “eu achei que foi leve”. ‘Hm então tá bom! Tem alguma coisa errada! Então, a gente tinha essa percepção logo na sequência, como a gente saía e como ele saía. “Gente, mas eu corri quantos quilômetros? uma maratona?” Era assim: “tá gente, eu preciso entender o que aconteceu aqui” e às vezes a percepção dele não era a mesma, era de que tinha sido bem tranquilo,... Isso é legal de vivenciar. Claro, agora que já passou.

Considerando as narrativas que expõem as dificuldades que as facilitadoras

observam também nos seus colegas homens, conclui-se ser imprescindível para o trabalho com grupos para HAV, que a equipe possua um espaço para reflexão acerca de sua própria socialização, pautada em normas de gênero. Que os facilitadores também possam questionar sobre suas próprias masculinidades e seus atravessamentos e que a formação mista possa apresentar-se como modelo de respeito e de acolhimento mútuo diante dos discursos que tensionam a manutenção das desigualdades.

Considerações Finais

A pesquisa me constrói tanto quanto eu a construo. Acolher os sentimentos gerados nas facilitadoras pela sua atuação nos grupos acolhe também minhas angústias e minhas esperanças com esta ação. As discussões aqui apresentadas refletem dificuldades e potencialidades da facilitação dos grupos sob a perspectiva das profissionais mulheres, os efeitos e o desafio de atravessar as paredes da socialização masculina com suas formas distintas de interpretar e questionar as normas. Como reforçam Rasera e Japur (2018): “as diferentes formas de descrever o mundo implicam em diferentes formas de ação social” (p.27). As narrativas evidenciaram o desejo das entrevistadas pela transformação social, para a qual suas atuações estão implicadas. Seus conhecimentos, suas experiências vindas de seus lugares sociais e seus corpos lidos como femininos, adentram em discursos cristalizados e desnaturalizam verdades reguladoras que mantêm a lógica cisheteronormativa, que excluem, que agridem.

Qual a importância de as mulheres participarem profissionalmente da facilitação de grupos reflexivos para homens em situação de violência de gênero? A resposta que se evidencia é que, para além de uma questão de necessidade estatística, considerando que são maioria nas áreas profissionais que estão à frente desta ação (Beiras et al. (2021), todas e todos somos protagonistas nesta história, ou seja, a importância da presença de mulheres se fortalece no contraponto da presença do facilitador homem ou, ainda, de pessoas não binárias. As narrativas das facilitadoras apontaram ser positiva a heterogeneidade na formação das equipes, com diversidade de marcadores, que passam pelo gênero e o extrapolam. Formas distintas de facilitação, que vão desde a formação acadêmica e linhas teóricas utilizadas, às interseccionalidades que marcam os lugares sociais das pessoas que facilitam, repercutem em como se constroem as conversas, em tensionamentos e impactos necessários ao processo reflexivo. A pesquisa mostrou que esses lugares de onde a equipe de facilitação fala e escuta, influenciam na elaboração de novos sentidos sobre as relações de poder que são atravessadas por esses lugares, reforçando a potencialidade da diversidade de vozes neste espaço.

Para leitoras e leitores que desejam iniciar ou consolidar um trabalho efetivo mediante a demanda de enfrentamento à violência de gênero por meio de grupos reflexivos, reforço que se faz necessário o embasamento em estudos que apontem para o estranhamento do normativo, lançando um olhar crítico sobre a cisheteronormatividade e sobre as lógicas

hegemônicas, determinantes nas relações de poder. A formação da equipe facilitadora deve ter referência em estudos de gênero e teorias feministas integrados aos estudos sobre masculinidades, como aponta o mapeamento das ações, realizado por Beiras et al. (2021) e estar “ancorada em princípios de eliminação das diferentes formas de discriminação e violências, bem como voltada à promoção da igualdade, de oportunidades e ao respeito à singularidade” (p.209).

A prática de enfrentamento às violências exige uma ampla leitura social e política de como se constroem as relações de poder. A compreensão sobre colonialidade, racismo estrutural, discriminação com as diversas expressões de gênero e sexualidade, instrumentalizam as pessoas que facilitam para promover debates para além das narrativas que reproduzem as lógicas dominantes. Os diversos marcadores devem funcionar conjuntamente como categorias analíticas e, nos grupos, o processo reflexivo deve promover o debate sobre a ideia de posicionalidades e transformação social em contraponto às essencializações e ao discurso neoliberal de representatividade. Os sujeitos que se veem enquanto norma, não se percebem marcando um lugar social e, portanto, é preciso indicar os marcadores que constroem as suas identidades, assim como oferecer escuta sensível àqueles que experenciam o racismo e outras formas de discriminação e exclusão social.

Considerando as demandas de violência contra as mulheres que constituem a razão do encaminhamento dos participantes ao grupo, é preciso ter em vista a dimensão relacional e socialmente construída do gênero, contemplando as suas mais diversas expressões. As ações exigem que se fuja das dicotomias homem versus mulher, vítima versus agressor, que se vá além do paradigma tradicional de gênero, considerando o caráter dinâmico e variável destas categorias em intersecção com os demais marcadores sociais.

Utilizei, nesta pesquisa, as ideias construcionistas que concebem o gênero enquanto um sistema de significados que se constrói nas interações. Como traduzem Nogueira, Neves e Barbosa (2005), não existe o gênero nas pessoas, mas nas relações sociais. O gênero entendido como uma construção ideológica onde se criam diferentes narrativas, como um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações, governa o acesso ao poder e têm implicações para aquilo que é considerado permitido para determinadas pessoas fazerem e para fazerem umas com as outras (Nogueira, Neves & Barbosa, 2005, p. 09).

De forma paralela, os estudos pós-estruturalistas enfatizam a linguagem como produtora da realidade e a desconstrução de dicotomias entre masculino e feminino. Nesta

pesquisa, foi importante destacar o caráter performativo e normativo do gênero, descrito e elaborado por Butler (2003), para pensar as relações de dominação e de poder que se firmam na essencialização das desigualdades. Os corpos revestidos pela linguagem são generificados e racializados, as relações de poder são instauradas e se manifestam nas narrativas que naturalizam as violências. Essa compreensão se faz necessária para seguir o caminho da desnaturalização e estranhamento das falas essencialistas que acontecem no processo reflexivo dos grupos. É preciso compreender que os sujeitos se constituem e se reconhecem mediante a reiteração das normas de inteligibilidade que produzem categorias hegemônicas e subalternas. Entendendo que as normas são socialmente construídas e, portanto, contingentes, questioná-las e desestabilizar as narrativas que as reiteram é o grande desafio e objetivo das ações em grupos reflexivos.

Pensar as masculinidades e a socialização que se articula com práticas violentas implica em pensar na relação desses homens com as mulheres. Compreendendo como ocorre a socialização masculina e como ela opera na relação com as mulheres, com questões de raça, de classe e com a diversidade de expressões de sexualidade, tem-se a dimensão do desafio que consiste em propor novos sentidos para lógicas consolidadas e, em alguns aspectos, cômodas para aquele que a exerce. O olhar sobre a construção das relações de poder permite lançar questionamentos importantes sobre as assimetrias que se apresentam nos espaços do grupo, a fim de desnaturalizar formas opressivas de relações, entendendo que a violência se manifesta em contextos de desequilíbrios de poder, para que se mantenha a ordem hierárquica estabelecida. A conexão entre a violência e as masculinidades tornou-se uma via de estudos importante pois, conforme apontam Beiras et al. (2021), a violência é uma categoria que dá inteligibilidade à expressão de masculinidade e identidade masculina em muitas sociedades (pp. 21-22). Assim as expressões de violência, vindas de um homem, são naturalizadas, enquanto uma característica inerente à masculinidade, vista socialmente enquanto um modelo essencializado, sob argumentos biologizantes e metafísicos.

Comumente, os participantes de grupos reflexivos para HAV apresentam narrativas que expressam a revolta ou sentimento de injustiça por sentirem-se punidos enquanto exerciam um poder legitimado e constituinte de sua identidade masculina. Para que consigamos acolher estas narrativas, o estudo das masculinidades deve ser aprofundado. Como orientam Beiras et al. (2021), não se trata de discutir “papéis” sociais e divisão de atividades domésticas, as questões devem ir além da estereotipia e partir para uma análise

social dos comportamentos e da produção de desigualdades sociais, em conexão com os estudos de gênero. Como indicam os autores, é necessário um esvaziamento de sentido da categoria homem enquanto identidade cristalizada para alcançar a implicação dos sujeitos com seus contextos e suas histórias pessoais.

Tendo em vista que as experiências trazidas aqui referem-se a grupos com conceitos teóricos e metodológicos alinhados com os estudos descritos, os desafios apresentados pelas mulheres que se inserem no espaço da facilitação de grupos para homens também se configuram como vantagens dessa participação. Os lugares oferecidos a estas mulheres apontam para como são desenhadas socialmente as relações de gênero e de poder. Essa relação entre participantes e facilitadoras é atravessada pela ambiguidade e pelo contraditório. Assim, são os estranhamentos da presença das mulheres que marcam os pontos a serem problematizados.

Quando se pensam atuando no lugar dos homens facilitadores (não mais lidas enquanto mulheres), as profissionais percebem uma riqueza de possibilidades que apontam para limitações em sua atuação e sinalizam o olhar crítico sobre a diferença. Destacam que poderiam ser mais espontâneas e livres em suas intervenções, sem o peso dos paradigmas de gênero. Contudo, reconhecem que sua presença favorece a manifestação da diferença em narrativas e, como consequência, oferece material importante para a reflexão dos efeitos dos marcadores de desigualdades. Identificam ainda, dificuldades enfrentadas pelos colegas homens, que precisam estar atentos para não caírem na armadilha das alianças, e, ao desviarem deste tensionamento, não partirem para uma atuação autoritária e exercitem a sensibilidade para as questões de gênero a fim de observar pontos cegos resultantes de sua própria socialização.

Perceber os incômodos manifestados pelos participantes pela presença de uma mulher e os incômodos gerados em si, no lugar de mulher facilitadora, acolhê-los e utilizá-los como instrumento para reflexão, constitui uma potencialidade desta ação, apenas possível com a presença de uma ou mais mulheres na facilitação. Para além disso, a simples presença de um corpo feminino, em uma leitura generificada e política, conforme algumas narrativas aqui descritas, pode instigar uma participação maior, seja pela via da revolta, da resignação, pela necessidade de aprovação e compreensão vindas de uma mulher que, pelo menos inicialmente, é vista de forma generalizada.

A vinculação das facilitadoras com o grupo caminha, de forma geral, por um

percurso mais longo do que ocorre com seus colegas homens, pois demanda pela elaboração das resistências à figura das mulheres, construídas na socialização masculina e que configuram os obstáculos enfrentados ao adentrar à “casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001). Ter suas falas invalidadas e buscar os recursos da repetição ou do uso do discurso acadêmico, ter demandado a si o olhar de quem compreende e cuida, ter seu corpo objetificado, são pontos extremos da desigualdade referente ao gênero que ocorrem nestes espaços. As facilitadoras recebem as atribuições do grupo de formas distintas, as interpretam e manejam a partir dos seus lugares sociais, em marcadores que se cruzam na construção de suas identidades. A profissão e a formação acadêmica são importantes marcadores, sendo que o conhecimento técnico das profissionais é demandado para legitimação e visibilidade de suas falas.

O manejo das profissionais com as questões que se apresentam na relação com o grupo, também se relaciona com o vínculo institucional que mantém a ação. Alguns serviços podem experimentar a equipe reflexiva junto à equipe de facilitadores, o que favorece a diversidade de olhares, amplia as trocas no grupo e o acolhimento entre a equipe. As ações vinculadas às universidades oferecem espaços de supervisão com maior ênfase nos estudos e na reflexão sobre os efeitos das ações, o que instrumentaliza para as questões específicas que ocorrem nos encontros e possibilita que a equipe possa expor os sentimentos e potencializar suas ações a partir deles. Os serviços ligados ao poder executivo e judiciário têm esses espaços de conversa pós grupo mais focado nas questões burocráticas e administrativas que envolvem as ações, o que reflete em uma demanda pessoal de cada facilitador/a em fazer trocas de maneira mais informal. Essa lógica, que corresponde à minha experiência em serviço do poder executivo, demanda dos profissionais maior esforço pessoal para lidar com os desafios da prática, buscando capacitações de forma autônoma, o que nem sempre favorece uma linguagem comum e sintonia entre os posicionamentos teóricos de cada profissional da equipe. As facilitadoras entrevistadas reforçaram a importância do estudo e implantação de metodologias de trabalho consistentes, com protocolos que favoreçam as trocas dialógicas e o processo reflexivo.

Para lidar com os desconfortos dos discursos da diferenciação de gênero e, por consequência, discursos que inferiorizam as mulheres, é necessário que haja um ambiente de acolhimento entre a equipe, que o facilitador homem esteja sensível e instrumentalizado com os estudos de gênero, que haja abertura para a conversa para além do espaço de grupo. A

forma como o facilitador manifesta a sua masculinidade e se vincula com o grupo pode facilitar ou dificultar a entrada da facilitadora. Há diversos desafios a enfrentar, muitos deles podem ser manejados pela parceria entre os facilitadores. Ainda assim, os grupos irão reagir de formas diferentes à uma dupla feminina, masculina ou mista, já que não há dissolução entre os profissionais e seus lugares sociais. As falas e escutas partem desses lugares, mas sobretudo são embasadas pelo conhecimento teórico e metodológico que repercutem em como se constroem as narrativas e as intervenções profissionais.

Algumas dificuldades apontadas, nesta pesquisa, pelas facilitadoras sobre as suas intervenções consistem em desafios que podem ou não estarem atrelados diretamente a como são formadas as equipes de facilitação. A exemplo, o não engajamento voluntário dos homens na proposta de repensar as suas masculinidades. As narrativas apontam para a percepção de uma resistência maior vinda de homens revestidos de um poder advindo de uma maior escolaridade, profissão de maior status social e, conseqüentemente, homens pertencentes a classes sociais mais altas. Esses homens não chegam até os serviços que oferecem os grupos ou deixam de participar já nos primeiros encontros. A formação disciplinar de homens em instituições militares e/ou da segurança pública também foi observada enquanto um desafio à abertura para revisão dos modelos idealizados de masculinidades. A aproximação dos homens a ideais hegemônicos pode distanciá-los da necessidade ou do desejo por um olhar mais igualitário, o que reforça a ideia da invisibilidade quanto aos próprios privilégios.

O local onde os grupos são realizados e a vinculação institucional da equipe facilitadora também pode exigir maior atenção para assegurar um ambiente onde os participantes sintam-se à vontade para expressar, de forma espontânea, suas narrativas. É na manifestação das falas, muitas vezes impactantes e violentas, que emergem os deslocamentos necessários que possibilitam as trocas reflexivas e produção de novos sentidos. Para tanto, equipes que executam grupos em locais atrelados ao sistema judiciário, ao ministério público ou à polícia, demandam maior esforço para desfazer a imagem do poder institucional e criar um ambiente acolhedor com trocas pautadas em uma relação mais próxima possível da horizontalidade.

Esta pesquisa mostrou que, para além de espaços físicos acolhedores, construir narrativas acolhedoras é um processo que exige atenção às pessoas que facilitam os grupos. Espaços de reunião e supervisão para organização e planejamento dos encontros também devem priorizar formas de cuidado e proteção da saúde mental da equipe. As trocas

frequentes devem oportunizar o desenvolvimento de um processo avaliativo e tensionar para a qualificação constante da ação por meio de estudos teóricos e metodológicos, em sintonia com as pesquisas e experiências que se atualizam e conversam com o contexto social e político do país. Esses momentos são demandados pelas facilitadoras que participaram desta pesquisa e devem ser considerados, pelos gestores ou supervisores dos serviços ou projetos, como parte fundamental da execução dos grupos reflexivos, o que implica em investimentos em carga horária das/os profissionais a fim de contemplar as horas destinadas à reunião/supervisão. Além disso, se faz necessário que as iniciativas visem um trabalho contínuo e não apenas pontual, que ofereçam capacitações específicas para as equipes, que estejam em acordo com as recomendações constantes na literatura acerca do número mínimo de encontros, número de participantes e alinhamento teórico e metodológico. Institucionalizar os grupos reflexivos enquanto uma política de ação de enfrentamento à violência contra as mulheres demanda incluir todas as etapas necessárias para uma execução comprometida ética e politicamente com esta temática.

Algumas das lacunas desta pesquisa podem servir de recomendação para pesquisas futuras que lancem sobre elas um olhar mais apurado. A exemplo, um estudo com maior diversidade de marcadores sociais nas equipes de facilitação, destacando a maior presença de mulheres negras e todo o arcabouço teórico que envolve as relações raciais no contexto brasileiro. Da mesma forma, a análise dos impactos das diversidades de expressões de gênero e sexualidade, com mulheres trans e homens trans na facilitação, pessoas não binárias, enfim, dissidentes do sistema cisheteronormativo e, por consequência, o fortalecimento de narrativas “queer” nestes espaços. A problematização de narrativas capacitistas e a aproximação das teorias feministas com os estudos das teorias críticas sobre as deficiências. Para tanto, destaco a priorização de um olhar interdisciplinar, a fim de romper barreiras disciplinares e monopólios de linguagem e evitar a reprodução de lógicas hegemônicas que advém de uma ciência eurocentrada.

Realizei essa pesquisa em conjunto com as facilitadoras entrevistadas como forma de acolher pessoas que se dispõem a facilitar grupos reflexivos e se deparam com sentimentos ambíguos e desafiadores. Os modos feminista e construcionista de vislumbrar as relações possibilita ver pessoas para além de como se vê as cores de um arco-íris, infinitas de possibilidades. O olhar atento desvenda a fluidez das cores, nuances, riquezas. Por fim, quero ressaltar que essa não é apenas uma pesquisa sobre violência, é sobretudo sobre as

perspectivas de construções de novos olhares e formas contingentes de ver e sentir o mundo, é sobre pessoas que abrem possibilidades de produção de novos sentidos, que se abrem e, por isso mesmo, não saem ilesas.

Referências

- Andersen, Tom (2002). *Processos Reflexivos*. Rio de Janeiro: Editora do Instituto Noos.
- Antezana Ponce, A. (2012). Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 42, p. 9-27, 2012
- Arno, Fernanda (2020). *Masculinidades e relações de poder na Polícia Militar de Santa Catarina*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, PPGH, Florianópolis, SC.
- Azerêdo, S. (2010). Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 175-188. Florianópolis, SC.
- Azevedo, Célia, M. M. (1987). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bamberg, M. (2012). Narrative analysis. In H. Cooper (Ed.), *APA handbook of research methods in psychology* (pp. 77-94). Washington, DC.
- Beiras, A. (2014). Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. 67 p. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Beiras, A., & Cantera, L. M. (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: Contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In Blay, E. A. (Org.), *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 29-44). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Beiras, A. & Bronz, A. (2016). *Metodologia de Grupos Reflexivos de Gênero*. 162p. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Beiras, A.; Cantera-Espinosa, Leonor. M.; Garcia, A. L. C. (2017). La construcción de una metodología feminista cualitativa de enfoque narrativo-crítico. *Psicoperspectivas (online): individuo y sociedad*, v. 16, p. 54-65.
- Beiras, A. & Nascimento, M. (Org.) (2017). *Homens e Violência contra Mulheres. Pesquisas e Intervenções no Contexto Brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Noos, v. 1.
- Beiras, A.; Nascimento, M.; Incrocci, C. (2019). Programs for men who have used violence against women: an overview of interventions in Brazil. *Saúde e Sociedade*, n. 1.p. 262–274. v. 28.

- Beiras, A.; Bronz, A. & Schneider, P. F. (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*. V. 29, n. 68, p. 61-75.
- Beiras, A. & Cardoso, D. T. (2020). Diálogos entre teorias feministas e construcionismo social nas intervenções sobre violências: implicações para uma psicologia social jurídica. In Sampaio, C. R. B.; Oliveira, C. B. F.; Neves, A. L. W.; Therense, M. & Beiras, A.. *Psicologia Social Jurídica: novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça*. Editora CRV (pp 133-152).
- Beiras, A. Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., Hugill, M. S. G. (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações*. Cejur. ISBN: 978-65-87982-06-9.
- Beiras, A. Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., Hugill, M. S. G. (2022). *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos*. Academia Judicial, Florianópolis. ISBN: 978-65-87982-09-0.
- Belarmino, V. H. & Leite, J. F.(2020). Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. *Psicologia & Sociedade*, 32.
- Bento, Berenice (2015). *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal, EDUFRN.
- Bernardino, Joaze (2002). “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2.
- Bertalanffy Von, L. (2013). *Teoria Geral dos Sistemas. Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Billand, J. & Molinier, P. (2017). O trabalho da masculinidade: exigências subjetivas da facilitação e da pesquisa em um grupo reflexivo para homens autores de violência contra mulheres. In Beiras, A. & Nascimento, M. (Orgs.), *Homens e violência contra mulheres* (pp. 140-171). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Biroli, F. & Alvarez, M.C. (2000). *Michel Foucault: Histórias e destino de um pensamento*. Marília, UNESP- Marília Publicações.
- Boonzaier, F. A., & Gordon, S. F. (2015). Responding to Men’s Violence Against Women Partners in Post-apartheid South Africa: On the Necessity of Identification Across Identity’s Intersections. *British Journal of Criminology*, 55(6), 1096–1114
- Brasil: MDS, (2005). Ministério do Desenvolvimento Social. Centro de Referência

- Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília.
- Brasil (2006). Lei Maria da Penha. Lei N. °11.340, de 7 de Agosto de 2006.
- Brockmeier, J. & Harré, R. (2003). Narrativa: Problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 16(3), 525-535.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Em direção a uma ecologia experimental do desenvolvimento humano. *American Psychologist*, 32, 523-531.
- Burr, V. (2006). *An Introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Butler, J. (1997). *Excitable Speech: A politics of the performative*. Nova York: Routledge.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11, 11-42.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Nova Yorque e Londres: Routledge
- Butler, J. (2013). O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP)*, São Paulo, n. 22.
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun.
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2017). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, C. P. (2012). *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador.
- Cardoso, D. T. (2018). *Através do espelho: gênero e masculinidade nas práticas discursivas das equipes de referência do CREAS*. Dissertação de mestrado, UFSC. Florianópolis, SC.
- Cardoso, D. T. & Beiras, A. (2018). Política Pública de Assistência Social: um lugar para o trabalho com homens autores de violência. *Estudios de Políticas Públicas*, 4(2), 42-54.
- Castañon, G. (2001). *Pós-modernidade e psicologia social: uma crítica epistemológica*. Dissertação de mestrado, UERJ. Rio de Janeiro.
- Cavalcanti, M. L.V. C. & Heilborn, M. L. (orgs.) (1985). *Perspectivas Antropológicas da*

Mulher 4. São Paulo: Zahar.

- Chauí, Marilena de S. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In: Chauí, M. S.; Cardoso, R.; Paoli, M. C. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 25-62.
- Chauí, Marilena de S. (2013). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Collins, Patricia H. (2015). Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Moreno, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. Coleção cadernos sempreviva. Série economia e feminismo, São Paulo: SOF, pp. 13-42.
- Collins, Patricia H. (2019). “Epistemologia feminista negra”. In Collins, P. H. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (pp. 401-432). São Paulo: Boitempo.
- Conceição Nogueira, M. (2001). Construcionismo Social, discurso e gênero. *Psicologia*, XV(1), 43-65.
- Conceição Nogueira, M., Neves, S., & Barbosa, C. (2005). Fundamentos construcionistas, sociais e críticos para o estudo do gênero. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 1-15.
- Connell, R. W. (1995). *Políticas da Masculinidade. Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.185 – 206.
- Connell, R. & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282. ISSN 1806-9584.
- Connell, R. (2014). Questões de gênero e justiça social. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v4, n.2, jan/jun, p.11-48.
- Connell, R. (2015). Gênero e corporificação na sociedade mundial. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3 (1), 281 – 287.
- CONPAS, Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (2016). *Parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP).
- Conselho Nacional de Saúde. (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2016. Implementa normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, 98p..

- Corradi-Webster, C. M. (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S.; Moscheta, C. M.; Corradi-Webster, L. & Souza, L. V. (Orgs.), *Construcionismo Social: discurso, prática e produção de conhecimento* (pp. 73-87). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Costa, Claudia de Lima (1998). O Tráfico do Gênero. *Cadernos Pagu*, 11. São Paulo, p. 127-140
- Costa, José F. A. (2021). Quem é o “cidadão de bem”? *Revista de Psicologia USP*. São Paulo, volume 32.
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, Angela. (2018). *A Liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo editorial.
- Demetri, F. D. & Toneli, M. J. F. (2017) Performatividade Contra a Precariedade: Modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. *Psicologia Política*, 17(39), p. 318-326.
- DeSouza Filho, A. (2007). Por uma teoria construcionista crítica. *Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades*, v. 1.
- DeSouza Filho, A. (2017). *Tudo é Construído, Tudo é Revogável: a teoria construcionista crítica nas ciências humanas*. São Paulo: Cortez.
- Epson, D. et al (1998). Proposta de uma terapia de reautoria: revisão da vida de Rose e comentário. In McNamee, S. & Gergen, K. J. (orgs). *A terapia como construção social* (pp. 117-138). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Farr, R. (2003). *As Raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Federici, Silvia (2019). *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe), 51-64.
- Ferreira, V. & Martins, B. (2016). Potencial das entrevistas narrativas no estudo de experiências traumáticas - a partir das narrativas de mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade. In CIAIQ (org.), *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais/Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales*. 619-628. Porto, V3.
- Foucault, M. (1984). *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal.
- Foucault, M. (1990). Qu'est-ce que la critique? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, V. 84, n. 2, p. 35-63.

- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. L. & Rabinow, P.. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. p.229-249. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2012). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 40ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder*. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2003). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furlin, N. (2013). Sujeito e Agência no pensamento de Judith Butler: Contribuições para a Teoria Social. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez.
- Garrido, A. & Álvaro, J. L. (2007). *Psicología Social: perspectivas psicológicas y sociológicas*. Madri: McGraw-Hill.
- Gergen, K. J. (1978). Toward Generative Theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(11), 1344-1360.
- Gergen, K. J. (1990). Toward a Postmodern Psychology. *The Humanistic Psychologist*, 18(1), 23-34.
- Gergen, K. J., McNamee, S., & Barrett, F. J. (2001). Toward Transformative Dialogue. *International Journal of Public Administration*, 24(7-8), 679-707.
- Gergen, K. J. & Warhuus, L. (2001). Terapia como construção social: características, reflexões e evoluções. In: M.M. Gonçalves & O.F. Gonçalves (orgs). *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 27-64). Coimbra: Quarteto.
- Gergen, K. J. & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Gonçalves, J. P. B. (2017). As contribuições da noção de interseccionalidade e dos estudos feministas pós-coloniais para o campo das intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. In Beiras, A. & Nascimento, M (Orgs.), *Homens e violência contra mulheres* (pp. 19-51). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Gonzalez, Lélia (1982). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica. In Luiz, Madel (Org.). *Lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual* . Rio de Janeiro: Graal, pp. 87-106.
- Gonzalez, Lélia. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. p. 69-82, Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.).

- Graça, R. (2016). Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. *Revista Perspectiva Filosófica*, v. 43, n. 1, set, pp 21-38
- Guanaes, C. & Japur, M. (2003). Construcionismo Social e Metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de Self. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 135-143.
- Guimarães, F. L. & Diniz, G. R. S. (2017). Masculinidades, anestésias relacionais e violência conjugal contra a mulher. In Beiras, A. & Nascimento, M. (Orgs.), *Homens e violência contra mulheres* (pp. 82-113). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Harding, Sandra (1998). Existe un método feminista? In: Bartra, Eli (Org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México, D.F.: UNAM.
- Hollanda, H. B. (2019). *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- hooks, bell (1996). *Killing Rage: Ending Racism*. New York.
- hooks, bell (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Hosking, D. M. (2007). Can constructionism be critical? In J. Holstein & J. Gubrium (Eds.), *Handbook of Constructionist Research* (pp. 669-686). New York: Guilford Publications.
- Ibañez G. T. (1990). *Aproximaciones a la Psicología Social*. Barcelona, Sendai.
- Ibañez G. T. (2001). *Psicología social construccionista*. México: Universidad de Guadalajara.
- Ibañez G. T. (2005). O “giro linguístico”. In L. Iniguez (Coord.), *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 19-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021). *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2021.
- Kilomba, Grada (2019). *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kimmel, M. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos – Corpo, Doença e Saúde*. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, pp. 103-117
- Kuhnen, Tânia. A. (2014). A ética do cuidado como teoria feminista. In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, v. 1. p. 1-9
- Krüger, H. (1986). *Introdução à psicologia social*. São Paulo, SP: EPU.
- Lacerda, F. Jr. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: Das alternativas à

- psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (3), pp. 216-263.
- Laqueur, T. W. (1992). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Louro, Guacira Lopes (2008). *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte.
- Lugones, Maria (2014). Rumo a un feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22, v. 320, setembro-dezembro, 935-952
- Machado, L.Z. & Magalhães, M. T. B. (1998). *Violência Conjugal: os espelhos e as marcas*. Brasília: EDUnB: Ed. Paralelo 15.
- Machado, L. Z. (1998). Gênero, Um Novo Paradigma. São Paulo. *Cadernos Pagu*, n.11, pp. 107-125.
- Machado, L. Z. (2010). *Feminismo em Movimento*. 2. ed. São Paulo: Francis.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. Natal: *Estudos de Psicologia*. Jan/ June.
- Mauricio, Ana Carolina et al (2022). “*A mulher é o diabo de calcinha*”: *Enunciados e reflexões referentes à participação profissional de mulheres em grupos com homens autores de violência* In Beiras, A. et al. Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos. Academia Judicial, Florianópolis. ISBN: 978-65-87982-09-0.
- McNamee, Sheila (2014). Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In C. Guanaes Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (p. 105-132). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por Uma Matriz Feminista de Gênero Para os Estudos Sobre Homens e Masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 809-840.
- Mello, Anahi Guedes (2014). *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). 260p. Universidade Federal De Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis.
- Mello, R. P. et al (2007). Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia Social*, Porto Alegre , v. 19, n. 3, p. 26-32.
- Miskolci, Richard (2007). A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da

- normalização. In: *Congresso de Leitura do Brasil*, 16, Campinas: Unicamp, 2007.
- Miskolci, Richard (2012). *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume.
- Nogueira, C.; Neves, S. & Barbosa, C. (2005). Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo de gênero. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 01-15.
- Nkosi, Deivison F. (2014). O Pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: Blay, E. A. (Org.), *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 29-44). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Nothaft, Raíssa Jeanine; Beiras, Adriano (2019). “O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070.
- Nothaft, Raissa Janine (2020). Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência. Tese (doutorado) - UFSC, Florianópolis.
- Olabuénaga, J. I. (2009). *Metodologia de pesquisa qualitativa*. Bilbao, Espanha: Univ. Deusto.
- Oliveira, Isabela Venturoza (2016). “Homem é homem”: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. Dissertação de mestrado, USP. São Paulo.
- Oliveira, Isabela Venturoza & Sousa, Fernanda K. M. (2020). Podem duas mulheres falar sobre masculinidades?: entre saberes localizados e a reflexão sobre múltiplas masculinidades. *Periodicus*, Salvador, n. 13, v. 1 mai.-ago, p. 25-43.
- Oyewùmí, Oyèrónké (2019). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Em: *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series [Tradução].
- Päivinen, H. & Holma, J. (2012). Positions Constructed for a Female Therapist in Male Batterers’ Treatment Group. *Journal of feminist family therapy*. 24:52–74.
- Parker, I. (2014). *Revolução na psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas, SP: Alínea Editora.
- Piscitelli, Adriana.(2002). “Recriando a (categoria) Mulher?”. In: Algranti, Leila (Org.). A

- prática Feminista e o Conceito de Gênero. *Textos Didáticos*, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, p. 7-42.
- Poupart, J. (2008). A Entrevista do Tipo Qualitativo: Considerações Epistemológicas, Teóricas e Metodológicas. In: VVAA. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis RJ: Vozes, pp. 215-253.
- Preciado, P. B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Ramos, M. D. (2012). Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 53-73.
- Rapizo, R. (2017). O trabalho com grupos e o construcionismo social: alguns elementos metodológicos e referências para a prática. In: Rasesa, E. F.; Taverniers, K. & Álvarez. O. V. (Orgs.). *Construccionismo Social en acción: Prácticas inspiradoras en diferentes contextos*. 1ed, pp. 67-92. Chagrin Falls, Ohio: Taos Institute Publications, v. 1.
- Rasesa, E. F.; Guanaes, C. & Japur, M. (2004). Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Universidade de São Paulo, pp.157-165
Ribeirão Preto - SP, 17(2).
- Rasesa, E. F. & Japur, M. (2018). *Grupo como construção social: aproximação entre construcionismo social e terapia de grupo*. Instituto Noos, São Paulo.
- Ribeiro, Djamila (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 112 p.
- Riessman, C. K. (2002). Analysis of personal narratives. In J. D. Gubrium, & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of interview research: Context and method*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publishings, Inc, 695-710.
- Riessman, C. K. (2005). Narrative Analysis. In N. Kelly, C. Horrocks, K. Milnes, B. Roberts, & D. Robinson (Eds.), *Narrative, memory & everyday life* (pp 1-7). Huddersfield, England: University of Huddersfield.
- Riessman, C. K. (2008). *Narrative Methods for the Human Sciences*. CA, USA: SAGE Publications.
- Rubin, Gayle (1998). El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: Navarro, Marysa; Stimpson, Catharine R. (compiladoras). *Qué son los estudios de mujeres?* México/Argentina/Brasil/Colombia/Chile/Espana/EUA/Per/Venezuela:

Fondo de Cultura Economica, p.15-74

- Safatle, V. (2020). A economia é a psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: Safatle, V., Júnior, N. S. & Dunker, C. (orgs) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Santos, V. B. & Castellano, M. Q. (2020). Problematizações sobre o conceito de vítima em atendimentos a mulheres em situação de violência desde uma perspectiva interdisciplinar. In: Batista, A. P. & Cadan, D. (Orgs.) *Violências, vulnerabilidades e Psicologia: um olhar sobre o sistema de justiça*, 1ª Ed. São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 364-372
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: v.16, n. 2, p. 05 - 22, jul. / dez.
- Scott, Joan (1999). Experiência. In: Silva, Alcione Leite; Lago, Mara Coelho de Souza; Ramos, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, pp. 01-20.
- Souza, Meriti (2018). Cenas brasileiras, violências, subjetividades. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 468 - 480, dez.
- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (1998). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. Em: Spink, M. J. (org) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. São Paulo: Cortez Editora.
- Spink, M. J. (Org.) (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J., & Spink, P. K. (2007). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 565-585). Rio de Janeiro: Nau.
- Spivak, Gayatri C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Toneli, M. J. & Becker, S. (2010). A violência normativa e os processos de subjetivação: contribuições para o debate a partir de Judith Butler. *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. UFSC.
- Vigoya, M. V. (2018). As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.

Revista Estudos Feministas, 9 (2), 460-482.

- Wengraf, T. & Chamberlayne P. (2006). Interviewing for life-histories, lived situations and personal experience: The Biographic-Narrative Interpretive Method (BNIM). *Shortest short Guide to BNIM interviewing and interpretation*. London: University of East London.
- White, M. & Epston, D. (1990). *Medios narrativos para fines terapéuticos*. Buenos Aires: Paidós.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris editora.
- Zanello, V. (2020). Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In: Ferreira, L. (org.). *Gênero em Perspectiva*. Curitiba: Editora CRV, p. 79–102.

Apêndice

a- Termo de Consentimento Livre e Informado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
ÁREA 2- PSICOLOGIA SOCIAL E CULTURAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Você está sendo convidada(o) a participar, como voluntária(o), na pesquisa que tem como título **“A sala está enfeitada”**: **Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero**. Esta pesquisa está associada ao projeto de mestrado de Sheila Fagundes Isleb, do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof. Dr. Adriano Beiras. Fazemos constar as seguintes informações:

O objetivo da pesquisa é analisar os aspectos desafiadores e compensatórios da participação de mulheres na facilitação dos grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero. Considerando que os grupos reflexivos são uma alternativa viável de enfrentamento à violência contra as mulheres, e estas são maioria nos serviços de atendimento da rede pública, os benefícios esperados com essa pesquisa são o incremento das informações acerca desse trabalho, o fortalecimento desta ação e, indiretamente, a contribuição na redução da reincidência de violência contra as mulheres.

A participação na pesquisa consiste em responder a um roteiro de entrevista semiestruturado, conduzido pela pesquisadora, cujas perguntas e respostas serão gravadas em áudio e vídeo, a fim de facilitar a análise dos dados, e posteriormente transcritas. Para tanto, será acordado a data e o horário adequados para aplicação da entrevista, a qual ocorrerá por meio digital, utilizando-se a plataforma google meet, ou outra mediante prévio acordo.

Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser o desconforto diante de temas sensíveis como as limitações do trabalho com autores de violência contra as mulheres, lembranças de situações de risco ou de frustração, entre outros. Informa-se, portanto, que é facultado à(ao) entrevistada(o) não responder perguntas que julgar impertinentes, vexatórias, invasivas ou simplesmente desconfortáveis.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (orientador da pesquisa e pesquisadora responsável). Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade. Os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, porém sempre existe a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei.

Caso você experiencie danos materiais ou morais decorrentes da pesquisa, inclusive relacionados à quebra de sigilo, você tem o direito de recorrer judicialmente por indenizações.

O material obtido, entrevistas, imagens e vídeos, será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, dentro de 2 anos. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido. Portanto, se acontecer algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada.

Durante os procedimentos de coleta de dados você estará sempre acompanhado pela equipe pesquisadora, que lhe prestará toda a assistência necessária ou acionará pessoal

competente para isso. Os pesquisadores, prof. Dr. Adriano Beiras e Sheila Fagundes Isleb, responsáveis por este estudo, poderão ser localizados através da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-970, pelo e-mail sheilafag@hotmail.com, ou pelo telefone (47) 99135-8992 (telefone particular da pesquisadora Sheila F. Isleb), das 9h às 17h, de segunda a sexta, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 e e-mail cep.propesq@contato.ufsc.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

A sua participação neste estudo é voluntária e caso você não queira mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem necessidade de apresentar justificativa, e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Informado assinado. Ao decidir deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo no restante das atividades. Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

A pesquisadora responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias e todas as suas páginas devem ser rubricadas pelas partes interessadas.

DADOS DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PELO PROJETO DE PESQUISA

Nome completo: Sheila Fagundes Isleb

Doc. de Identificação: RG: 2.236-005

Endereço completo: Rua Imperatriz Leopoldina, 1001 – Bairro Velha – Blumenau - SC

Endereço de e-mail: sheilafag@hotmail.com

Telefones: (47) 99135-8992

IDENTIFICAÇÃO E CONSENTIMENTO DO VOLUNTÁRIO

Nome completo: _____

Doc. de Identificação: _____

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO:

Eu, _____, declaro que, em ____/____/____, concordei em participar, na qualidade de participante do projeto de pesquisa intitulado **“A sala está enfeitada”: Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero**, após estar devidamente informado sobre os objetivos, as finalidades do estudo e os termos de minha participação. Assino o presente Termo de Consentimento Livre e Informado em duas vias, que serão assinadas também pelo pesquisador responsável pelo projeto, sendo que uma cópia se destina a mim (participante) e a outra ao pesquisador. As informações fornecidas aos pesquisadores serão utilizadas na exata medida dos objetivos e finalidades do projeto de pesquisa, sendo que minha identificação será mantida em sigilo e sobre a responsabilidade dos proponentes do projeto. Não receberei nenhuma remuneração e não terei qualquer ônus financeiro (despesas) em função do meu consentimento espontâneo em participar do presente projeto de pesquisa. Independentemente deste consentimento, fica assegurado o direito a retirar-me da pesquisa em qualquer momento e por qualquer motivo, sendo que para isso comunicarei minha decisão a um dos proponentes do projeto acima citados.

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Contato com os pesquisadores responsáveis:

Prof. Dr. Adriano Beiras	Sheila Fagundes Isleb
adrianobe@gmail.com	sheilafag@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC

Endereço: Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, 222, sala 701-2, Trindade,
Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br / Telefone: (48) 3721-6094

b- Roteiro de Entrevista

Dados sociodemográficos do/a entrevistado/a

Naturalidade:

Idade:

Gênero:

Cor/ raça:

Estado civil:

Religião:

Possui deficiência: Qual:

Dados profissionais do/a entrevistado/a

Profissão:

Formação:

Tempo de atuação em grupos reflexivos:

Possui formação específica para grupos reflexivos, feminismos ou masculinidades:

Cidade de atuação:

Instituição vinculada:

Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1- O que te levou a realizar o trabalho com grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero?
- 2- Como eram formadas as equipes nas quais você atuou? O que você destaca como ponto positivo ou ponto frágil nessas equipes?
- 3- Como você se sente atuando com outro homem ou outra mulher?
- 4- Como você avalia a participação de mulheres na facilitação desses grupos?
- 5- Quais são as fragilidades e potencialidades que você encontra na facilitação dos grupos?
- 6- Como você avalia a construção do vínculo com o grupo?
- 7- Que marcadores de poder/hierarquia se mostram mais evidentes nas relações entre os

participantes e entre estes e a equipe de facilitação? (relato de casos)

8- Há algum tipo de modelação do próprio comportamento que você considera necessário para contribuir na vinculação ou evitar constrangimentos durante os encontros?

9- Quais os efeitos dessa intervenção no enfrentamento da violência contra as mulheres?

10- Como você se sente mediante relatos de violência contra as mulheres?

11- Como você avalia que seria sua intervenção no espaço dos grupos se você não fosse mulher?